

## ARTICULAÇÃO ROSALINO GOMES DE POVOS TRADICIONAIS



### PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO DOS CERRADOS E ÁREAS DE TRANSIÇÃO PARA A CAATINGA E MATA ATLÂNTICA NO ÂMBITO DA ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO ROSALINO GOMES DE POVOS TRADICIONAIS

Montes Claros - MG  
Outubro de 2021

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas  
Rua Dr. Veloso, 151 Centro.  
Montes Claros, MG. Brasil  
Tel. (+55 38) 3217  
Fax. (+55 38) 3217  
[caa@caa.org.br](mailto:caa@caa.org.br)

**TÍTULO DO PROJETO:**

Projeto Re-Existir: “Preservação dos Cerrados e Sustentabilidade dos Territórios dos Povos Tradicionais do Norte de Minas e Espinhaço Meridional” – (Título em inglês: “Preserving the Cerrado of north Minas Gerais State through Sustainable Management of Traditional Territories”)

Conservation Grants Number: CEPF-109583

Business World Vendor Master File: 123238

Acordo de Doação estabelecido entre Conservation International Foundation (CI), e Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), com recursos disponibilizado pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos ("CEPF"), e supervisionado pelo Instituto Internacional de Educação (IEB)

**TÍTULO DO PRODUTO:**

Plano de Ação Socioambiental para a Conservação dos Hotspots do Bioma Cerrado e das Áreas de Transição para a Caatinga e Mata Atlântica, no Âmbito da Atuação da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais

**ORGANIZAÇÃO PROPONENTE:**

Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais

**INSTITUIÇÃO EXECUTORA:**

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Diretoria: Bráulino Caetano dos Santos, Joeliza Aparecida de Brito Almeida; Eliseu José de Oliveira;  
Coordenação Executiva: Aline Silva de Souza, André Alves, Josiane Antunes, Samuel Leite Caetano

**SISTEMATIZAÇÃO**

Carlos Alberto Dayrell (coordenação)

João Batista de Almeida Costa

João Marques Chiles

Matheus Vinicius Ferreira

Mirian Nogueira Souza

Raquel Monteiro Marques

Instituto Prístino: Felipe Fonseca do Carmo; Flávio Fonseca do Carmo; Luciana Hiromi Yoshino Kamino; Rogério Tobias Junior

Rede Mata Seca: Mário Marcos do Espírito Santo

## **ELABORAÇÃO**

Alisson Marciel Fonseca  
Carlos Alberto Dayrell  
Daniel Costa Dos Santos  
Edina da Silva Lapa  
Gilda Fernanda do Carmo Souza  
Jacileia de Souza Santos  
João Batista de Almeida Costa  
João Marques Chiles  
José Antônio Fernandes De Souza  
Juarez Fagner Correia  
Manoel Barbosa Vieira Neto  
Manoel Ferreira de Souza  
Marcio Antônio Antunes Vieira  
Matheus Vinicius Ferreira  
Mateus Dantas Vieira  
Mirian Nogueira Souza  
Raquel Monteiro Marques  
Samuel Leite Caetano  
Tiago Salles Teixeira  
Varley dos Santos Ferreira

## **PARCEIROS**

Comissão de Defesa das Comunidades Extrativistas - CODECEX  
Conselho Indigenista Missionário - CIMI  
Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão  
Comissão Pastoral da Terra  
Instituto Prístino  
Movimento dos Sem Terra  
NAC – Núcleo de Agroecologia e Campesinato / UFVJM  
NIISA – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental / Unimontes  
Núcleo de Agricultura e Campesinato – NAC/UFVJM  
Rede Mata Seca  
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Riacho dos Machados  
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porteirinha  
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Pardo de Minas

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	13
<b>1. ORGANIZAÇÃO PROPONENTE</b> .....	19
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	20
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INCIDÊNCIA DA ARTICULAÇÃO ROSALINO GOMES</b> .....	29
<b>3.1 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL</b> .....	35
<b>3.2 RELEVÂNCIA CULTURAL</b> .....	40
<b>3.3 RELEVÂNCIA AMBIENTAL</b> .....	42
<b>3.3.1 Agroextrativismo nos Sistemas Nativos de Conhecimentos</b> .....	42
<b>3.3.2 Patrimônio Espeleológico</b> .....	46
<b>3.3.3 Espécies raras e ameaçadas da flora e da fauna</b> .....	55
<b>3.3.4 Unidades de Conservação</b> .....	64
<b>3.3.5 Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade</b> .....	68
<b>3.3.6 Mudanças de Uso do Solo</b> .....	74
<b>3.3.7 Políticas Ambientais</b> .....	82
<b>4. AMEAÇAS, DESAFIOS E INDICATIVOS PARA O PLANO DE AÇÃO DA ARTICULAÇÃO ROSALINO</b> .....	85
<b>Conflitos com Unidades de Conservação</b> .....	85
<b>Restauração de Ecossistemas Naturais</b> .....	89
<b>Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Sistemas Agrícolas Tradicionais</b> .....	92
<b>Proposições</b> .....	94
<b>5. PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO DOS CERRADOS E ÁREAS DE TRANSIÇÃO PARA A CAATINGA E MATA ATLÂNTICA NO ÂMBITO DA ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO ROSALINO GOMES DE POVOS TRADICIONAIS</b> 100	
<b>AÇÕES ESPECÍFICAS DA ARTICULAÇÃO ROSALINO GOMES</b> .....	103
<b>EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO</b> .....	103
<b>EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA</b> .....	105
<b>EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PUBLICAS</b> .....	106
<b>5.1 POVOS INDÍGENAS – XAKRIABA E TUXÁ</b> .....	107
<b>EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO</b> .....	114
<b>EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA</b> .....	115
<b>EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PUBLICAS</b> .....	115
<b>5.2 POVO VEREDEIRO</b> .....	116
<b>EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO</b> .....	121

<b>EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA.....</b>	<b>122</b>
<b>EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>123</b>
<b>5.3 POVO VAZANTEIRO.....</b>	<b>123</b>
<b>EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>128</b>
<b>EIXO 2: ECONOMIAS E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA.....</b>	<b>130</b>
<b>EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>131</b>
<b>5.4 QUILOMBOLAS DAS PLANÍCIES SANFRANCISCANAS: POVO GURUTUBANO</b>	<b>132</b>
<b>EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>135</b>
<b>EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA.....</b>	<b>136</b>
<b>EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>137</b>
<b>5.5 POVO CAATINGUEIRO .....</b>	<b>138</b>
<b>EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>141</b>
<b>EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA.....</b>	<b>141</b>
<b>EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>142</b>
<b>5.6 POVO GERAIZEIRO.....</b>	<b>142</b>
<b>EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>146</b>
<b>EIXO 2: FORTALECIMENTO DO AGROEXTRATIVISMO E DE SUAS ECONOMIAS</b>	<b>148</b>
<b>.....</b>	
<b>EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>150</b>
<b>5.7 POVO APANHADORES DE FLORES SEMPRE-VIVAS.....</b>	<b>150</b>
<b>EIXO 1) CUIDANDO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>155</b>
<b>EIXO 2) FORTALECIMENTO DO AGROEXTRATIVISMO E DE SUAS ECONOMIAS</b>	<b>156</b>
<b>.....</b>	
<b>EIXO 3) ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>157</b>
<b>5.8 ECONOMIAS NATIVAS E EMPREENDIMENTOS ECOSSOCIAIS .....</b>	<b>157</b>
<b>EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO .....</b>	<b>162</b>
<b>EIXO 2: ECONOMIA E AGROECOLOGIA.....</b>	<b>162</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>164</b>

**LISTA DE SIGLAS**

ACEVER – Associação Central das Comunidades Veredeiras

ADSSER - Associação de Desenvolvimento Social de Serranópolis de Minas

AEFA - Área de Experimentação e Formação em Agroecologia

APA – Area de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

AQK - Associação Quilombola Kalunga de Cavalcanti

AR – Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais

ARC - Agricultura Resiliente ao Clima

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

BAZE - Aliança Brasileira para Extinção Zero

CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CEMIG - Central Elétrica de Minas Gerais

CEPCT - Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de MG

CEPF - Fundo de Parcerias de Ecossistemas Críticos

CEVAC - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CIMOS - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

CNPCT - Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

CODECEX - Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas

CODEMA - Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente de Montes Claros

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COPAM - Conselhos Estaduais de Política Ambiental

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil

IEF - Instituto Estadual de Florestas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

KBA - Área Chave para a Biodiversidade

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDL - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

MPP - O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NIISA – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental

ONG – Organização Não Governamental

OPAC - Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAE – Projeto de Assentamento

PAN - Plano de Ação Nacional

PARNA – Parque Nacional

PESA - Parque Estadual Serra das Araras

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PLANAVEG - Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa

PMMA - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

Programa de Regularização Ambiental – PRA

PROVEG - Política Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

PSC - Planejamento Sistemático da Conservação

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SAP - Sistema de Áreas Protegidas

SIPAM - Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema único de Saúde

TI – Terra Indígena

TICCAS - Territórios e Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais

UC – Unidade de Conservação



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Concepção original da execução do Projeto Re-Existir.....	12
Figura 2: Oficina de formação e planejamento na AEFA.....	22
Figura 3: Propostas para o Plano de Ação na oficina de formação e planejamento na AEFA.....	23
Figura 4: Devolução do PGTA PAE Veredas Vivas - Rio Pardo de Minas.....	23
Figura 4.1: Devolução do PGTA PAE Veredas Vivas - Rio Pardo de Minas.....	24
Figura 5: Oficinas virtuais dos Caatingueiros e Veredeiros.....	24
Figura 6: Oficinas virtuais dos indígenas Xakriabá e quilombolas Gurutubanos.....	24
Figura 7: Oficina virtual dos empreendimentos ecossociais.....	25
Figura 8: Oficina virtual do Povo Geraizeiro.....	25
Figura 9: Mapa de incidência da Articulação Rosalino.....	27
Figura 10: Perfil transversal de distribuição dos Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino.....	28
Figura 11: Biomas nos quais as áreas de incidência da Articulação Rosalino estão distribuídas.....	29
Figura 12: Distribuição de cavidades naturais subterrâneas no Território do Quilombo de Peixe Bravo.....	45
Figura 13: Distribuição de paleotocas no limite do território do Quilombo de Peixe Bravo e em seu entorno.....	46
Figura 14: Caracterização do território do Quilombo de Peixe Bravo (contorno preto) em relação ao Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas (1:2.500.000) .....	47
Figura 15: Área em vermelho indicando a proposta para o Grau Muito Alto de Potencialidade de Cavernas no Vale do rio Peixe Bravo.....	48
Figura 16: Áreas prioritárias para a conservação de cavidades (hexágonos coloridos) sobrepondo a região do Quilombo de Peixe Bravo (contorno preto) .....	49
Figura 17: Distribuição de cavidades naturais subterrâneas no interior da área da Terra Indígena Xakriabá. Estão catalogadas as cavidades denominadas Gruta Olho d'Água I e Gruta Olho d'Água II.....	50
Figura 18: Caracterização da Terra Indígena Xakriabá (contorno preto) em relação ao Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas (1:2.500.000) .....	51
Figura 19: Áreas prioritárias para a conservação de cavidades (hexágonos coloridos) sobrepondo a região da Terra Indígena Xakriabá. Imagem adaptada do Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro (2018) .....	52
Figura 19: Áreas-chave para a conservação de espécies raras da flora nas áreas de incidência da Articulação Rosalino.....	54
Figura 20: Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero.....	60
Figura 21: Unidades de Conservação localizadas na área de incidência da Articulação Rosalino.....	62
Figura 22: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região de	68

incidência dos povos e comunidades tradicionais da Articulação Rosalino.....	
Figura 23: Áreas prioritárias para a investigação científica em Minas Gerais, de acordo com o Atlas da Biodiversidade em Minas Gerais.....	68
Figura 24: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na área de incidência da Articulação Rosalino.....	70
Figura 25: Mudanças no uso e cobertura do solo na área de incidência da Articulação Rosalino entre 1985 e 2019.....	71
Figura 26:3 Áreas de incidência da Articulação Rosalino protegidas pela Lei da Mata Atlântica.....	80
Figura 27: Potencial de regeneração natural na área de incidência da Articulação Rosalino.....	88
Figura 28: Áreas imprescindíveis (“superprioritárias”) nos territórios dos povos e comunidades da Articulação Rosalino.....	92
Figura 29: Cartografia da territorialidade Xakriabá.....	105
Figura 30: Contexto territorial da Terra Indígena Tuxá.....	107
Figura 31: Área de incidência do Movimento Veredeiros e o contexto territorial onde vivem.....	112
Figura 32: Área de incidência dos vazanteiros em movimento.....	121
Figura 33: Localização do Território Quilombola do Gurutuba.....	129
Figura 34: Área com predominância de comunidades caatingueiras.....	134
Figura 35: Área onde são encontradas comunidades que se afirmam geraizeira.....	139
Figura 36: Contexto da área de incidência da CODECEX.....	147

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da área de incidência da Articulação Rosalino de acordo com os biomas predominantes.....	30
Tabela 2: Distribuição da área de incidência das etnicidades que compõem a Articulação Rosalino de acordo com os biomas.....	30
Tabela 3: Lista de espécies registradas em áreas-chave para a conservação de espécies raras da flora, na área de incidência da Articulação Rosalino.....	54
Tabela 4: Síntese da distribuição das categorias de Unidades de Conservação presentes na área de incidência da Articulação Rosalino.....	63
Tabela 5: Distribuição das Unidades de Conservação nas áreas de incidência dos Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino.....	64
Tabela 6: Prioridades para a conservação da biodiversidade, investigação científica e pressão antrópica na área de incidência dos povos da Articulação Rosalino.....	69
Tabela 7: Mudanças no uso e cobertura do solo na área de incidência da Articulação Rosalino entre os anos de 1985 e 2019.....	72
Tabela 8: Mudanças na vegetação natural, florestas plantadas e pastagens na área de incidência da Articulação Rosalino entre 1985 e 2019.....	73
Tabela 9: Mudanças no uso e cobertura do solo na área de incidência de cada um dos povos da Articulação Rosalino entre os anos de 1985 e 2019.....	73
Tabela 10: Usos possíveis de manejo da fauna silvestre em RESEXs, RDS e Flonas Federais.....	85
Tabela 11. Síntese qualitativa das principais variáveis utilizadas para gestão dos territórios dos povos e comunidades da Articulação Rosalino.....	94
Tabela 12: Organização do Quilombo do Gurutuba por núcleos comunitários....	129

## APRESENTAÇÃO

O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas apresenta ao CEPF/IEB o Plano de Ação Socioambiental para a Conservação dos Hotspots do Bioma Cerrado e das Áreas de Transição para a Caatinga e Mata Atlântica, no Âmbito da Atuação da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. Este plano é resultado do Programa de Formação em Gestão Territorial e Ambiental e em Empreendimentos Ecosociais e da elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental viabilizados pelo Projeto Preservação dos Cerrados e Sustentabilidade dos Territórios dos Povos Tradicionais do Norte de Minas e Espinhaço Meridional – (Título em inglês: Preserving the Cerrado of north Minas Gerais State through Sustainable Management of Traditional Territories ) – doravante denominado de Projeto Re-Existir.

O Plano de Ação Socioambiental apresenta-se como um dos resultados da “Diretriz Estratégica do Perfil do Ecossistema do CEPF”, que visa “fortalecer a capacidade das organizações da sociedade civil para promover uma melhor gestão dos territórios e dos recursos naturais e para apoiar outras prioridades de investimento no hotspot”. Em síntese, o projeto viabilizou a execução de um programa de formação em Gestão Territorial e Ambiental e em Empreendimentos Ecosociais, paralelamente à elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental realizados em cinco áreas focais – Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Veredas Vivas e Território Geraizeiro de Raiz, ambos no município de Rio Pardo de Minas; Quilombo de Peixe Bravo, na divisa dos municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas; Terra Indígena Xakriabá, no município de São João das Missões, e Território Veredeiro Berço das Águas/Alegre, localizado no município de Januária. Durante a elaboração do Plano de Formação foram realizadas visitas de acompanhamento sociotécnico às comunidades mobilizadas pelas “antenas” da Articulação Rosalino e dos empreendimentos ecosociais, momentos que propiciaram qualificar as ações e proposições constantes no Plano de Ação Socioambiental.

A execução do Projeto contribuiu com indicativos de ações importantes para a defesa dos direitos territoriais e na busca da sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social dos povos envolvidos com a Articulação Rosalino Gomes. Reforçando a capacidade das organizações dos povos tradicionais que compõem a Articulação Rosalino para uma melhor

gestão dos territórios onde vivem, e dos cuidados necessários à conservação dos ecossistemas e dos recursos hídricos a eles associados. O Plano contempla as demandas apontadas pela Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão e os empreendimentos ecossociais envolvidos nas áreas de incidência da Articulação Rosalino, constituindo como instrumento para captação de recursos visando a sua implementação.

Para visualizar de forma mais adequada a concepção original do projeto, apresenta-se a seguir a Figura 1. Em virtude da pandemia da COVID-19, a execução do projeto foi reformulada, ampliando o prazo de execução do projeto em seis meses. Das três visitas de intercâmbio presenciais originalmente previstas, apenas uma, a de intercâmbio sobre TICCAS (Territórios e Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais), foi realizada, virtualmente, no mês de junho de 2021. As outras atividades previstas foram readequadas, fazendo-se investimentos na inclusão digital das “antenas” da Articulação Rosalino, em medidas de conservação ambiental em duas áreas de PGTAs (PAE Veredas Vivas e Terra Indígena Xakriabá) ou em apoio humanitário de caráter emergencial.

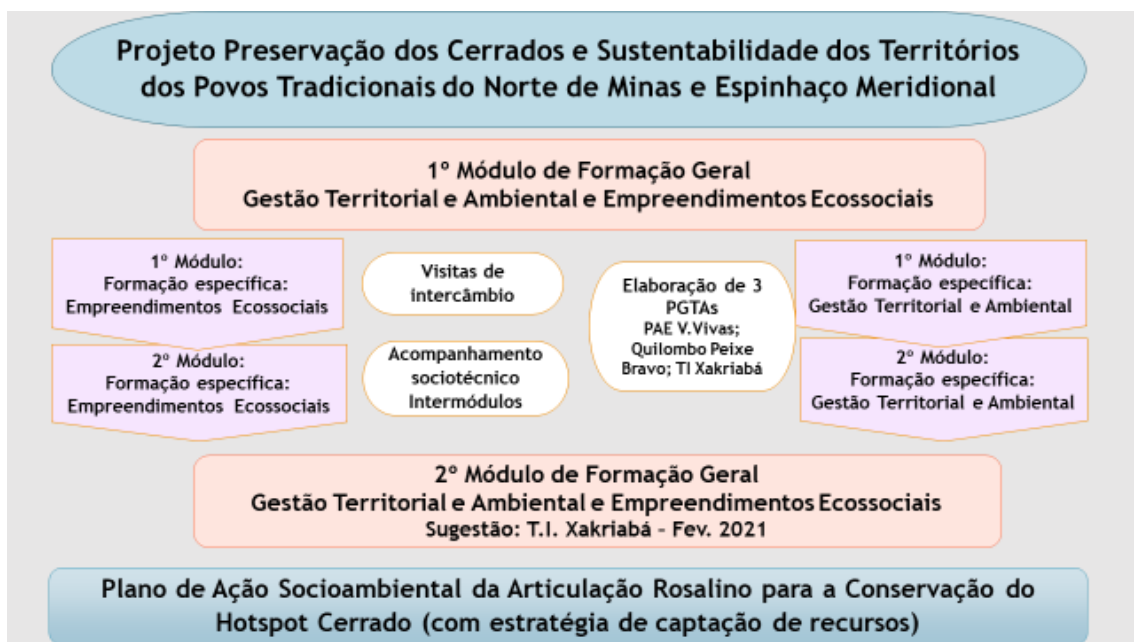


Figura 4: Concepção original da execução do Projeto Re-Existir. FONTE: CAA/IEB/CEPF.

As atividades de formação foram realizadas através de eventos virtuais associados com eventos semi-virtuais<sup>1</sup> ou presenciais com pequenos grupos (respeitando sempre as normas relacionadas com a prevenção da Covid-19 do município e/ou do estado). Normas que também foram seguidas nas visitas de acompanhamento sociotécnico, nas atividades intermodulares e/ou de elaboração dos planos focais de gestão territorial e ambiental. Este contexto da pandemia limitou a participação das lideranças ou famílias locais. Da mesma maneira, foi limitado o envolvimento das organizações que compõem a rede sociotécnica e que atuam em colaboração com os grupos e comunidades envolvidas com a Articulação Rosalino.

Durante o processo de execução das atividades, o CAA foi alertado pelas lideranças que a atuação da Articulação Rosalino engloba porções significativas de transição dos Cerrados com áreas de Caatingas, Matas Secas e também de Mata Atlântica. Foi sugerida e acatada a incorporação nas propostas, de estudos e ações específicas relativas à importância destes ecótonos. Para qualificar estas proposições o CAA estabeleceu parcerias com o Instituto Prístino e a Rede Mata Seca, que viabilizaram importantes contribuições no campo da conservação de espécies críticas e ameaçadas. Estas foram incorporadas no plano que, doravante, passou a se denominar “Plano de Ação Socioambiental para a Conservação dos Hotspots do Bioma Cerrado e Áreas de Transição para a Caatinga e Mata Atlântica no Âmbito da Atuação da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais”.

As propostas do Plano de Ação Socioambiental consideraram a área de abrangência de cada um dos povos que compõem a Articulação Rosalino, além de propostas específicas de fortalecimento dos empreendimentos relacionados com as economias nativas. Em todas as atividades garantiu-se o devido envolvimento de mulheres, e em algumas foram realizadas ações específicas orientadas à participação de grupos de mulheres ou de jovens. Avaliou-se que a execução do Projeto Re-Existir potencializou a atuação das lideranças de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, na defesa de seus direitos territoriais e na busca da sustentabilidade e propiciou, de maneira única, um início de discussão qualificada sobre os entendimentos que as populações nativas têm sobre ecossistemas críticos, espécies raras e ameaçadas, adentrando em um domínio de saber, até então de posse de pesquisadores,

---

<sup>1</sup> Denominamos de eventos semi-virtuais aqueles que foram realizados organizando os participantes em pequenos grupos locais e que quase sempre contavam com a contribuição de um mobilizador do CAA apoiando o diálogo virtual com a equipe de formação e/ou com os outros grupos.

professores, militantes de ONGs e instituições governamentais que tratam da conservação da biodiversidade *stricto sensu*.

O Plano de Ação Socioambiental da Articulação Rosalino para a Conservação dos Hotspots do Bioma Cerrado colocou em relevo, uma área de abrangência de 82.220 km<sup>2</sup> (cerca de 8,22 milhões de ha) onde vivem os Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino<sup>2</sup>. As formações vegetais associadas aos Cerrados ocupam 76% da área, seguidas por 12% de formações associadas à Caatinga com e à 12% de Mata Atlântica. Esta região apresenta uma área de pelo menos 1.249.921,64 ha sob posse das comunidades e 33% destas terras encontram-se com os territórios regularizados (ou em vias de regularização) pelo poder público. Cerca de 67% das terras são áreas de populações tradicionais nas quais as comunidades mantêm algum tipo de controle do território, mas que demandam regularização.

Esta área de incidência da Articulação Rosalino é composta por altiplanos com regiões de serra e extensas chapadas que apresentam feições típicas dos Cerrados (Campos rupestres, Cerrado restrito, Cerradão, Campo cerrado), paisagens que apresentam uma infinidade de nascentes associadas às áreas de recarga em uma extensa área de divisores de águas dos vales dos rios São Francisco, Pardo, Jequitinhonha e Doce. Estes ambientes fazem transições com a Caatinga e Mata Seca nas extensas áreas de planícies, furados e vazantes drenados pelos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha.

Nas altas serras, campinas, planaltos, planícies, furados e vazantes vivem uma variedade de comunidades tradicionais constituídas por indígenas, remanescentes de quilombos, veredeiros, faiscaidores, campineiros, apanhadores de flores, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros, pescadores, vacarianos, entre outros que desenvolveram estratégias singulares de ocupação e uso dos ambientes. Nesse contexto de diversidade sociocultural e ambiental, as comunidades desenvolveram seus sistemas agrícolas singulares articulando os distintos ambientes com o manejo da (agro)biodiversidade, associado a uma ampla gama de conhecimentos tradicionais. Como resultado há paisagens únicas, abundância hídrica, hotspots de biodiversidade nativa, vasta agrobiodiversidade e considerável densidade cultural (MONTEIRO et al., 2018).

Suas estratégias agroalimentares consistem em sistemas agrícolas singulares, migrações regulares ou eventuais das terras baixas para as terras altas ou de vazantes para

---

<sup>2</sup> No período de execução do projeto o povo Vacariano que vinha se afirmando como tradicional desde 2019 passou a compor a Articulação Rosalino Gomes.

caatingas, ou das grotas para as chapadas e vice-versa, em sistemas de soltas controladas visando o pastoreio das gramíneas e ervas nativas ou coleta extrativista. Nem sempre são só os animais que migram, também migram as famílias que utilizam como moradia temporária as locas (cavernas), retiros, nos quais adicionalmente faíscam ou coletam flores, frutos, cascas de árvores ou outros produtos ornamentais e medicinais. Muitos dos locais apresentam registros de pinturas rupestres com datações de até dez mil anos (ISNARDIS, 2009, citado por MONTEIRO et al., 2019, p.104) indicando que as estratégias tradicionais de transumância dos antigos coletores-caçadores foram atualizadas pelas comunidades que subsistem nestes movimentados ambientes.

Estudos realizados com estes povos apontam a existência de formas próprias de concepção de mundo, onde humanidades extravasam para outras espécies, em dialogia com as plantas, peixes e animais; com o rio, com as serras e suas cavernas (locas), com o bioma, enfim, com a terra. Vê-se também a diversidade de relações com o sagrado, expressas em diferentes contextos de religiosidades e que atravessam as percepções de mundo dos sete povos (DAYRELL, 2019).

A contribuição do projeto Re-Existir foi exatamente o de propiciar um início de diálogo e debates envolvendo especialistas da academia ou grupos de pesquisa, como o Instituto Prístino e a Rede Mata Seca, ao trazerem sua contribuição sobre o contexto da biodiversidade ameaçada, o estado de conservação de espécies da fauna e da flora e dos ecossistemas críticos. O projeto apontou também possibilidades de se construir uma política de conservação gerida pelas próprias comunidades, sem intervenção externa direta, acionando marcos legais próprios como por exemplo, a de declaração compromissada do lugar onde vivem como Territórios “TICCAs”.

Esta contribuição pode repercutir sobre a extensa área de incidência da Articulação Rosalino, composta por uma diversidade de feições ecológicas, paisagens que apresentam uma infinidade de nascentes associadas às áreas de recarga em uma extensa área de divisores de águas dos vales dos rios São Francisco, Jequitinhonha, Pardo e Doce. Ambientes onde ocorrem transições dos Cerrados com a Caatinga, a Mata Seca e a Mata Atlântica, nos quais espécies raras e/ou ameaçadas, algumas já extintas em outras áreas, convivem com o modo de vida das populações. Finalmente, fica claro ao longo deste Plano de Ação a importância dos Sete Povos e da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais como gestores e protagonistas na construção de políticas nativas para a conservação da fauna e da flora, dos biomas, das águas, dos ecossistemas críticos e das áreas prioritárias no Norte de Minas Gerais.





## **1. ORGANIZAÇÃO PROPONENTE**

Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais foi constituída em 2010 como desdobramento da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. A Articulação Rosalino Gomes tem se consolidado como espaço de articulação e de construção de alianças envolvendo a diversidade tradicional da região do Norte de Minas e do Alto Vale do Jequitinhonha, contando com a participação de uma diversa rede de povos e comunidades tradicionais na luta comum pela proteção de territórios e defesa de seus modos de vida. Participam da articulação os indígenas Xakriabá e Tuxá, lideranças de comunidades Quilombolas, Geraizeiras/Vacarianas, Vazanteiras, Veredeiras, Catingueiras e Apanhadoras de Flores. O longo histórico de ações dos últimos anos reconhece o papel da Articulação Rosalino na proteção do patrimônio material e imaterial que constitui sua cultura. Se organiza em forma de rede social, aglutinando as ações e incidindo de forma articulada através de suas “antenas”, lideranças que cumprem o papel de interação do lugar com os diferentes povos.

## 2. METODOLOGIA

A elaboração do plano ocorreu durante a execução do Projeto Re-Existir, que teve como referência de planejamento das ações, reuniões e encontros, com o coletivo de “Antenas” da Articulação Rosalino Gomes, em diálogo com a Coordenação e Diretoria do CAA-NM. O planejamento inicial para construção do Plano de Ação pode ser visto na figura 1. Em virtude da pandemia de COVID-19, a execução do projeto foi reformulada. As atividades foram realizadas por meio de eventos virtuais associados à eventos semi-virtuais ou presenciais com pequenos grupos (respeitando sempre a normas sanitárias do município e/ou do estado).

Das três visitas de intercâmbio presenciais originalmente previstas, apenas uma delas, a de intercâmbio sobre TICCAS, foi realizada, porém virtualmente, no mês de junho de 2021. Com a readequação das atividades, fez-se investimentos na inclusão digital das “antenas” da Articulação Rosalino, em medidas de conservação ambiental em duas áreas de PGTAs (PAE Veredas Vivas e Terra Indígena Xakriabá) e em apoio humanitário de caráter emergencial.

Inicialmente, a caracterização ambiental da área seria realizada por meio de inventários de espécies, em campo, quando possível, associados à dados advindos de levantamentos etnoecológicos, a partir de entrevistas e reuniões presenciais com as comunidades. Para os territórios que já possuíssem essas informações levantadas e publicadas, seria feito pesquisa bibliográfica acerca de espécies raras, endêmicas e/ou ameaçadas, unidades de conservação e áreas prioritárias para conservação. Porém, devido à suspensão das atividades de campo, as entrevistas não puderam ser realizadas em sua totalidade como o planejado. Dessa forma, a caracterização ambiental foi realizada a partir de dados secundários e de levantamentos em campo em algumas localidades (p. ex. Quilombo de Peixe Bravo) pelo Instituto Prístino, Rede Mata Seca e pela bióloga (consultora) contratada.

Para compor e qualificar as informações sobre a caracterização socioeconômica e cultural da área de abrangência da Articulação Rosalino, além da consultoria de um antropólogo especialista no tema, o CAA recorreu à contribuição da sua rede sociotécnica acionando, em particular, os estudos, pesquisas e relatórios técnicos do NIISA.

Inicialmente, a elaboração das propostas para o plano de ação tinha a intenção de ser realizada durante as incursões de campo, com entrevistas semiestruturadas em oficinas presenciais nas comunidades, considerando os processos identitários dos povos, seus

conhecimentos sobre os recursos naturais e usos da flora e da fauna, utilizando-se de métodos de investigação em etnobiologia e etnoecologia segundo o descrito em Toledo e Barrera-Bassols (2009), Albuquerque et al. (2010) e Dayrell et al. (2006). Com as restrições impostas pela pandemia, as atividades foram adaptadas e alguns eventos já planejados do CAA, serviram como oportunidade para a coleta de dados. Além disso, as oficinas foram adaptadas para serem realizadas de forma virtual, com a presença das antenas e lideranças de cada comunidade, entre outros participantes.

Portanto, o Plano de Ação elaborado é resultado das proposições construídas nos eventos de formação sobre gestão territorial e ambiental e empreendimentos ecossociais e oficinas. Além disso, foram utilizadas as informações oriundas dos PGTAs (PAE Veredas Vivas, Quilombo de Peixe Bravo e Terra Indígena Xakriabá) e, posteriormente, dos PGTAs Territórios Veredeiros Berço das Águas e Geraizeiro de Raiz, além do acompanhamento sociotécnico intermódulos e das visitas de intercâmbio.

As propostas do Plano de Ação Socioambiental consideraram a área de abrangência de cada um dos povos que compõem a Articulação Rosalino, além de propostas específicas de fortalecimento dos empreendimentos relacionados com as economias nativas. Finalmente, era intenção do CAA apresentar o resultado do Plano para os povos em um encontro ampliado da Articulação Rosalino na Terra Indígena Xakriabá antes da finalização do Projeto Re-Existir. Esta ação será realizada em momento oportuno, assim que a situação da pandemia permitir.

Descrevemos a seguir alguns dos eventos realizados:

- Realização em setembro de 2020 de live pela Articulação Rosalino Gomes em interação com a Rede Cerrado com o debate sobre o uso sustentável e a conservação do cerrado. No âmbito do projeto Re-existir, foi uma etapa da construção do Plano de Ação Socioambiental da Articulação Rosalino para a Conservação do Hotspot Cerrado. Indicativos de temas e de contextos foram apontados nos debates para compor o plano.
- Realização em setembro de 2020 de Módulo de Formação Geral envolvendo organizações e 31 lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais e de Empreendimentos Ecossociais.
- Realização do Módulo de Formação específico do Componente 1 envolvendo organizações e lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais – apoiando associação

dos veredeiros, localizada no distrito de São Joaquim - Januária – MG (ACEVER: Território Veredeiro Berço Das Águas).

- Realização, em dezembro de 2020, de Módulo Específico de Formação do Componente 2 envolvendo organizações e lideranças de Empreendimentos Ecosociais na Área de Experimentação e Formação em Agroecologia (AEFA) do CAA/NM. Um dos temas foi o curso “Comercialização Negócios Comunitários”, ministrado pelo economista Adriano Santos. Participaram mulheres quilombolas, indígenas, geraizeiras, catingueiras oriundas de comunidades agroextrativistas do cerrado mineiro que integraram a oficina de produção de itens de higiene pessoal.
- Reunião de interação de projetos com a cooperativa grande Sertão e STR Riacho dos Machados que também possuem projetos apoiados pelo CEPF/IEB.
- Reunião com membros das associações da Terra Indígena Xacriabá com objetivo retomar o planejamento de execução dos componentes do PGTA considerados prioritários pelos mesmos.
- Elaboração do diagnóstico dos sistemas produtivos, meio ambiente e georreferenciamento do território com objetivo de compor o relatório antropológico que foi elaborado no âmbito do PGTA do Quilombo de Peixe Bravo.
- Encontro presencial com a Articulação Rosalino Gomes com objetivo de construir os passos para últimos processos de formação e construção do Plano de Ação Socioambiental de Conservação do Hotspot Cerrado no âmbito da Articulação Rosalino.
- Módulo de formação com a equipe técnica do CAA/NM com o tema: Articulação Rosalino e as Ações do CAA. Teve por objetivo ser um espaço de formação da equipe de campo e escuta para subsidiar o Plano de Ação Socioambiental do Hotspot Cerrado no âmbito da Articulação Rosalino.
- Oficina virtual com os Geraizeiros - Encontro virtual e semipresencial com os Geraizeiros para construção do Plano de Ação Socioambiental do Hotspot Cerrado no âmbito da Articulação Rosalino. Participaram lideranças do Movimento Geraizeiro, parceiros locais e as antenas da Articulação Rosalino deste segmento. Foi possível debater o contexto difícil que os Geraizeiros vêm enfrentando quanto a ameaça territorial pelos grandes empreendimentos e fazendeiros. Se construiu propostas de curto e médio prazo para tentar enfrentar estes problemas.
- Oficina virtual com Empreendimentos - Encontro virtual com os empreendimentos situados no núcleo do Planalto Sanfranciscanos. Participaram representantes da

Cooperativa Grande Sertão, AEFA (Área de Experimentação e Formação em Agroecologia), MST (Assentamento Estrela do Norte), Assentamento 2 de junho.

- Oficina virtual com os Caatingueiros. Encontro semipresencial com os Caatingueiros para construção do Plano de Ação Socioambiental do Hotspot Cerrado no âmbito da Articulação Rosalino. Participaram as antenas da Articulação Rosalino representantes deste segmento, lideranças comunitárias e membros da ADSSER (Associação de Desenvolvimento Social de Serranópolis de Minas).
- Oficina virtual com os Quilombolas - Encontro virtual com os Quilombolas para discutir o contexto atual do território e construir propostas para compor o Plano de Ação Socioambiental do Hotspot Cerrado no âmbito da Articulação Rosalino. Participaram mulheres, homens e jovens, lideranças dos grupos locais, da associação de mulheres e Federação N'Golo.
- Oficina virtual com os Veredeiros - Encontro virtual e semipresencial com os Veredeiros e rede colaborativa para discutir contexto atual do território, construir propostas para compor o Plano de Ação Socioambiental do Hotspot Cerrado no âmbito da Articulação Rosalino.
- Oficina virtual com os Indígenas Xakriabá- Encontro virtual com os Indígenas Xakriabá para discutir o contexto territorial também perpassando pelas economias colhendo propostas para compor o Plano de Ação Socioambiental do Hotspot Cerrado no âmbito da Articulação Rosalino. Participaram as antenas indígenas, algumas lideranças e alguns jovens do território.
- Eventos de formação com os Apanhadores de Flor Sempre Vivas realizados no âmbito do Encontro de Monitoramento do Plano de Conservação Dinâmica das Comunidades de Apanhadoras de Flores Sempre Vivas envolvidas com o GIHAS. Formação sobre Gestão Territorial e levantamento de informações para o Plano de Ação Socioambiental.
- Oficina virtual com os vazanteiros. Foram realizadas reuniões com pequenos grupos da Associação dos Vazanteiros do Município de Itacarambi, Associação dos Vazanteiros do Pau Preto, Quilombo de Praia e Associação dos Vazanteiros de Pau de Léguas mobilizadas pelo Sr Cícero, representante dos vazanteiros na CEPCT e CNPCT.
- Reunião entre os projetos apoiados pelo CEPF - STR RIACHO/CGS/CAANM. Como resultado foi possível planejar de forma conjunta com o STR as ações dos diversos projetos - além da ação específica relativa a RDS Tamanduá, TICCAS e construção do documento que servirá de subsídio na construção de política pública relacionada com a

proteção das águas, dos cerrados e dos geraizeiros de Riacho dos Machados (em andamento).

- Realização de diversas atividades intermodulares nas comunidades das lideranças envolvidas no Programa de Formação visando a aplicação e validação dos conteúdos práticos e teóricos e também como espaços para discussão sobre o Plano de Ação Socioambiental de Conservação do Hotspot Cerrado no âmbito da Articulação Rosalino .
- Reunião com lideranças Geraizeiras, Vacarianas, Quilombolas (Peixe Bravo) em preparação para a reunião da CEPCTs (Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais) para tratar do protocolo de consulta prévia, livre e informada referente frente a grandes projetos.
- Contribuição na reunião sobre TICCA's promovida pela ACEVER com comunidades veredeiras e reunião virtual realizada para discutir sobre o contexto do Território Veredeiro Berço das Águas. A partir das colocações foi possível perceber a compreensão das lideranças sobre a importância do TICCA's como instrumento de resistência para as comunidades veredeiras.
- Realização de Oficina de comunicação popular com os jovens da comunidade geraizeira de Raiz e como etapa de construção do PGTA do território
- Oficina de Geotecnologias Aplicadas a Gestão De Territórios Tradicionais - A Oficina foi realizada no salão do centro de formação do PAE Veredas Vivas. Participaram da oficina 7 jovens (com idades entre 14 e 29 anos), 2 membros do Conselho Gestor do assentamento.
- Realização de oficinas práticas de beneficiamento envolvendo grupos de mulheres, empreendimentos econômicos e intercâmbios locais;
- Entrega pública do PGTA Veredas Vivas - Plano de Desenvolvimento do Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas. O encontro aconteceu de forma presencial e virtual devido as orientações dos órgãos de saúde quanto aos cuidados diante do contexto de pandemia.
- Acompanhamento sociotécnico da Associação de Agricultores Indígenas Xakriabá com foco no fortalecimento ao acesso à política pública PNAE - Foram realizadas visita nas aldeias (Barreiro Preto, Aldeia Veredinha, Aldeia Olhos D'agua, Aldeia Peruaçu, Aldeia Caatinginha, Aldeia Riachos Dos Buritis, Aldeia Riacho Do Brejo, Aldeia Sumaré 1, Aldeia Sumaré 02) situadas no município de São João Das Missões, para diálogo com as lideranças, CIMI (Conselho Indigenista Missionário), prefeitura e escolas.

- Intercâmbio TICCAS - Participação de uma liderança quilombolas da AQK - Associação Quilombola Kalunga de Cavalcanti - GO e do coordenador do IEB em intercâmbio virtual de experiências para sensibilizar e esclarecer as comunidades tradicionais sobre a importância e vantagens do reconhecimento de seu território como um TICCA.
- Incidência do Projeto Re-Existir na Articulação da Bacia do Rio Pardo em Minas Gerais e Bahia. A missão da Articulação é dialogar com os grupos sociais populares no campo e na cidade para defender a água e os bens de uso comuns na Bacia do Rio Pardo, buscando ampliar os parceiros e aliados, anunciando saberes e práticas dos territórios e Comunidades Tradicionais e denunciando causas que transformam na morte progressiva do rio.
- Visita ao Território Xakriabá - o Povo Xakriabá sofreu um ataque à sua escola na Aldeia Barreiro Preto e que atingiu a biblioteca, unidade de beneficiamento e a Casa de Medicina. Realização de diversas atividades Inter modulares junto aos treinandos para aplicação e validação dos conteúdos práticos e teóricos recebidos – Realização de Diagnósticos.



Figura 5: Oficina de formação e planejamento na AEFA.





Figura 3: Propostas para o Plano de Ação na oficina de formação e planejamento na AEFA.



Figura 4: Devolução do PGTA PAE Veredas Vivas - Rio Pardo de Minas.



Figura 4.1: Devolução do PGTA PAE Veredas Vivas - Rio Pardo de Minas.



Figura 5: Oficinas virtuais dos Caatingueiros e Veredeiros.



Figura 6: Oficinas virtuais dos indígenas Xakriabá e quilombolas Gurutubanos.



Figura 7: Oficina virtual dos empreendimentos ecossociais.

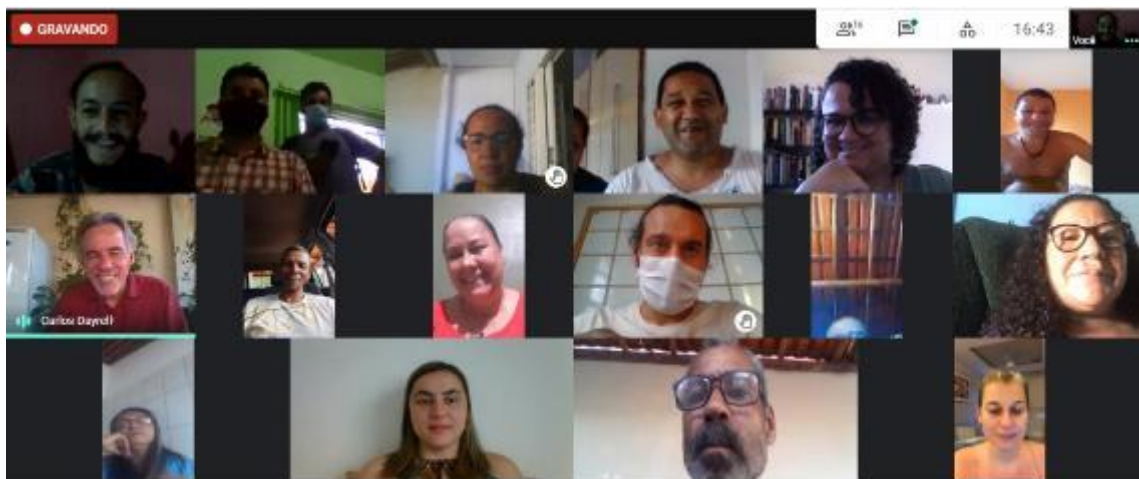


Figura 8: Oficina virtual do Povo Geraizeiro.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INCIDÊNCIA<sup>3</sup> DA ARTICULAÇÃO ROSALINO GOMES**

A área de incidência dos Sete Povos que fazem parte da Articulação Rosalino é vasta, ocupando 82.220 km<sup>2</sup>, km<sup>2</sup> (equivalente a 8,22 milhões de ha). Está circunscrita, predominantemente, na mesorregião Norte de Minas, com exceção da área pertencente às Apanhadoras de Sempre-Vivas (predominantemente no Jequitinhonha) e uma pequena parte do território dos Veredeiros (Noroeste de Minas). (Figura 9).

---

<sup>3</sup> Com relação à “área de incidência”, é importante esclarecer que se refere às áreas onde comunidades locais se afirmam como pertencentes a um determinado povo, vem promovendo interações e/ou demandando o reconhecimento de seus territórios. Estas áreas não são exclusivas de ações apenas da Articulação Rosalino. Incidem também outros movimentos identitários como o indígena, o quilombola (Federação N’Golo), os pescadores artesanais (MPP), ou camponeses como a Liga dos Camponeses Pobres, MST, MAB, MAN ou movimento pastorais (CPT, CPP, CEBs) (DAYRELL, 2019).

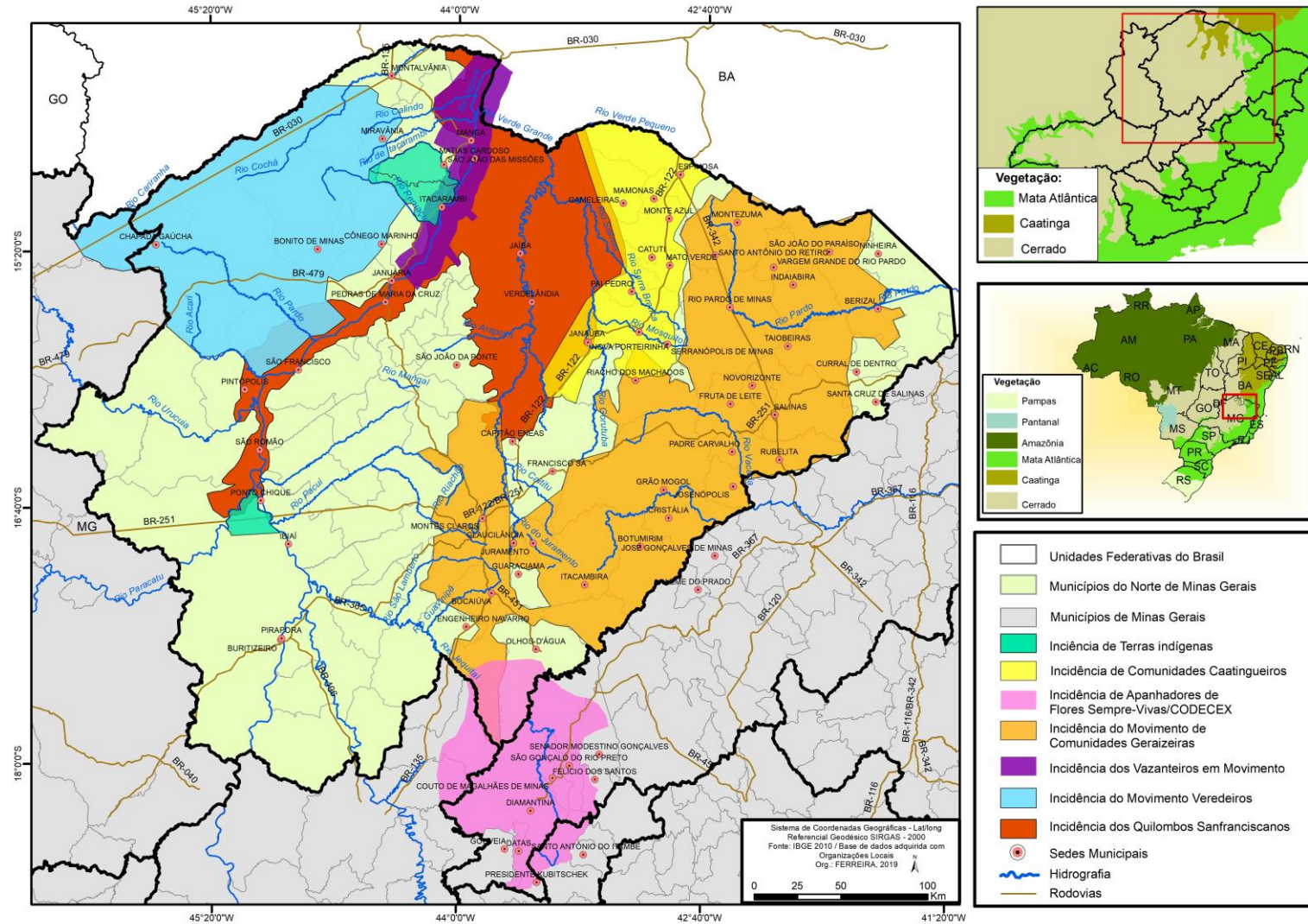


Figura 9: Mapa de incidência da Articulação Rosalino. Fonte: Dayrell, 2019.

A área de incidência da Articulação Rosalino está inserida em uma região com uma ampla diversidade ambiental. Existem regiões de climas que variam do Semiúmido para o Semiárido, distribuídas desde altiplanos com serras e morros que atingem os 2.000 metros de altitude, até planícies com 350 metros de altitude. Nas regiões de planaltos, encontram-se extensas chapadas que apresentam feições típicas dos Cerrados (Campos rupestres, Cerrado restrito, Cerradão, Campo cerrado) que fazem transição, ora com áreas de Mata Atlântica, ora com áreas de Caatingas. Paisagens que apresentam uma infinidade de nascentes associadas às áreas de recarga hídrica em uma extensa área de divisores de águas dos vales dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce. Estes ambientes fazem transições com extensas áreas de planícies, furados e vazantes drenados pelos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha onde os cerrados interagem em uma extensa área com Caatingas e Mata Atlântica, incluindo as Florestas Estacionais Semidecíduais, Matas de Galeria e Florestas Deciduais (Mata Seca).

Se observarmos a distribuição dos povos que compõem a Articulação Rosalino, em um corte transversal da porção Oeste à Leste, veremos, conforme Figura 10 a seguir, como a diversidade ecossistêmica encontra-se também associada à uma diversificação sociocultural ainda pouco compreendida pela ciência.



Figura 10: Perfil transversal de distribuição dos Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino. Fonte: adaptado de Dayrell, 2019.

Percebe-se que esta região está inserida em áreas de transição entre os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, ecótonos que se configuram como de elevada importância ecológica em função de sua diversidade ambiental e sociocultural. Na figura a seguir é possível visualizar a distribuição dos Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino entre os biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica.

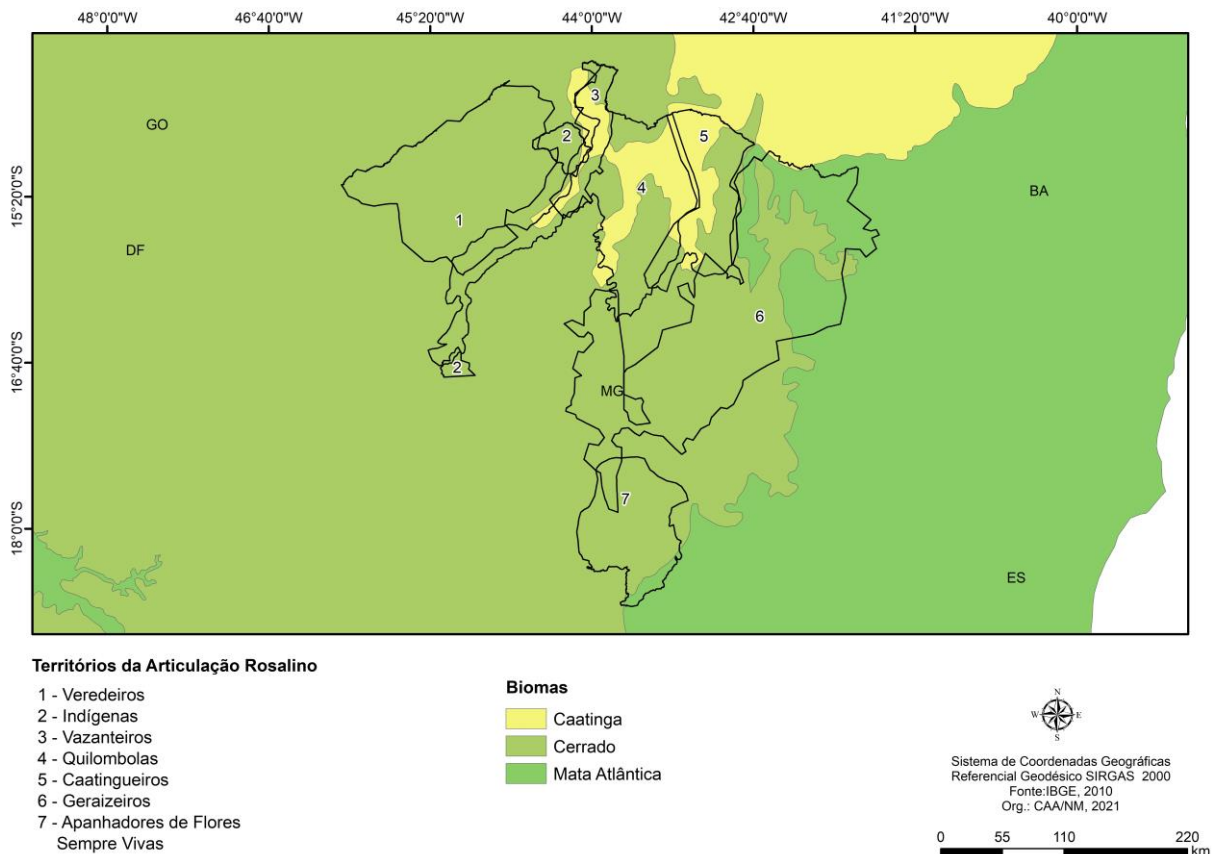


Figura 11: Biomas nos quais as áreas de incidência da Articulação Rosalino estão distribuídas.  
Fonte: CAA, 2021.

Ao observar o mapa (Figura 11) vê-se que extensas áreas de Cerrados fazem uma interpenetração nas áreas de Caatinga e Mata Atlântica (ou vice-versa). O Cerrado é o bioma predominante e ocupa 76% da área de incidência da Articulação Rosalino, seguido pela Caatinga com 12% e Mata Atlântica também com 12% (veja na Tabela 1 a seguir).

Tabela 11: Distribuição da área de incidência da Articulação Rosalino de acordo com os biomas predominantes. Fonte: CAA, 2021.

<b>Bioma</b>	<b>Área km<sup>2</sup></b>	<b>Área %</b>
Cerrado	62.514,78	76%
Caatinga	10.001,00	12%
Mata Atlântica	9.704,93	12%
<b>Total</b>	<b>82.220,72</b>	<b>100%</b>

A interpenetração que existe entre os biomas acontece também nas áreas de incidência de cada uma das etnicidades que compõem a Articulação Rosalino. Na Tabela 2 observa-se que 6.103,88 km<sup>2</sup> (610.388 ha) são áreas de contato compartilhadas entre os sete povos. Vê-se também que o Cerrado está presente na área de incidência de todos os povos; a Mata Atlântica está presente na área de incidência de dois povos e a Caatinga está presente na área de incidência de cinco povos. Apenas os Veredeiros<sup>4</sup> possuem o Cerrado ocupando 100% de sua área de incidência.

Tabela 12: Distribuição da área de incidência das etnicidades que compõem a Articulação Rosalino de acordo com os biomas. Fonte: CAA, 2021, adaptado de Dayrell, 2019.

<b>Etnicidade</b>	<b>Bioma</b>	<b>Área km<sup>2</sup></b>	<b>Área %</b>	<b>Área total (km<sup>2</sup>)/Povo</b>
Incidência Geraizeiros	Cerrado	23451,06	71,77%	32.674,84
	Mata Atlântica	9103,95	27,86%	
	Caatinga	119,81	0,37%	
Incidência Apanhadores de Flores	Mata Atlântica	600,97	7,24%	8.302,39
	Cerrado	7701,41	92,76%	
Incidência Quilombolas do São Francisco	Cerrado	11261,03	63,60%	17.705,51
	Caatinga	6444,47	36,40%	
Incidência Veredeiros	Cerrado	17120,57	100,00%	17.120,58
Incidência Indígena	Cerrado	1587,04	92,06%	1.723,96
	Caatinga	136,91	7,94%	
Incidência Caatingueiros	Caatinga	3488,85	45,86%	7.607,98
	Cerrado	4119,11	54,14%	

<sup>4</sup> Utilizando-se de outros mapeamentos, a área de incidência dos veredeiros conta com inúmeras inclusões de caatinga e mata seca. (WWF, 2010).



Incidência Vazanteiros em Movimento	Caatinga	1728,91	54,21%	3.189,34
	Cerrado	1460,43	45,79%	
<b>Área Total de incidência com sobreposição</b>				<b>88.324,60</b>
Áreas de incidência sobrepostas				6.103,88
<b>Área Total de incidência sem sobreposição</b>				<b>82.220,72</b>

No entanto, apenas a partir do Mapa de Biomas do IBGE (2010), não é possível antever a importância ecológica dos diversos nichos e nem a imensa diversidade de formações vegetais presentes nas áreas de incidência de cada um dos povos. Como exemplo, podemos citar estudos realizados pelo Instituto Prístino (2017), que demonstraram a importância ecológica de uma área de incidência de comunidades geraizeiras na divisa dos Municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas.

“Um dos estudos aponta a diversidade de formações vegetais ainda relativamente preservadas, manejadas historicamente pelas comunidades que aí vivem, da flora, fauna, além de um precioso patrimônio espeleológico: Só no levantamento florístico, ainda em andamento, destacaram-se cinco novos registros de espécies para Minas Gerais, entre 27 endêmicas, das quais 13 ameaçadas de extinção. A lista de aves nas fitofisionomias abertas e semiabertas dos sistemas ferruginosos da região é representada por 128 espécies até o momento. Sua composição sugere fortes diferenças com a avifauna de outros sistemas ferruginosos, pela influência da Caatinga. Embaixo dessa biodiversidade, cavernas fervilhantes de morcegos e invertebrados troglomórficos preparam-se para visitas, enquanto raras pinturas e gravuras em rochas ferruginosas pedem para falar sobre aqueles que por ali passaram. Das 21 cavidades subterrâneas estudadas, 14 foram catalogadas como de ‘relevância máxima’, seja pela sua qualidade espeleológica e arqueológica, suas incríveis paleotocas, seus quirópteros ameaçados de extinção e uma variedade

de invertebrados até então desconhecidos para a ciência. (JACOBI, C. in CARMO e KAMINO, 2017)''.

Dessa forma, verifica-se uma enorme zona de tensão ecológica e cultural, onde a geomorfologia, o clima, a geologia e a pedologia associam-se às distintas formações vegetais e animais. Paisagens diversificadas que coexistem com populações humanas. Onde persistem, ainda, extensas áreas tidas como naturais, mas que na realidade são expressões de manejos que foram elaborados e atualizados por populações que desenvolveram seus modos de vida em estreita relação com o rico patrimônio agrícola e biocultural.

### 3.1 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL

O Norte de Minas Gerais conjuga duas dinâmicas distintas e imbricadas, que propiciam historicamente a existência de diversas territorialidades sustentadoras da tradicionalidade dos povos integrantes da Articulação Rosalino. A primeira dinâmica está vinculada à existência de três biomas que se interpenetram possibilitando a constituição de diversas ecologias, a partir das quais a segunda dinâmica se estrutura: as diversas formas de manuseio da natureza. Estas são, historicamente, transformadas em cultura, tendo como princípio a criação de gado e a agricultura em uma matriz agroextrativista, que em cada ecologia proporcionam a constituição de sistemas de produção diversos e complexos.

Anteriormente à chegada de africanos e seus descendentes, assim como, colonos brasileiros, conforme Senna (1926), dezenove sociedades indígenas do tronco linguístico macro-gê ocupavam o espaço do curso médio do rio São Francisco onde se situa a sociedade norte mineira e os sete povos vinculados à Articulação Rosalino. Em fins do século XVII subiram o curso do referido rio duas sociedades indígenas vindas do Nordeste Brasileiro e quatro outras sociedades indígenas deslocaram-se da região oeste quando da chegada de bandeirantes naquela área para o espaço dos, então, *Currais do São Francisco*. Os indígenas viviam sobretudo nas áreas do bioma Cerrado usufruindo da fartura dos frutos coletados, caça e pesca, além do cultivo de mandioca, milho, melancia, abóbora e outros legumes.

Com a fuga dos escravizados para o interior da floresta existente no vale do rio Verde Grande, mulheres, homens e crianças africanos ou descendentes de africanos se aquilombaram formando centenas de pequenos agrupamentos nas margens dos poucos cursos d'água existentes, mas sobretudo no entorno de dolinas, regionalmente denominados furados, e nas lagoas. Quando no período chuvoso os furados enchiam-se de água e, à medida que a

mesma ia baixando com o término das chuvas, as terras no seu interior eram cultivadas pelas mulheres enquanto os homens pastoreavam o gado criado solto no interior da exuberante floresta que cobria a maior parte do referido vale. No período da escravidão a ocupação dessa área ocorreu pela existência da endemia de malária, que afugentava indígenas e brancos para as áreas nos sopés das serras circundantes do referido vale, e as gentes aquilombadas manusearam a estratégia da invisibilidade procurando não impactar a área.

Na maioria das comunidades rurais negras que, a partir da Constituição de 1988 passaram a se afirmar como remanescente de quilombo, tinha-se o hábito de não acender o fogo durante o dia, pois as colunas de fumaça poderiam denunciar, aos fazendeiros situados nas chapadas sobre as serras, a presença de ocupantes na área florestada. Em meados do século XVII um grupo de paulistas se fixa nas proximidades da foz do rio Verde Grande quando este desagua no rio São Francisco, posicionando-se para combater, a pedido da Capitania da Bahia, indígenas e quilombolas que atacavam os colonos na região do Recôncavo Baiano quando colocavam fogo nos canaviais. Essa população branca e mameluca que chegou, dá início à organização de um sistema de produção vinculado à criação de gado e ao cultivo de gêneros alimentícios. A fazenda instituída era organizada como um sistema de produção autossustentável com criação de animais de grande, médio e pequeno porte, cultivo de mandioca, milho, cana de açúcar, arroz, algodão, diversas hortaliças, coleta de frutos nas chapadas, caça e pesca, como um modo de vida englobante que se replicava nos pequenos agrupamentos de sítios que se localizavam para além das fazendas.

O rio São Francisco, denominado rio da integração nacional, é constitutivo e constituinte de um modo de vida que se estende por seu vale, mas não por toda a sua bacia e que propiciou ao longo do seu curso médio, principalmente, o trânsito de gentes das mais diversas origens que possibilitou o imbricamento de culturas diferenciadas. E assim, deu origem a uma cultura relativizadora em que dinâmicas externas se interligam com as dinâmicas internas produzindo formas de viver solidárias. Na segunda metade do século XVIII quando da guerra civil estadunidense, os fazendeiros norte-mineiros, como os de todo o curso médio do rio São Francisco, forneceram algodão para a Inglaterra. E em fins do Século XIX as mangabeiras existentes nas chapadas da região foram manuseadas na extração do seu látex, que foi comercializado no boom da borracha brasileira. Essas duas formas de comercialização de produção verificada na região norte mineira, que propiciou sua interligação internacional, não oblitera o fato que desde a fixação dos paulistas em meados do século XVII a produção regional tenha sido comercializada com baianos, com mineradores

que deram origem à sociedade mineira, com goianos e com mato-grossenses. Ou seja, desde seus primórdios, os vínculos comerciais do Norte de Minas estiveram e estão vinculados, prioritariamente, ao abastecimento do país.

O regime agrário que teve na criação de gado bovino a sua marca principal, ao ser constituído no interior das diversas ecologias do Cerrado, da Caatinga e da Mata Seca, foi organizado em uma complexa articulação agrônômica com origem nas racionalidades diferenciadas e específicas nestes distintos ambientes. Os legados indígenas que se vincularam com legados africanos propiciaram a constituição de uma racionalidade de mutualidade entre as gentes que passou a conviver com a racionalidade econômica dos grandes fazendeiros comercializando sua produção, desde os primórdios da constituição da sociedade norte mineira conforme discutido por Anastasia (1983), com o mundo externo para o abastecimento de outras regiões do país e, também, como fornecimento de matéria prima para industrialização internacional como discutido por Costa (2021). Outras racionalidades se interligaram às indígenas, quilombolas e dos fazendeiros, trazidas por gentes que se fixaram na região, como os italianos que vindos para colonizar a Jafba (VELLOSO, 1901) não penetraram no interior da floresta existente devido à endemia de malária. Situararam nos sopés da Serra do Espinhaço e deram origem às comunidades caatingueiras, ou geraizeiras ao se localizarem no alto da Serra.

No início da formação da complexa sociedade regional, a atividade produtiva baseada na iniciativa privada se opôs à monopolização pela coroa portuguesa e teve historicamente sua atividade comercial marginalizada. Em fins do século XIX, quando famílias norte-mineiras adquiriram e instalaram fábricas têxteis, vindas da Inglaterra, país que passou por um processo de revolução tecnológica, tem-se início a penetração da forma capitalista de produção. Mas é com o processo de concentração e centralização do capital em São Paulo, no mesmo período, que tal forma se expande na região com a construção da estrada de ferro ligando Salvador ao Rio de Janeiro e à capital paulista. E ganha maior impulso, nos anos 1960, com a modernização da economia brasileira impulsionada pelo regime militar.

Na região, a expansão capitalista foi financiada com recursos públicos e se apoiou na infraestrutura econômica viabilizada por políticas do governo federal a partir da vinculação do Norte de Minas, por ser integrante do Polígono das Secas, à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. As ações desenvolvidas se vincularam à expansão de estradas pavimentadas com asfalto interligando a região a outras áreas do país, das linhas de transmissão de energia elétrica da Central Elétrica de Minas

Gerais – CEMIG, da constituição da empresa Telecomunicações de Minas Gerais, do reflorestamento das chapadas com eucalipto para subsidiar o polo siderúrgico que se instalou na região central mineira, vide Brito (2006), bem como dos projetos de irrigação como o Gurutuba ,nos municípios de Nova Porteirinha e Janaúba e o da Jaíba, situado nos municípios de Matias Cardoso e Jaíba. Os financiamentos subsidiados viabilizados pela SUDENE proporcionaram a criação de distritos industriais nas cidades de Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiuva e Capitão Enéas com instalação de uma diversificada planta industrial. E, também, financiaram a modernização das fazendas de criação de gado com a introdução de capins exóticos e de raças de gado nelore e guzerá, raças indianas, introduzidas para melhorar o rebanho bovino brasileiro, assim como a introdução de novos cultivos nos distritos irrigados dando origem ao agronegócio.

Neste período, há a ruptura das relações de sociabilidade entre os grandes fazendeiros e as famílias de agricultores que aqui viviam. Derivando um violento processo de concentração de terras com a expulsão de milhares de famílias que, até então, haviam ocupado terras devolutas, pertencentes à união ou às unidades federativas, neste sentido vide Costa (2021). Esse processo origina-se a partir da possibilidade de financiamento pela SUDENE para a modernização das fazendas, que se transformam em empresas agropecuárias vinculadas a profissionais liberais das cidades regionais e, também, a empresas bancárias, industriais e comerciais de diversos estados brasileiros. Esta ruptura desestrutura o regime agrário regional que, com diversas especializações microrregionais, garantia a autossuficiência de alimentos, além da exportação para outras regiões de Minas Gerais ou do Brasil. Com a expulsão das famílias tem início o processo de desmatamento generalizado por toda a região, transformando a vegetação de Cerrado, de Caatinga e de Mata Seca em carvão, que é comercializado com as empresas do polo siderúrgico existente na região central de Minas Gerais.

Em fins do século XX, o agronegócio regional expande a comercialização da produção agrícola (principalmente frutas) e pastoril no comércio internacional, propiciando a ampliação de uma incipiente cosmopolitização regional. Em contrapartida, embora as economias invisibilizadas da agricultura familiar, conforme estudo de Dayrell e colaboradores (2017), continuem tendo, economicamente, um papel fundamental na dinâmica regional, em que pese as ações administrativas do governo de Minas Gerais não consideram sua relevância. Esse papel fundamental das economias nativas foi também estudado por D'Angelis Filho (2005), sobre as articulações locais que as famílias rurais desenvolvem historicamente para

comercialização de suas produções. Como também a pesquisa de Souza (2013) sobre as redes, fluxos e circuitos que viabilizam a colocação da produção agrícola familiar no mercado interno brasileiro e no mercado internacional, com produtos orgânicos oriundos da prática agroecológica que desenvolvem em suas comunidades.

Em fins do século XX o Governo de Minas Gerais processa, principalmente, na região norte mineira, um reordenamento ambiental que, conforme Araújo (2009), visava atender a interesses dos ambientalistas belo-horizontinos que buscavam ampliar áreas de preservação no estado, vinculados a grupos empresariais interessados a mobilizar recursos públicos nas áreas de suas atividades econômicas em conformidade com a demandas governamentais na atração de novos investimentos financeiros para projetos públicos. Muitas das Unidades de Conservação criadas neste período constituíram-se como medidas compensatórias para não alterar ou limitar a perspectiva econômica de grandes empreendimentos empresariais instalados no estado. Medidas caracterizadas como “jogos de mitigação” que emergiam no interior do COPAM (Conselhos Estaduais de Política Ambiental) em decorrência do seu processo de oligarquização.

O reordenamento ambiental estabeleceu um novo desenho territorial por todo o estado, mas principalmente na região norte mineira e no Espinhaço Meridional, em decorrência da maior concentração de grupos étnicos vinculados aos Povos e Comunidades Tradicionais, que causaram pouco impacto, historicamente, na vegetação existente em suas áreas territoriais em decorrência da interdependência entre o humano e a natureza. Na definição de áreas prioritárias para a conservação, os interesses destas comunidades não se sobrepunham aos dos grupos econômicos hegemônicos do estado, que com maior poder de influência acabaram por contribuir na definição das áreas que se apresentavam como o de “menor custo”. Na maioria das vezes, o potencial de conflito com as comunidades tradicionais é escamoteado em um primeiro momento.

Este desenho é assentado sobre o paradigma ambiental, em que a natureza é separada do homem, pela definição de áreas de uso restrito, de áreas de uso sustentável e pela imposição do deslocamento da população das áreas em que se encontravam estabelecidas há dezenas e até mesmo centenas de anos. Como estudado por Anaya e colaboradores (2006), decorre daí o limitado e condicionado acesso das populações locais aos recursos ambientais para a reprodução material das famílias, sob a égide dos órgãos ambientais, que gastam praticamente todo o tempo que dispõem perseguindo aqueles que lutam pela sobrevivência,

mas fecham os olhos para os empreendimentos degradadores que devoram incessantemente as matas, a terra e as suas águas.

Há, ainda, a salientar que embora ocorra a emergência de identidades étnicas no período cujos agrupamentos sociais conservaram secularmente a natureza de seus territórios, é verificada a desqualificação das populações locais e dos seus saberes durante os processos de criação e de regulamentação dos parques, conforme estudo de Araújo (2009). Há uma identificação recorrente dessas populações pelos funcionários dos órgãos ambientais, que os tratam pejorativamente como invasores dos territórios protegidos ambientalmente e degradadores das condições da natureza que deve ser mantida intocada por definição legal.

### 3.2 RELEVÂNCIA CULTURAL

Nos espaços onde ocorrem as diferentes formações vegetais, populações indígenas, africanos e seus descendentes aquilombados e agricultores familiares, anteriormente desclassificados coloniais, instituíram seus *mundi* sociais<sup>5</sup>, conforme discutido por Woortmann (1995). Ou seja, um sistema produtivo voltado para a satisfação das necessidades de cada família, em particular, e da comunidade como um todo, ainda que possa ocorrer uma relação com o mercado com a venda do excedente produzido para comercialização externa<sup>6</sup>; uma acumulação de capital reduzida; uma organização social baseada na família e na comunidade por meio de relações de parentesco e compadrio que são atualizadas nas atividades econômicas, sociais e culturais; uma vida cultural intensamente simbólica e mitológica que se expressam em rituais vinculados às atividades de caça, pescas e extrativismo; um impacto limitado sobre o meio ambiente devido à tecnologia utilizada, assim como uma divisão técnica e social do trabalho reduzida em decorrência do domínio sobre todo o processo produtivo; uma ausência de conexões com o poder político por situarem-se à margem da vida política; e, por último, uma auto identificação ou identificação contrastiva tendo algum elemento da cultura selecionado contextualmente como definidor das diferenças.

Nos espaços ecológicos em que, no passado, as famílias instituíram seus *mundi* sociais, encontramos na região norte mineira, conforme Pierson (1972) em seu estudo sobre a

---

<sup>5</sup> Woortmann (1995) ao estudar sitiantes nordestinos afirma que, após migração por algum acontecimento trágico, as populações rurais instauram um novo *mundus* através do trabalho do homem que persiste enquanto os seus descendentes permanecerem vivendo no mesmo sítio onde o construíram.

<sup>6</sup> Nas economias nativas existem outras formas de produção de excedente dentro do planejamento estratégico que cada família realiza, como por exemplo ser responsável pela festividade ao padroeiro, para realizar o casamento de filha e para cobrir custos de tratamento de saúde muitas vezes em grandes centros, dentre outros.

ocupação do vale do rio São Francisco, agrupamentos humanos com identificações contrastivas, que têm sido consideradas como identidades ecológicas (PARAJULI, 1996) por serem as ecologias onde se encontram situados, o definidor de suas identificações contextualmente. Em dezenas de estudos desenvolvidos por pesquisadores norte mineiros e de outras regiões foram focalizados, além dos Xakriabá, no município de São João das Missões e dos quilombolas, principalmente no interior do território negro da Jahyba (COSTA, 1999), situado no vale do rio Verde Grande, os geraizeiros, situados em bordas de chapadas, os veredeiros, localizados nas cabeceiras de formação de cursos d'água, principalmente na margem esquerda do rio São Francisco, os vazanteiros, residentes em ilhas ou nas margens desse mesmo rio vivendo processos transumantes em decorrência do fluxo desse grande e importante rio, os catingueiros, situados na região de caatinga arbustiva nos sopés da Serra do Espinhaço e os apanhadores de flores, que conjugam diversas atividades produtivas e, principalmente, a coleta de flores sempre vivas nos campos rupestres da Serra do Espinhaço, na região diamantífera de Minas Gerais. Essas são as diversas formas de ocupação das ecologias presentes no Cerrado, na Caatinga, na Mata Seca e Mata Atlântica que possuem formações próprias, mas que se interpenetram viabilizando a possibilidade de fixação de identidades ecológicas diferenciadas.

Como já afirmado na seção anterior, acerca da formação socioeconômica e cultural da área de atuação da Articulação Rosalino, a partir de finais do século XX, por pressão de ambientalistas vivendo na capital de Minas Gerais, ou também em Brasília (DF), de empresários visando mobilizar recursos públicos para seus interesses privados e do governo estadual e federal buscando garantir investimentos financeiros para projetos que atendessem aos interesses do capital, todo o território estadual, mas principalmente o norte de Minas, viu emergir dezenas de Unidades de Conservação. Neste novo desenho territorial criado pelo ordenamento ambiental verificou-se espaços criados com a expulsão das coletividades que historicamente preservaram o ambiente e consequente desqualificação das populações e de seus saberes ambientais nos processos de criação e implantação dessas áreas protegidas.

Em seus estudos, Costa (2021) apresenta conflitos ambientais que incidem sobre os veredeiros, quase levando esse povo tradicional ao etnocídio (COSTA, 2011), também sobre os vazanteiros situados no município de Matias Cardoso forçando-os, a se fixarem na periferia da cidade para viverem dependentes do governo municipal, e sobre os quilombolas que vêm sendo perseguidos de diferentes formas, seja por organismos ambientais, seja por grileiros querendo ocupar áreas de seu território tradicional.



Essas e outras populações tradicionais, em suas etnicidades ecológicas ou não, têm lutado de forma conjugada em decorrência da articulação que os uniu como um movimento social regional reconhecido estadual, nacional e internacionalmente. Em suas lutas pelo direito na prática, conforme estudo de Dayrell (2019), os sete povos vinculados entre si na Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais têm não só garantido a permanência de comunidades nos espaços que seus antepassados fundaram, seus *mundi* sociais, como também, buscado viabilizar recursos variados que propiciem a garantia da reprodução das famílias e das coletividades em seus processos de conquista de direitos.

### **3.3 RELEVÂNCIA AMBIENTAL**

#### **3.3.1 Agroextrativismo nos Sistemas Nativos de Conhecimentos**

As espécies nativas da flora e da fauna são recursos de extrema importância para os povos da Articulação Rosalino, sendo utilizados na alimentação, medicina, vestuário, geração de renda e manifestações culturais diversas. O uso de espécies nativas pode ocorrer tanto por meio de coleta, na vegetação circundante, como pelo plantio nos quintais das casas, constituindo um tipo de sistema agroflorestal (DUQUE-BRASIL et al., 2011).

Existem alguns estudos etnobotânicos na área de incidência da Articulação Rosalino que demonstram a complexidade destes sistemas agrícolas. Em comunidades vazanteiras, Duque-Brasil et al. (2011) fez um levantamento de espécies encontradas em quintais na comunidade de Maracaiá e no assentamento Manga-Japoré e seus usos. Os autores registraram 88 etnoespécies, pertencentes a 87 espécies botânicas, 68 gêneros e 39 famílias botânicas. Fabaceae (Leguminosae) foi a família que apresentou maior número de espécies (17), seguida de Anacardiaceae (7 espécies), Rutaceae (7), Moraceae (4), Malvaceae (4) e Apocynaceae (4). Dentre as espécies arbóreas listadas nos quintais amostrados, 44 são nativas do território brasileiro, sendo 23 pertencentes à flora local, predominantemente das florestas estacionais decíduais (matas secas). Foi registrada a ocorrência da castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), espécie nativa da região amazônica, classificada como vulnerável na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (MMA, 2008). Em escala estadual, a quixabeira (*Sideroxylon obtusifolium*) consta na Lista das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora do Estado de Minas Gerais (COPAM, 2009). O uso das espécies nativas se relacionava predominantemente à sombra, como *Aspidosperma pyrifolium* (pereiro), medicinal (*Jatropha*

*gossypifolia*, pinhão-bravo), material de construção (*Cedrela odorata*, cedro) e usos múltiplos, como o umbu (*Spondias tuberosa*). Os quintais podem ser compreendidos como parte integrante de sistemas de uso múltiplo da terra e podem contribuir para a preservação de espécies nativas.

Outro estudo em quintais na área de incidência da Articulação Rosalino, com foco em plantas alimentícias, foi realizado por Pereira et al. (2017) em quatro comunidades distintas: quilombola de Malhada Grande (Catuti/MG), Vazanteira do Pau Preto (Matias Cardoso/MG), geraizeira do Sobrado (Rio Pardo de Minas/MG) e Caatingueira do Touro (Serranópolis de Minas/MG). Os autores registraram 133 etnoespécies, distribuídas em 126 espécies e 46 famílias botânicas, entre as quais Cucurbitaceae e Rutaceae foram as famílias mais representativas, (7,94% das espécies), seguida de Fabaceae e Solanaceae (6,92% cada) e Myrtaceae (6,35%). O número de espécies variou bastante entre comunidades, de 86 em Sobrado a 37 em Pau Preto, o que pode estar relacionado a diversos fatores, entre os quais: diferentes identidades culturais e distintos ambientes que habitam e manejam, além de diferentes condições históricas de permanência e de acesso à terra (PEREIRA et al., 2017).

Há outros estudos etnobotânicos na região, como os de Lima et al. (2012), com os geraizeiros de Rio Pardo de Minas; Carvalho (2013), com os geraizeiros do Assentamento Americana; Mota et al. (2016), realizado no Quilombo Palmeirinha, em Pedras de Maria da Cruz; e de Fagundes et al. (2017), realizado em Claros dos Poções. Além disso, há estudos sobre espécies de maior valor econômico, como o pequi (*Caryocar brasiliense*; JUNIOR et al., 2007) e a mangaba (*Hancornia speciosa*; GUILHERME et al., 2007).

Apesar da importância do uso das plantas em múltiplos aspectos da vida dos povos da Articulação Rosalino, ainda é necessária uma compilação mais ampla das espécies utilizadas por eles, assim como os possíveis impactos de atividades econômicas na ocorrência e acesso a esses recursos. Em uma revisão sobre investigações etnobotânicas nos biomas Mata Atlântica e Caatinga por Liporacci et al. (2017), apenas um estudo foi relatado no norte de Minas Gerais, o que demonstra a falta de conhecimento sobre as informações já disponíveis para essa região.

No Quilombo do Gurutuba, região de Caatingas e Matas Secas que fazem transição para o Cerrado, o contexto da degradação ambiental ocorrida a partir dos anos 1970 apontou a importância da ictiofauna na dieta alimentar dos gurutubanos. Um levantamento realizado por Costa Filho (2005) na comunidade de Canudo apontou que, em média, cada família consumia

“por ano cerca de 540 kg de peixe, uma média diária de 3 kg de peixe em um período de seis meses (seca)”. No estudo foram citadas a existência de 21 espécies de peixes, sendo 17 espécies presente em abundância no território até o início da década de 1980. Atualmente, apenas 4 espécies ocorrem em frequência média e 6 espécies em baixa ocorrência, e 8 espécies encontram-se extintas (TEIXEIRA, 2020).

Estudos etnozoológicos sistemáticos são ainda mais raros na região, apesar dos povos da Articulação Rosalino utilizarem a fauna local, frequentemente, para propósitos alimentares, medicinais, comerciais e ritualísticos (THE, 2020). Um dos poucos estudos foi realizado por Rezende e Thé (2015, dados não publicados) na comunidade da Ilha de Pau de Légua, localizada nos limites e interior do Parque Estadual da Mata Seca, em Manga. Foram reportadas 110 etnoespécies, a maioria de aves (64), mas também por mamíferos (28) e répteis (18). Foram reportadas espécies ameaçadas de extinção, como a Anta (*Tapirus terretris*) e Lobo-Guará (*Chrysocyon brachyurus*). Os principais usos da fauna foram para a alimentação, medicinal, estimação e comercial (venda de pele). No território dos Geraizeiros, Carvalho (2013) realizou um levantamento etnozoológico com 35 famílias do Assentamento Americana, com o relato de 23 espécies de mamíferos. Vários deles estão ameaçados de extinção, como a Suçuarana (*Puma concolor*) e o Lobo-Guará. Em ambas as comunidades, foram reportadas interações negativas com a fauna, devido a prejuízos causados pelo ataque a lavouras e a galinhas, poldros e bezerros.

Estudos etnoecológicos são extremamente importantes para a proposição do manejo de recursos naturais em povos e comunidades tradicionais, e devem ser previamente discutidos com os mesmos. De acordo com Carvalho (2013), no Assentamento Americana alguns membros da comunidade entrevistados propuseram o uso de cercas reforçadas nas roças e o aumento das áreas de cultivo para minimizar prejuízos. Esse autor também propõe a elaboração de planos de manejo que permitam o abate seletivo de espécies da fauna cujas populações tenham taxas de crescimento altas. No caso específico do Assentamento Americana, é mencionado o Veado-Catingueiro (*Mazama gouazoubira*), cuja carne poderia ser utilizada para a alimentação das famílias assentadas.

A meliponicultura é outra opção citada por esse autor para geração de renda no Assentamento Americana, prática que pode ser proposta para outros povos da Articulação Rosalino. As lideranças das comunidades veredeiras sempre destacam a preocupação com a extinção das espécies de abelhas nativas e já iniciaram, de forma tímida, a criação visando a sua proteção.

Apesar do extrativismo animal e o manejo da fauna serem mais complexos no âmbito da legislação brasileira, o extrativismo vegetal é bem mais simples e, provavelmente, mais viável enquanto fonte de alimentação e renda para os povos da Articulação Rosalino. Uma das principais formas de extrativismo é a coleta de frutos silvestres, principalmente de pequi (*Caryocar brasiliense*), coquinho-azedo (*Butia capitata*) e panã (*Annona crassiflora*) no Cerrado e umbu (*Spondias tuberosa*) na Caatinga (incluindo as matas secas). Apesar da grande importância econômica de frutos do Cerrado e da Caatinga, existem poucos estudos voltados para sua exploração sustentável, mas veja: Giroldo e Scariot (2015), Schmidt e Figueiredo (2015), Sá et al. (2020).

Para as plantas medicinais, já existem listas de espécies utilizadas no Cerrado e na Caatinga (VIEIRA & MARCOS, 2000; LIPORACCI, 2014), mas seu potencial econômico e cadeia produtiva ainda são relativamente pouco conhecidos e explorados, com exceção de algumas espécies usadas na indústria, como a fava d'anta (*Dimorphandra mollis*) (NUNES et al., 2012). Apesar do estímulo ao uso de fitoterápicos tanto pela Secretaria de Saúde de Minas Gerais quanto pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, Souza et al. (2012) ressaltaram “a precariedade da cadeia produtiva no que diz respeito à obtenção das plantas medicinais, principalmente pela falta de conhecimento, capacitação, informações na aquisição e venda dos produtos pelos consumidores e vendedores, respectivamente, e de interação entre os canais de comercialização”.

Recentemente, a Fundação Oswaldo Cruz e o Ministério da Agricultura realizaram um mapeamento das cadeias produtivas de plantas medicinais no norte de Minas Gerais, com foco em três espécies: fava d'anta, carapiá (*Dorstenia brasiliensis*), umburana ou imburana (*Amburana cearensis*) e a cavalinha (*Equisetum* sp.) (FIOCRUZ, 2021).

Com relação às espécies ornamentais estudos realizados junto às comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas identificaram mais de 300 espécies para usos ornamentais, inseridas em diferentes cadeias de valor, sendo que uma parcela destas são endêmicas, ou exclusivas da Serra do Espinhaço (MONTEIRO, 2011). A inserção dos povos e comunidades da Articulação Rosalino nessas cadeias produtivas pode ser uma excelente maneira de aliar conservação da biodiversidade e geração de renda nos seus territórios. Essa necessidade é atualmente reconhecida por políticas públicas conservacionistas, conforme estabelecido no Plano de Ação Nacional (PAN) para a Conservação das Sempre-Vivas (BRASIL, 2012), a saber:

“É importante destacar que existem várias comunidades humanas que dependem do extrativismo de sempre-vivas para sua sobrevivência. Portanto, a busca de alternativas sustentáveis para essas comunidades, mais que um desafio, é uma necessidade.”

O PAN Sempre-vivas estabeleceu 54 ações distribuídas em cinco Metas e, entre elas, destacam-se as Metas II e V, respectivamente: “integração das comunidades locais e demais atores pertinentes no processo de conservação das Eriocaulaceae”; “Promoção do manejo sustentável das espécies de Eriocaulaceae utilizadas por comunidades humanas.”

O extrativismo de madeira para construção, lenha e fabricação de carvão é relatado em estudos etnoecológicos (BRASIL et al., 2011; CARVALHO, 2013) e pode ser mais problemático do ponto de vista legal, uma vez que várias espécies são imunes de corte, como a aroeira-do-sertão (*Myracrodruon urundeuva*) e o ipê-amarelo (algumas espécies do gênero *Handroanthus* e *Tabebuia*), entre outras. Do ponto de vista ambiental, o corte de árvores pode causar diversos impactos ecológicos negativos. No Assentamento Americana, em território Geraizeiro, Carvalho (2013) relatou o aproveitamento de lenha para produção de carvão, não só para consumo próprio como para a venda a indústrias siderúrgicas. Além disso, algumas famílias manifestaram a intenção de plantar eucalipto. Tais opções para o uso dos recursos naturais causam maior impacto ambiental e sua implementação deve ser amplamente discutida com os povos da Articulação Rosalino. De uma maneira geral, é necessário um melhor entendimento dos diversos sistemas de manejo, os sistemas de conhecimentos nativos associados, bem como os impactos do avanço das monoculturas no próprio extrativismo e sua sustentabilidade a longo prazo.

### **3.3.2 Patrimônio Espeleológico**

O Brasil possui grandes extensões de áreas propícias à formação de cavernas, fato que confere ao país um valioso patrimônio espeleológico (KARMANN; SALLUN FILHO, 2007). O Centro-Norte de Minas Gerais é um dos lugares do País, que possui sítios espeleológicos importantes. Na área de incidência da Articulação Rosalino o patrimônio

espeleológico de dois povos foi estudado pelo Instituto Prístino: Quilombo de Peixe Bravo e Terra Indígena Xacriabá.

Em consulta a base de dados de cavernas disponibilizada pelo CECAV (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas), foi elaborado um mapa com a distribuição das 23 cavidades catalogadas dentro do território do Quilombo de Peixe Bravo (Figura 12). Importante dizer que no entorno do Quilombo de Peixe Bravo, também já foram catalogadas dezenas de cavernas na Bacia do rio Peixe Bravo, principalmente nas áreas onde se encontram os afloramentos ferruginosos conhecidos como canga.

Além de uma alta concentração de cavernas na região do rio Peixe Bravo, que tiveram os primeiros registros nessa última década (CARMO et al., 2011a), a região obteve destaque no meio científico devido à sua grande concentração de paleotocas, que são registros de uma fauna extinta, conhecida como megafauna, do período Pleistocênico, e que utilizavam as cavernas para construir suas tocas, deixando marcas de suas garras nas paredes internas das cavernas (CARMO et al., 2011b; BUCHMANN et al., 2015). As paleotocas já eram conhecidas em outras regiões do país e da América do Sul, mas foi no Vale do Peixe Bravo que ocorreram os primeiros registros publicados de paleotocas desenvolvidas em litotipos ferruginosos.

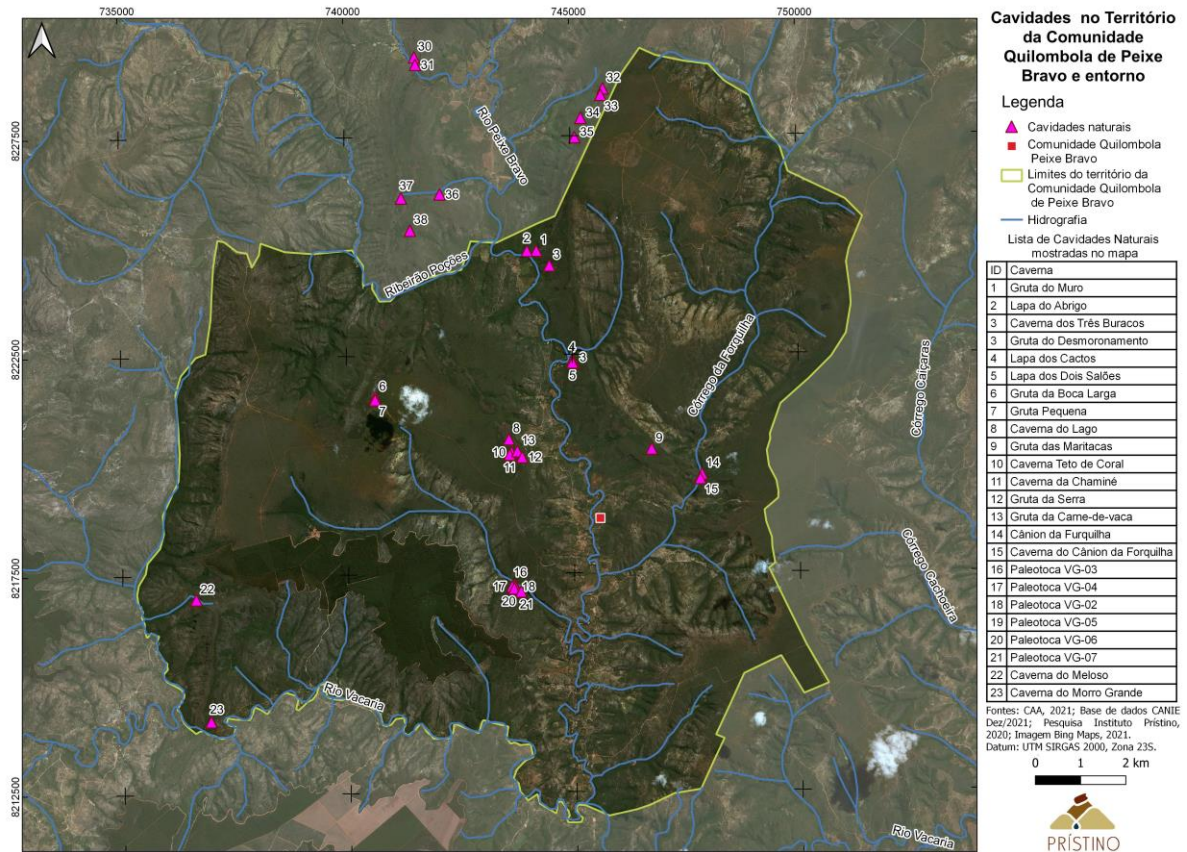


Figura 12: Distribuição de cavidades naturais subterrâneas no Território do Quilombo de Peixe Bravo.

Atualmente, dentro dos limites do território do Quilombo de Peixe Bravo já foram catalogadas 8 cavernas com registros paleontológicos. Para a região do rio Peixe Bravo já foram descobertas outras dezenas de paleotocas (Figura 13) (BUCHMANN et al, 2016; INSTITUTO PRÍSTINO, dados inéditos), reconhecidas como uma importante região para conservação de paleotocas em litotipo ferruginoso no mundo.

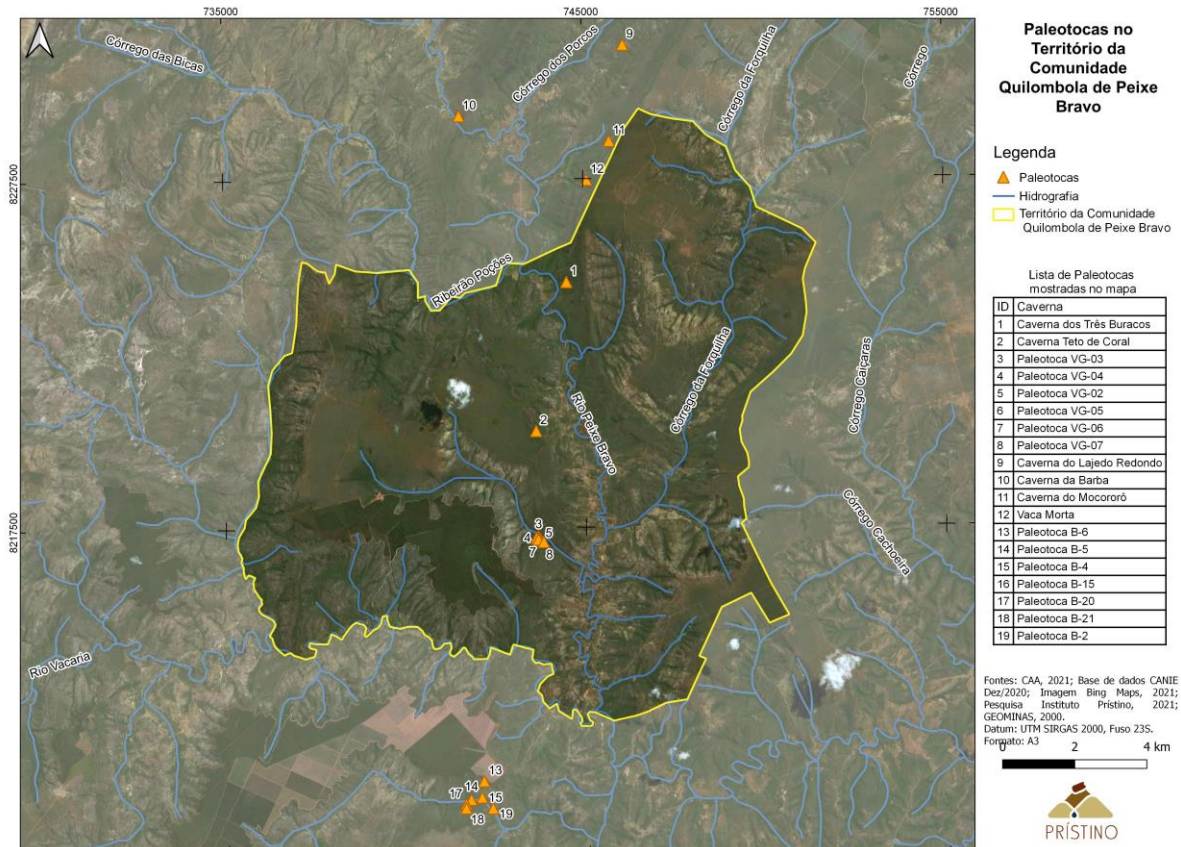


Figura 13: Distribuição de paleotocas no limite do território do Quilombo de Peixe Bravo e em seu entorno.

Os registros de cavernas já cadastrados no vale do rio Peixe Bravo são importantes devido a essa área não ter uma visibilidade para estudos sistemáticos em relação ao patrimônio espeleológico. De acordo com o Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas no Brasil (2012), a área do Peixe Bravo está classificada na classe de Médio Potencial de Ocorrência de Cavernas no Brasil. No entanto, após uma década de pesquisa na região, o Instituto Prístino realizou prospecções em algumas áreas ferruginosas e já conseguiu catalogar mais de 50 cavidades, mostrando que nas áreas de canga, já percorridas, o potencial de ocorrência de cavernas é muito alto, incluindo parte do território do Quilombo de Peixe Bravo (Figura 14 e 15; CARMO et al., 2019).



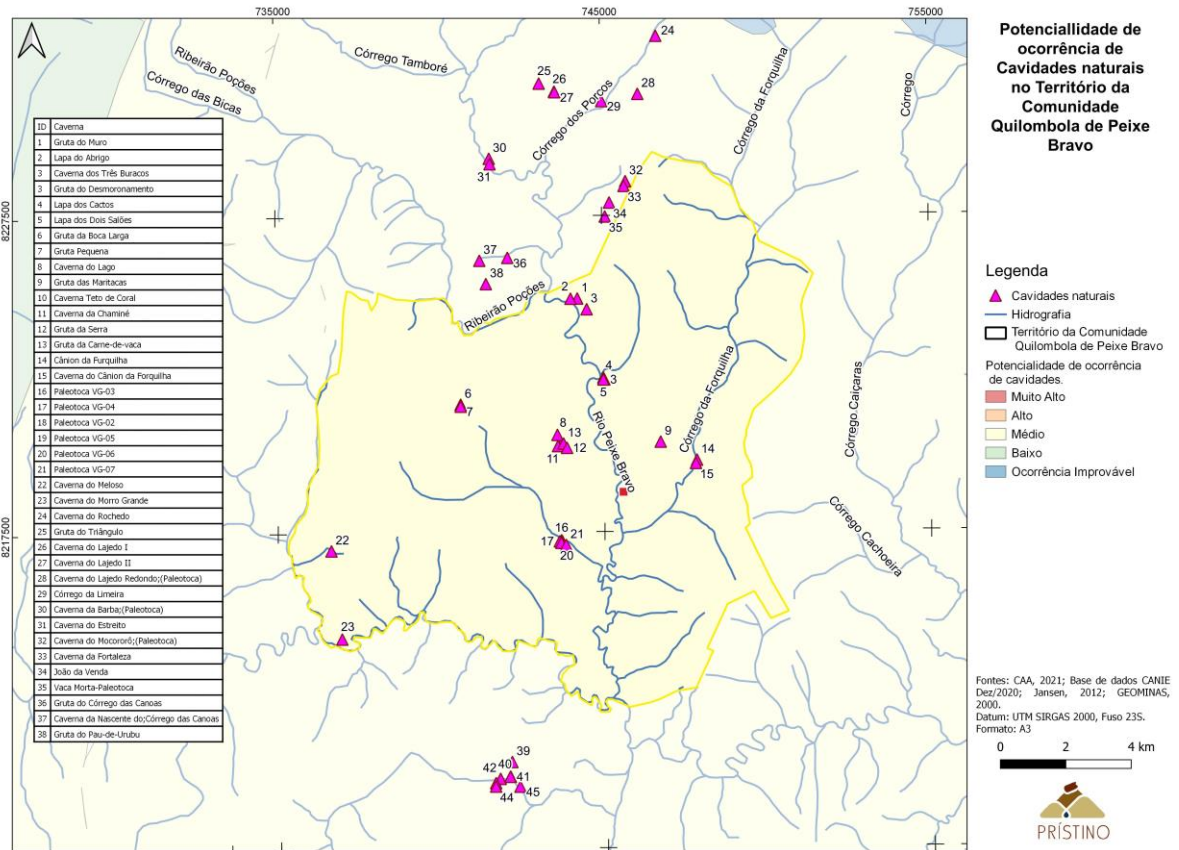


Figura 14: Caracterização do território do Quilombo de Peixe Bravo (contorno preto) em relação ao Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas (1:2.500.000).

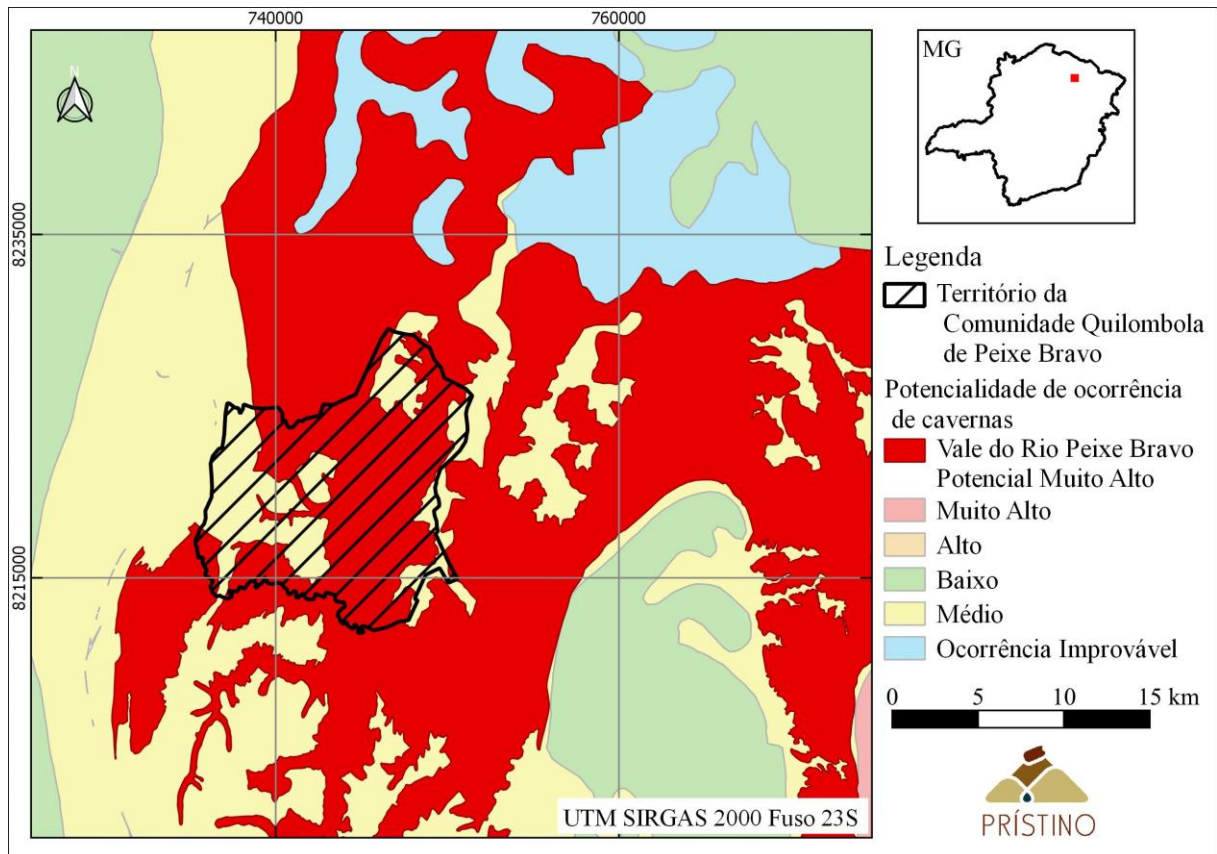


Figura 15: Área em vermelho indicando a proposta para o Grau Muito Alto de Potencialidade de Cavernas no Vale do rio Peixe Bravo. Fonte: Adaptado de Carmo et al. (2019).

Com isso, destaca-se o grande potencial de novas descobertas para o patrimônio espeleológico dentro do território do Quilombo de Peixe Bravo e seu entorno, mediante a intensificação das prospecções. Destaca-se, ainda, que toda a região do vale do rio Peixe Bravo não está abarcada por nenhuma Unidade de Conservação, ou outro tipo de Área Protegida, apesar de apresentar um importante patrimônio espeleológico e paleontológico para a conservação. Corroborando com a urgência de se indicar Unidades de Conservação para a região, o vale do rio Peixe Bravo foi citado no Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro (2018), que define algumas ações necessárias e urgentes, conforme colocado na figura 16.

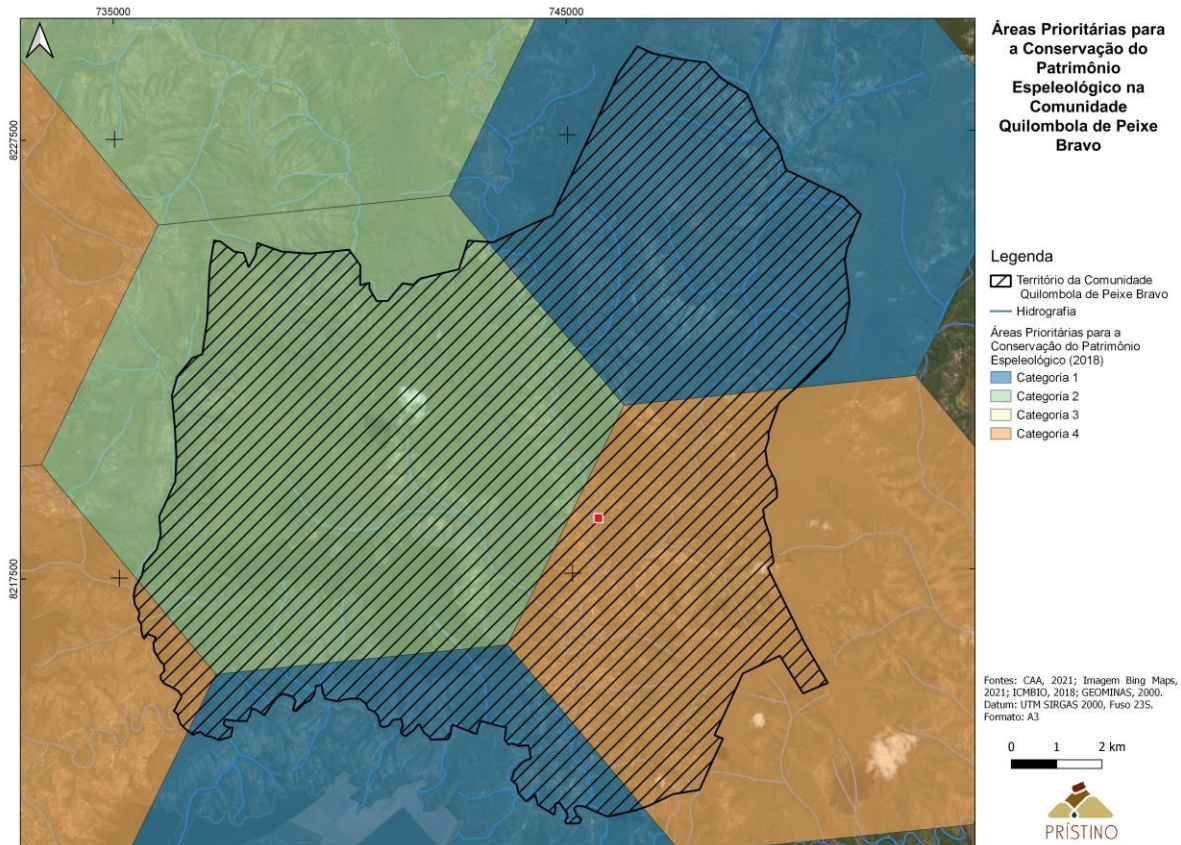


Figura 16: Áreas prioritárias para a conservação de cavidades (hexágonos coloridos) sobrepondo a região do Quilombo de Peixe Bravo (contorno preto).

O território Quilombo de Peixe Bravo está abarcado pelas categorias 1, 2 e 4, que preconizam:

- Categoria 1 (Polígono Verde) - Áreas com ações prioritárias voltadas para: i) criação ou ampliação de unidades de conservação; ii) fiscalização e monitoramento; iii) educação ambiental e patrimonial.
- Categoria 2 (Polígono Amarelo) - Áreas com ações prioritárias voltadas para: i) criação ou ampliação de unidades de conservação; ii) manejo (inclui elaboração e implantação de plano de manejo espeleológico ou de plano de manejo de unidades de conservação, bem como demais ações de manejo para conservação); iii) educação ambiental e patrimonial.
- Categoria 4 (Polígono Azul) - Áreas com ações prioritárias voltadas para: i) ampliação do conhecimento (pesquisa, prospecção espeleológica, validação de coordenadas); ii) educação ambiental e patrimonial.

Já na área da Terra Indígena Xakriabá, de acordo com a base de dados de cavernas disponibilizada pelo CECAV foram registradas apenas duas cavidades (Figura 17).

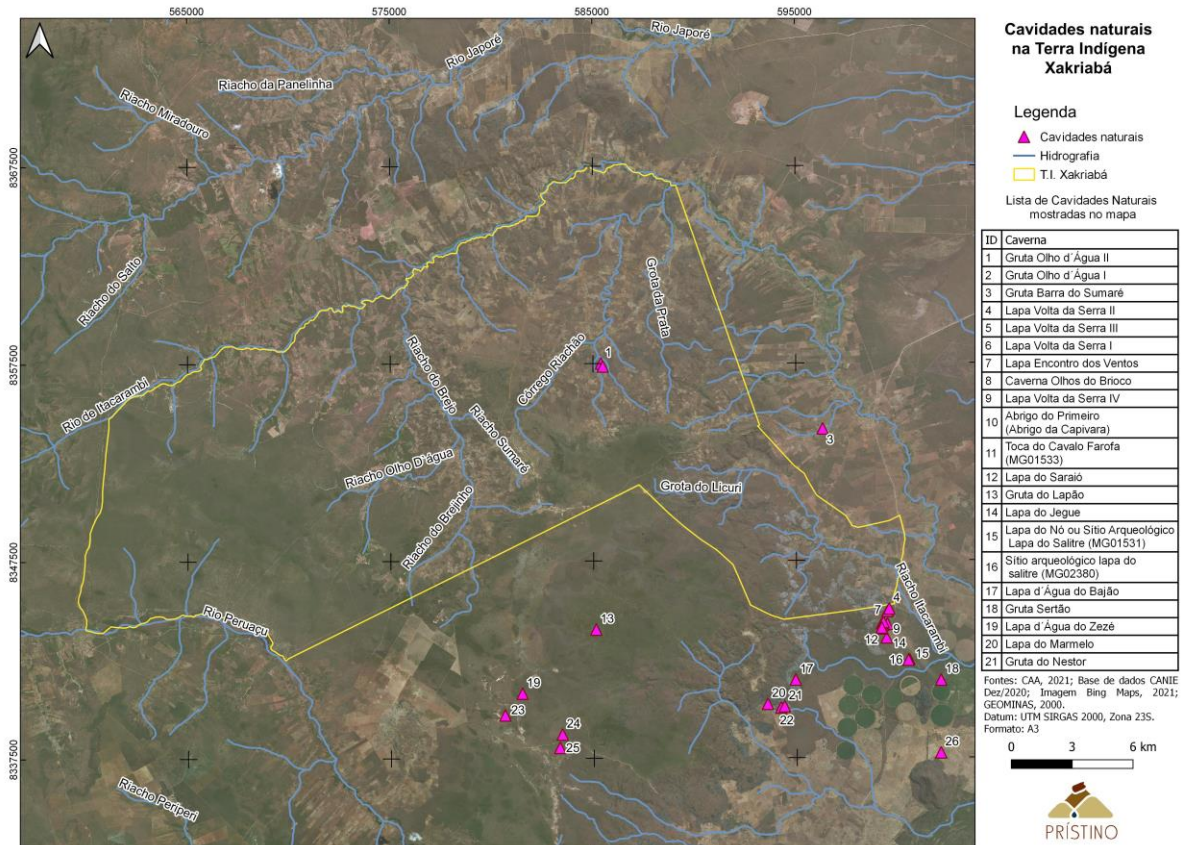


Figura 17: Distribuição de cavidades naturais subterrâneas no interior da área da Terra Indígena Xakriabá. Estão catalogadas as cavidades denominadas Gruta Olho d'Água I e Gruta Olho d'Água II.

Importante destacar que no entorno da terra indígena, também já foram catalogadas dezenas de cavernas, principalmente nas áreas onde se encontram os afloramentos calcários na área do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e entorno.

Percebe-se que no interior da terra indígena existe uma grande faixa, na parte leste e sudeste, considerada com um potencial muito alto para ocorrência de cavidades (Figura 18, JANSEN et al., 2012). Interessante notar que a continuidade dessa faixa para fora da terra indígena, seguindo em direção sudeste, já apresenta dezenas de registros de cavernas na base de dados do CECAV, o que pode indicar que ocorre uma baixa amostragem de prospecção espeleológica dentro da Terra Indígena Xakriabá, possibilitando projetos a longo prazo para estudos dessas áreas.

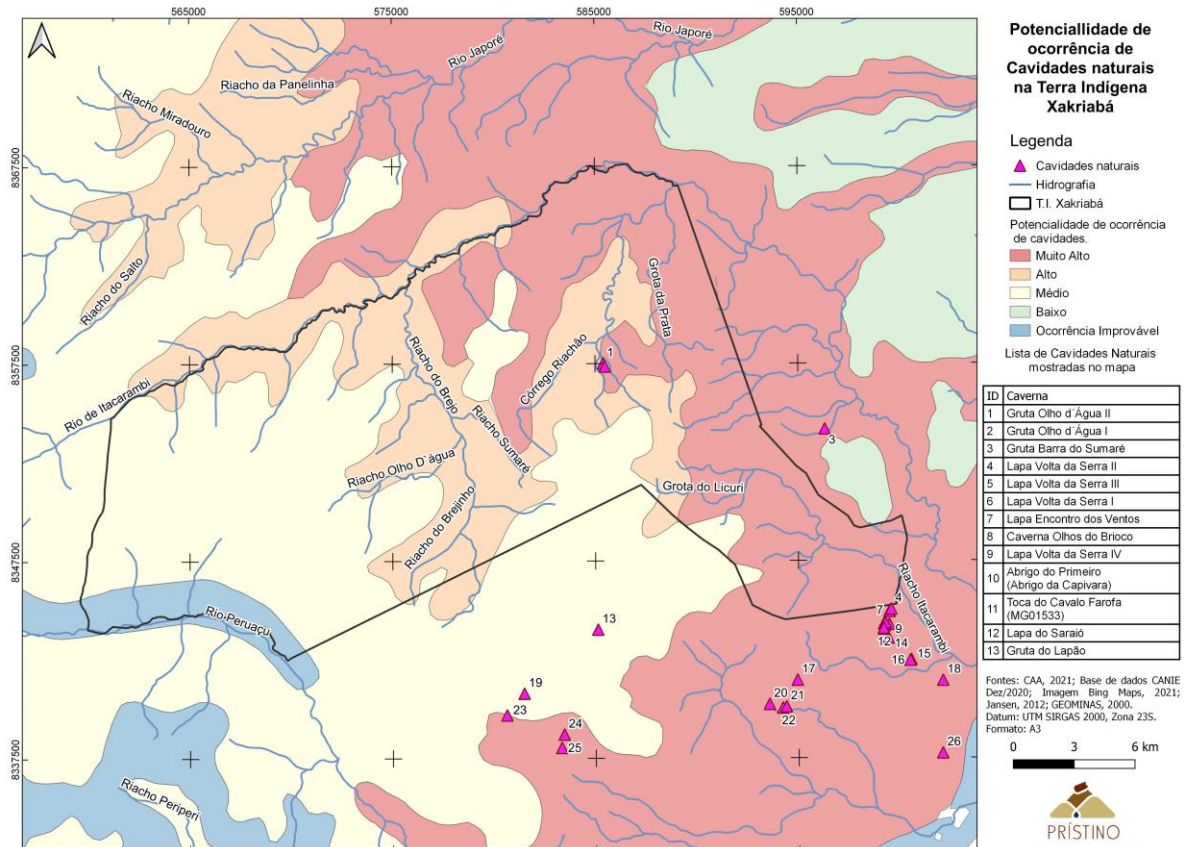


Figura 18: Caracterização da Terra Indígena Xakriabá (contorno preto) em relação ao Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas (1:2.500.000).

Em relação as áreas prioritárias para conservação do patrimônio espeleológico, a Terra Indígena Xakriabá está abarcada, em algumas áreas (Figura 19), pelas categorias 1 e 2, que preconizam:

- Categoria 1 (Polígono Verde) - Áreas com ações prioritárias voltadas para: i) criação ou ampliação de unidades de conservação; ii) fiscalização e monitoramento; iii) educação ambiental e patrimonial.
- Categoria 2 (Polígono Amarelo) - Áreas com ações prioritárias voltadas para: i) criação ou ampliação de unidades de conservação; ii) manejo (inclui elaboração e implantação de plano de manejo espeleológico ou de plano de manejo de unidades de conservação, bem como demais ações de manejo para conservação); iii) educação ambiental e patrimonial.

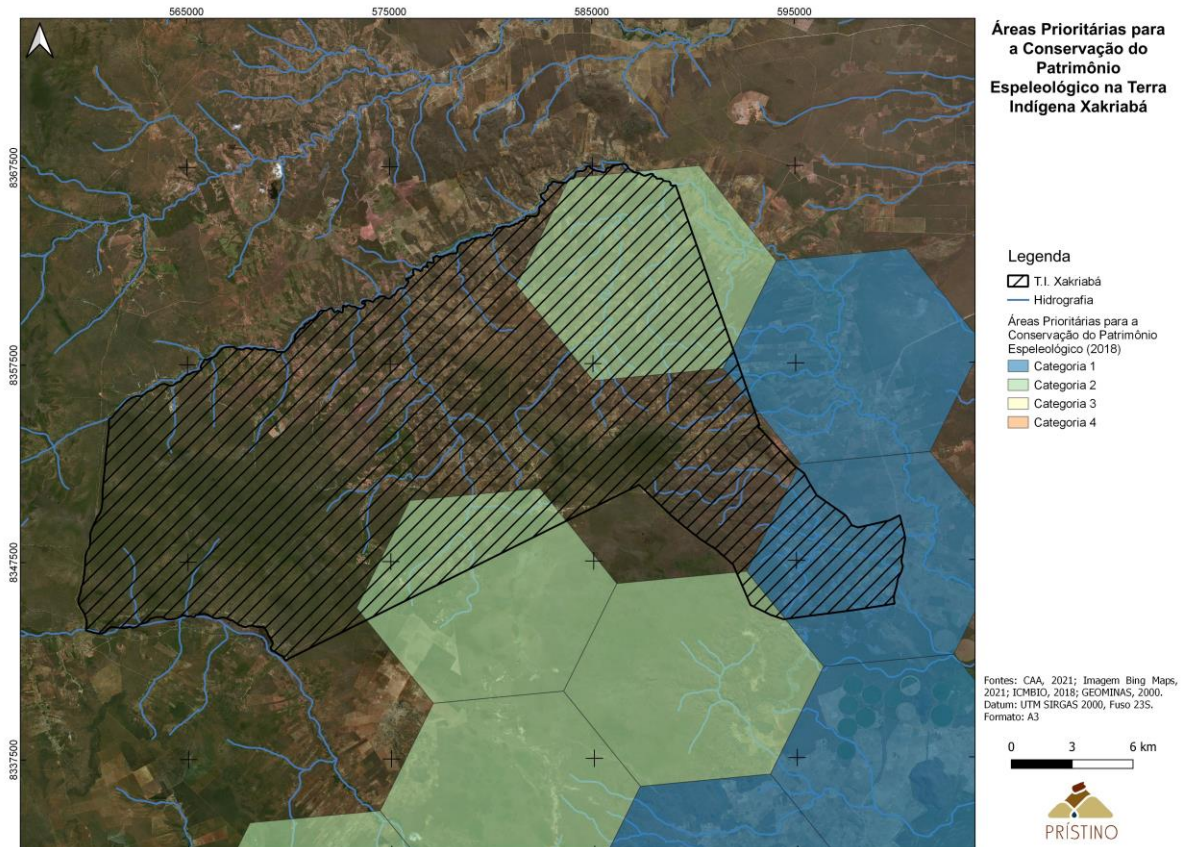


Figura 19: Áreas prioritárias para a conservação de cavidades (hexágonos coloridos) sobrepondo a região da Terra Indígena Xakriabá. Imagem adaptada do Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro (2018).

### 3.3.3 Espécies raras e ameaçadas da flora e da fauna

O Estado de Minas Gerais é considerado megadiverso, até o momento foram catalogadas mais de 11.200 espécies de plantas vasculares, incluindo o maior número de plantas endêmicas (2.245 spp.) e raras (550 spp., *sensu* GIULIETTI et al., 2009) do Brasil. Além disso, abriga 43% das espécies de aves, 36% dos mamíferos, 32% das espécies de répteis e 25% das espécies de anfíbios que ocorrem no país (DRUMMOND et al., 2009; ZAPPI et al., 2015).

Entretanto, esse patrimônio natural não está distribuído de forma homogênea no Estado, uma vez que determinados habitats e ecossistemas - por exemplo afloramentos rochosos, ambientes ripários, ou fragmentos florestais - fornecem diferentes condições e recursos, que por sua vez, sustentam um número muito alto de espécies. Dessa forma, ambientes diversificados e preservados tendem a apresentar maior biodiversidade, quando comparados com habitats homogêneos e/ou alterados ou degradados. É neste contexto que se demonstra a importância da área de incidência da Articulação Rosalino como área-chave para

conservação da biodiversidade. E que, se devidamente acionada, poderá tornar-se um ator chave na construção de políticas de conservação com formatos próprios, autônomas e inclusivas.

As Áreas-Chave para a Biodiversidade, em inglês KBA - Key Biodiversity Areas (EKEN et al., 2004), representam regiões de interesse global para a conservação, uma vez que indicam os sítios de ocorrência das espécies raras, no sentido de uma distribuição muito restrita. Em 2009, foi publicado o catálogo de plantas raras do Brasil, apresentando as áreas-chave e suas respectivas plantas raras, cuja distribuição conhecida seja menor do que 10.000 km<sup>2</sup>. De acordo com Giulietti et al. (2009), essas áreas-chave:

“devem ser percebidas pelos órgãos ambientais como os setores mais frágeis do território brasileiro e que por isso exigem uma atenção maior no que diz respeito ao licenciamento ambiental, dado que um planejamento inadequado poderá levar à perda de espécies únicas do patrimônio biológico brasileiro.”

O extenso território dos povos e comunidades da Articulação Rosalino engloba diversas áreas ricas em diversidade de flora e fauna. De acordo com referido catálogo, essa região possui 26 áreas-chave para a conservação de espécies raras da flora (GIULIETTI et al. 2009), distribuídas de maneira desigual entre os sete territórios (Figura 19).

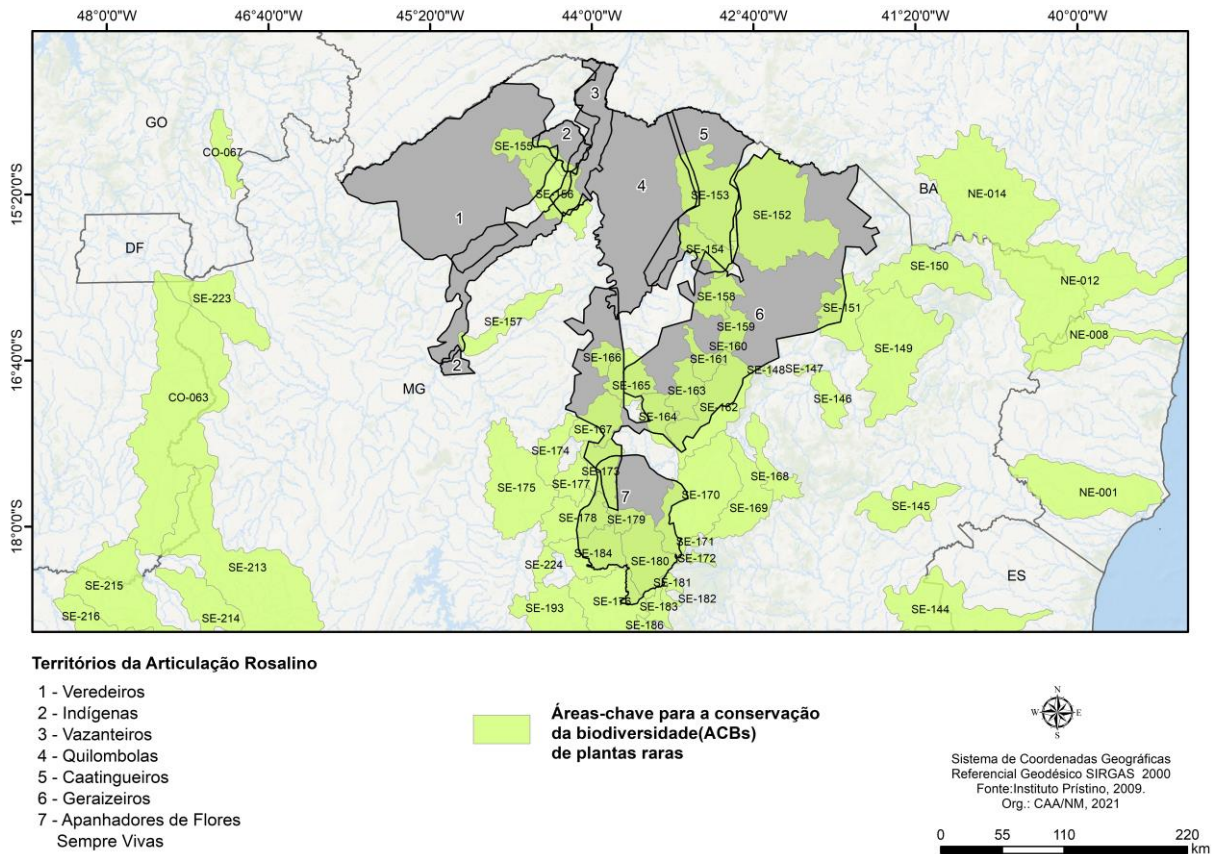


Figura 19: Áreas-chave para a conservação de espécies raras da flora nas áreas de incidência da Articulação Rosalino.

Há uma concentração de áreas-chave na Cadeia do Espinhaço, principalmente em territórios dos Geraizeiros (10) e Apanhadoras de Flores (9). Em contraste, os territórios de Veredeiros e Indígenas possuem duas áreas-chave cada. Tais áreas possuem centenas de espécies consideradas raras, que podem potencialmente, principalmente pela escassez de pesquisas, ocorrer nas áreas de incidência dos Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino.

Tabela 13: Lista de espécies registradas em áreas-chave para a conservação de espécies raras da flora, na área de incidência da Articulação Rosalino.

Etnicidade	Número de espécies	Lista
Indígenas	4	<i>Alternanthera decurrens</i> , <i>Oryctina eubrachioides</i> , <i>Alternanthera januarensis</i> e <i>Maytenus horrida</i> .
Veredeiros	4	<i>Alternanthera decurrens</i> , <i>Oryctina eubrachioides</i> , <i>Alternanthera januarensis</i> e <i>Maytenus horrida</i> .



Vazanteiros em Movimento	5	<i>Alternanthera decurrens</i> , <i>Oryctina eubrachioides</i> , <i>Alternanthera januarensis</i> e <i>Maytenus horrida</i> .
Quilombos Sanfranciscanos	5	<i>Alternanthera decurrens</i> , <i>Oryctina eubrachioides</i> , <i>Alternanthera januarensis</i> , <i>Maytenus horrida</i> , <i>Floribunda pusilliflora</i> , <i>Polygala distans</i>
Geraizeiros	56	<i>Amorimia velutina</i> , <i>Coleocephalocereus purpureus</i> , <i>Arrojadoa eriocaulis</i> , <i>Encholirium reflexum</i> , <i>Floribunda pusilliflora</i> , <i>Micranthocereus violaciflorus</i> , <i>Turnera coccinea</i> , <i>Barbacenia reflexa</i> , <i>Chamaecrista fodinarum</i> , <i>Chamaecrista hatschbachii</i> , <i>Diplusodon aggregatifolius</i> , <i>Drosera graomogolensis</i> , <i>Pfaffia argyrea</i> , <i>Pilosocereus fulvilanatus</i> , <i>Stenandrium hatschbachii</i> , <i>Vellozia spiralis</i> , <i>Antheremanthus hatschbachii</i> , <i>Arrojadoa albicoronata</i> , <i>Barbacenia riparia</i> , <i>Barbacenia umbrosa</i> , <i>Bouchea chascanooides</i> , <i>Brasilicereus markgrafii</i> , <i>Chamaecrista aristata</i> , <i>Chamaecrista phyllostachya</i> , <i>Chamaecrista stillifera</i> , <i>Chamaecrista strictifolia</i> , <i>Chamaecrista tephrosiifolia</i> , <i>Chamaecrista ulmea</i> , <i>Cuphea rubro-virens</i> , <i>Cuphea teleandra</i> , <i>Discocactus horstii</i> , <i>Discocactus pseudoinsignis</i> , <i>Encholirium irwinii</i> , <i>Eugenia blanda</i> , <i>Harpalyce parvifolia</i> , <i>Hyptis piranii</i> , <i>Lavoisiera mellobarretoii</i> , <i>Marcetia hatschbachii</i> , <i>Micranthocereus auriazureus</i> , <i>Orthophytum humile</i> , <i>Paepalanthus grao-mogolensis</i> , <i>Senecio gertii</i> , <i>Stenandrium stenophyllum</i> , <i>Trembleya hatschbachii</i> , <i>Vellozia bradei</i> , <i>Vellozia graomogolensis</i> , <i>Vellozia maxillarioides</i> , <i>Vellozia prolifera</i> , <i>Schefflera botumirimensis</i> , <i>Vellozia armata</i> , <i>Lippia bradei</i> , <i>Ditassa auriflora</i> , <i>Mandevilla semirii</i> , <i>Plinia nana</i> , <i>Vellozia luteola</i> , <i>Hemipogon furlanii</i> , <i>Uebelmannia pectinifera</i> , <i>Lippia bradeana</i>
Caatingueiros	2	<i>Floribunda pusilliflora</i> , <i>Micranthocereus violaciflorus</i>
Apanhadoras de Flores	261	<i>Alcantarea duarteana</i> , <i>Cuphea adenophylla</i> , <i>Ditassa itambensis</i> , <i>Lippia bradeana</i> , <i>Lippia diamantinensis</i> , <i>Minaria campanuliflora</i> , <i>Plinia nana</i> , <i>Turnera ignota</i> , <i>Vriesea densiflora</i> , <i>Xyris coutensis</i> , <i>Xyris platystachya</i> , <i>Xyris spectabilis</i> , <i>Actinocephalus aggregatus</i> , <i>Actinocephalus cipoensis</i> , <i>Actinocephalus deflexus</i> , <i>Actinocephalus diffusus</i> , <i>Actinocephalus graminifolius</i> , <i>Actinocephalus heterotrichus</i> , <i>Actinocephalus robustus</i> , <i>Agalinis schwackeana</i> , <i>Alcantarea hatschbachii</i> , <i>Andropogon campestris</i> , <i>Anthurium megapetiolum</i> , <i>Baccharis concinna</i> , <i>Baccharis elliptica</i> , <i>Banisteriopsis cipoënsis</i> , <i>Barbacenia blackii</i> , <i>Barbacenia delicatula</i> , <i>Barbacenia rodriguesii</i> , <i>Borreria rosmariinifolia</i> , <i>Bouchea cipoënsis</i> , <i>Bulbostylis lombardii</i> , <i>Bulbostylis smithii</i> , <i>Byrsonima cipoensis</i> , <i>Byrsonima fonsecae</i> , <i>Calliandra iligna</i> , <i>Calliandra linearis</i> , <i>Callisthene erythroclada</i> ,

	<p> <i>Cambessedesia salviifolia</i>, <i>Cambessedesia semidecandra</i>, <i>Cattleya brevipedunculata</i>, <i>Chamaecrista cipoana</i>, <i>Chamaecrista coriacea</i>, <i>Chamaecrista deltoidea</i>, <i>Chamaecrista geraldii</i>, <i>Chamaecrista vauthieri</i>, <i>Cipocereus pleurocarpus</i>, <i>Coccoloba cereifera</i>, <i>Cryptangium humile</i>, <i>Cryptanthus leopoldo-horstii</i>, <i>Cuphea cipoensis</i>, <i>Cuphea disperma</i>, <i>Cuphea hybogyne</i>, <i>Cuphea sclerophylla</i>, <i>Dasyphyllum lanosum</i>, <i>Dichantherium sendulskii</i>, <i>Diplusodon minasensis</i>, <i>Diplusodon orbicularis</i>, <i>Ditassa cipoensis</i>, <i>Dyckia mello-barretoii</i>, <i>Encholirium heloisae</i>, <i>Encholirium scrutator</i>, <i>Encholirium vogelii</i>, <i>Eriocaulon aquatile</i>, <i>Eriocaulon cipoense</i>, <i>Eriope angustifolia</i>, <i>Esterhazyia caesarea</i>, <i>Grobya cipoensis</i>, <i>Hemipogon abietoides</i>, <i>Hemipogon hatschbachii</i>, <i>Hemipogon piranii</i>; <i>Ilex prostrata</i>, <i>Jacaranda racemosa</i>, <i>Jacquemontia revoluta</i>, <i>Kielmeyera anisosepala</i>, <i>Lagenocarpus adamantinus</i>, <i>Lagenocarpus bracteosus</i>, <i>Lavoisiera angustifolia</i>, <i>Lavoisiera caryophyllea</i>, <i>Lavoisiera cordata</i>, <i>Lavoisiera firmula</i>, <i>Lavoisiera humilis</i>, <i>Lavoisiera macrocarpa</i>, <i>Lavoisiera punctata</i>, <i>Lavoisiera sampaioana</i>, <i>Lavoisiera senaei</i>, <i>Lavoisiera subulata</i>, <i>Leiothrix cipoensis</i>, <i>Leiothrix crassifolia</i>, <i>Leiothrix linearis</i>, <i>Leiothrix obtusifolia</i>, <i>Leiothrix sclerophylla</i>, <i>Leiothrix sinuosa</i>, <i>Leiothrix spiralis</i>, <i>Luxemburgia ciliatibracteata</i>, <i>Luxemburgia damazioana</i>, <i>Luxemburgia flexuosa</i>, <i>Lychnophora mellobarretoii</i>, <i>Lychnophoriopsis damazoi</i>, <i>Mandevilla rubra</i>, <i>Maytenus rupestris</i>, <i>Merremia repens</i>, <i>Microlicia cipoana</i>, <i>Microlicia ericoides</i>, <i>Microlicia obtusifolia</i>, <i>Microlicia vernicosa</i>, <i>Minaria hemipogonoides</i>, <i>Minaria magisteriana</i>, <i>Minaria polygaloides</i>, <i>Minaria refractifolia</i>, <i>Minaria semirii</i>, <i>Minasia pereirae</i>, <i>Myrsine cipoensis</i>, <i>Orthophytum mello-barretoii</i>, <i>Paepalanthus anamariae</i>, <i>Paepalanthus argenteus</i>, <i>Paepalanthus ater</i>, <i>Paepalanthus aureus</i>, <i>Paepalanthus barbiger</i>, <i>Paepalanthus complanatus</i>, <i>Paepalanthus conduplicatus</i>, <i>Paepalanthus globulifer</i>, <i>Paepalanthus homomallus</i>, <i>Paepalanthus lanuginosus</i>, <i>Paepalanthus lepidus</i>, <i>Paepalanthus revolutus</i>, <i>Paepalanthus senaeanus</i>, <i>Paliavana plumerioides</i>, <i>Panicum brachystachyum</i>, <i>Passiflora hypoglauca</i>, <i>Passiflora saccoi</i>, <i>Peixotoa barnebyi</i>, <i>Peixotoa cipoana</i>, <i>Pfaffia minarum</i>, <i>Philodendron cipoense</i>, <i>Philodendron rhizomatosum</i>, <i>Pitcairnia curvidens</i>, <i>Poiretia unifoliolata</i>, <i>Polygala apparicioi</i>, <i>Psyllocarpus schwackei</i>, <i>Rhynchospora nanuzae</i>, <i>Schefflera fruticosa</i>, <i>Schefflera glaziovii</i>, <i>Stachytarpheta pohliana</i>, <i>Stachytarpheta procumbens</i>, <i>Staurogyne elegans</i>, <i>Stemodia lobata</i>, <i>Symplocos glaberrima</i>, <i>Syngonanthus cipoensis</i>, <i>Syngonanthus circinnatus</i>, <i>Syngonanthus hygrotichus</i>, <i>Turnera cipoensis</i>, <i>Turnera colotracha</i>, <i>Turnera coriacea</i>, </p>
--	---

	<p> <i>Turnera revoluta</i>, <i>Vellozia alata</i>, <i>Vellozia gigantea</i>, <i>Vellozia piresiana</i>, <i>Vellozia subalata</i>, <i>Vernonia glanduloso-dentata</i>, <i>Vernonia spixiana</i>, <i>Vochysia martiana</i>, <i>Vochysia pygmaea</i>, <i>Vriesea atropurpurea</i>, <i>Xyris archeri</i>, <i>Xyris aurea</i>, <i>Xyris cipoensis</i>, <i>Xyris hystrix</i>, <i>Xyris nigricans</i>, <i>Xyris rupicola</i>, <i>Xyris subsetigera</i> e <i>Xyris tortilis</i>, <i>Pilosocereus rosae</i>, <i>Stachytarpheta monachinoi</i>, <i>Vellozia tillandsioides</i>, <i>Zornia subssessilis</i>, <i>Banisteriopsis arborea</i>, <i>Connarus oblongus</i>, <i>Diplusodon bradei</i>, <i>Paepalanthus superbus</i>, <i>Peixotoa irwinii</i>, <i>Actinocephalus ciliatus</i>, <i>Actinocephalus compactus</i>, <i>Actinocephalus coutoensis</i>, <i>Actinocephalus fimbriatus</i>, <i>Actinocephalus nodifer</i>, <i>Actinocephalus stereophyllus</i>, <i>Alcantarea duarteana</i>, <i>Angelonia crassifolia</i>, <i>Arthrocereus rondonianus</i>, <i>Barbacenia exscapa</i>, <i>Barbacenia spiralis</i>, <i>Blastocaulon albidum</i>, <i>Blastocaulon rupestre</i>, <i>Brunfelsia rupestris</i>, <i>Calliandra concinna</i>, <i>Calliandra santosiana</i>, <i>Chamaecrista adamantina</i>, <i>Chamaecrista catapodia</i>, <i>Chamaecrista centiflora</i>, <i>Chamaecrista gumminans</i>, <i>Chamaecrista simpliflora</i>, <i>Cipocereus bradei</i>, <i>Cipocereus crassisepalus</i>, <i>Comolia edmundoi</i>, <i>Digitaria pampinosa</i>, <i>Dyckia brachyphylla</i>, <i>Encholirium biflorum</i>, <i>Encholirium pedicellatum</i>, <i>Eriope filifolia</i>, <i>Gomphrena marginata</i>, <i>Hyptis coriacea</i>, <i>Lavoisiera bradeana</i>, <i>Lavoisiera itambana</i>, <i>Lavoisiera rigida</i>, <i>Leiostrix crassifolia</i>, <i>Leiostrix luxurians</i>, <i>Leiostrix milho-verdensis</i>, <i>Leiostrix rupestres</i>, <i>Lippia rubella</i>, <i>Luxemburgia speciosa</i>, <i>Lychnophora souzae</i>, <i>Lychnophoriopsis hatschbachii</i>, <i>Microlicia pusilla</i>, <i>Microlicia tenuifolia</i>, <i>Minaria bifurcata</i>, <i>Minaria grazielae</i>, <i>Minasia alpestris</i>, <i>Minasia lewinsohnii</i>, <i>Orthophytum schulzianum</i>, <i>Oxalis diamantinae</i>, <i>Peixotoa andersonii</i>, <i>Philodendron biribirensense</i>, <i>Polygala pseudoerica</i>, <i>Qualea elegans</i>, <i>Stachytarpheta itambensis</i>, <i>Turnera princeps</i>, <i>Uebelmannia pectinifera</i>, <i>Vellozia hatschbachii</i>, <i>Vellozia streptophylla</i>, <i>Vellozia torquata</i>, <i>Vernonia scaposa</i>, <i>Vochysia rotundifolia</i>, <i>Wunderlichia senaei</i>, <i>Xyris obcordata</i>, <i>Xyris subsetigera</i>, <i>Lippia rhodocnemis</i>, <i>Microlicia trichocalycina</i>, <i>Stachytarpheta discolor</i>, <i>Barbacenia pungens</i>, <i>Cuphea fuchsifolia</i>, <i>Diplusodon glaziovii</i>, <i>Diplusodon mononeuros</i>, <i>Diplusodon rotundifolius</i>, <i>Esterhazyana nanuzae</i>, <i>Lavoisiera adamantium</i>, <i>Lavoisiera mucorifera</i>, <i>Luxemburgia hatschbachiana</i>, <i>Microlicia agrestis</i>, <i>Microlicia decipiens</i>, <i>Minaria diamantinensis</i>, <i>Minaria inconspicua</i>, <i>Senecio hatschbachii</i> </p>
--	--

A área de incidência das comunidades de Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas possui um número desproporcionalmente grande de espécies raras, principalmente por se sobrepor

parcialmente à área-chave da Serra do Cipó, que possui uma flora rica e endêmica. É importante ressaltar que essa sobreposição parcial não significa que todas as espécies sejam de fato encontradas nos territórios, mas isso é possível e vale para todos os povos e comunidades da Articulação Rosalino.

O menor número de espécies raras da flora relatado em cinco das sete áreas de incidência da Articulação Rosalino pode refletir uma lacuna de estudos nessa região. De fato, considerando os registros disponibilizados no Herbário Virtual INCT (<http://inct.splink.org.br/>), verifica-se que os números de coletas de espécimes de plantas para esses territórios ainda são considerados inadequados para se conhecer a diversidade da flora da região. Shepherd (2003) propõe que, no Brasil, o esforço de coletas seja de pelo menos 3 (três) coleções/km<sup>2</sup>, entretanto, por exemplo, no Quilombo de Peixe Bravo e na TI Xakriabá, o esforço amostral é, respectivamente, 1,64 coletas/km<sup>2</sup> e 0,02 coletas/km<sup>2</sup>, o que demonstra dados insuficientes nesses territórios.

É possível que a maior parte das plantas já registradas em inventários nas áreas de incidência dos Veredeiros, Quilombos Sanfranciscanos, Indígenas, Caatingueiros e Vazanteiros tenham ampla distribuição nos biomas Cerrado e na Caatinga. Porém, não se pode falar com precisão acerca dos diversos nichos ecológicos presentes nesta diversificada paisagem ainda pouco estudada. A Cadeia do Espinhaço, em contrapartida, concentra muitas espécies endêmicas, especialmente de campos rupestres e ferruginosos (RAPINI et al., 2008; JACOBI e CARMO, 2008).

Em relação à fauna, as informações estão distribuídas em estudos pontuais sobre determinados grupos de animais. Muitos desses estudos foram realizados com vertebrados e invertebrados em Unidades de Conservação (UCs), como no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (NEVES et al., 2010ab, 2014; FERREIRA et al., 2011; DORNELAS et al., 2012; FALCÃO et al., 2014; CLEANDSON e BORGES, 2015; MACEDO-REIS et al., 2016; MARQUES et al., 2017; FERREIRA, 2019; FERREIRA et al., 2020). Há também vários estudos nas UCs do Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba (SANTOS et al., 2015; BEIRÃO et al., 2017; SILVA et al., 2017; FALCÃO et al., 2018; MACEDO-REIS et al., 2019).

Entretanto, nas extensas planícies sanfranciscanas, área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos e comunidades Vazanteiras, carecem de informações sobre fauna. No ano de 2019, o Instituto Prístino realizou uma pesquisa na região do Vale do rio Peixe Bravo, utilizando armadilhas fotográficas, a fim de realizar um pequeno levantamento de fauna. Em

uma análise preliminar, foram registradas algumas espécies de mamíferos de médio e grande porte, que constam na lista de espécies ameaçadas de extinção divulgada pela Portaria MMA nº 444/2014: *Lycalopex vetulus* (raposa-do-campo), *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), *Puma concolor* (suçuarana), *Leopardus sp.*. Entre as aves registradas ocorreram algumas espécies raras, endêmicas e de interesse para a conservação, conforme Vasconcelos e D'Angelo Neto (2017) como *Anopetia gounellei* (rabo-branco-de-cauda-larga), *Thectocercus acuticaudatus* (aratinga-de-testa-azul), *Melanopareia torquata* (tapaculo-de-colarinho), *Thamnophilus torquatus* (choca-de-asa-vermelha), *Myrmorchilus strigilatus* (formigueiro-pintalgado), *Herpsilochmus sellowi* (chorozinho-da-caatinga), *Ilicura militaris* (saíra-licuria), *Embernagra longicauda* (rabo-mole-da-serra). Os resultados deste estudo demonstram a importância da área para a investigação científica e para a conservação.

O mesmo ocorre nas áreas de incidência de comunidades Caatingueiras, que apesar da existência de dois Parques Estaduais no interior (Caminho dos Gerais) ou nas proximidades (Serra Nova), em seu território possuem poucos dados de fauna registrados. Além disso, nestes dois parques predominam vegetações típicas de cerrados com áreas de transição para caatinga e mata seca ou então com a Mata Atlântica. Essa constatação também se aplica ao território dos indígenas Tuxá. Mais uma vez demonstra-se a importância de estudos e levantamentos de fauna nessas áreas.

Recentemente, o Ministério do Meio Ambiente publicou a portaria nº 413, de 31 de outubro de 2018, que identifica os Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero - Sítios-BAZE. Em Minas Gerais, há 27 sítios BAZE, que abrigam 33 espécies da fauna ameaçadas de extinção (Figura 20).

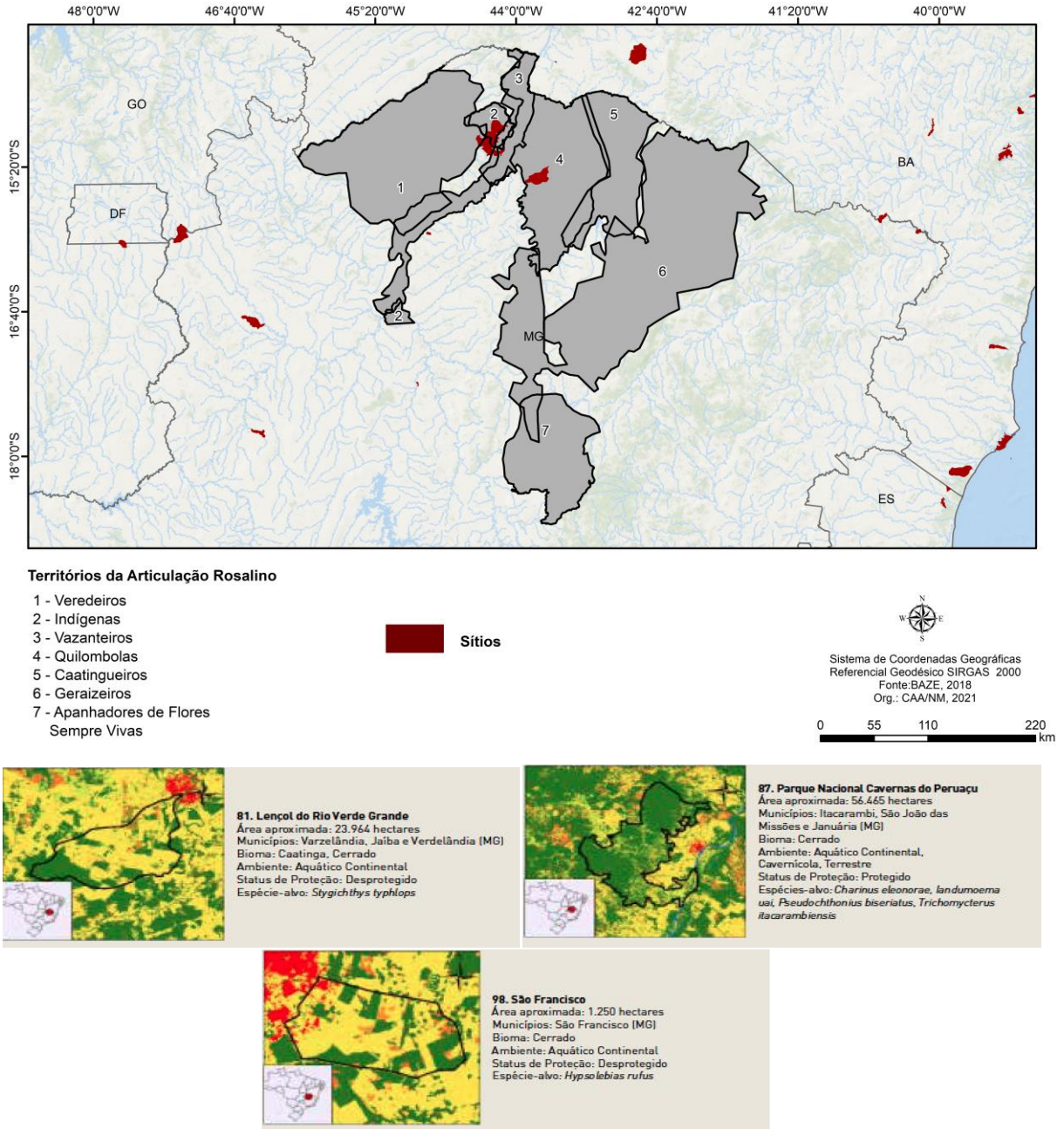


Figura 20: Sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero - Sítios BAZE na área de incidência da Articulação Rosalino e sua sobreposição com Unidades de Conservação. Fonte: Modificado de [https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/mapa\\_baze\\_pro\\_especies\\_2018\\_port\\_versao\\_digital.pdf](https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/mapa_baze_pro_especies_2018_port_versao_digital.pdf).

Destes, três sítios se encontram na área de atuação da Articulação Rosalino: (i) o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, que engloba parte do território indígenas Xacriabá, Vazanteiros em Movimento, Veredeiros e Quilombos Sanfranciscanos; (ii) o Lençol do Rio Verde Grande, localizado no território dos Quilombos Sanfranciscanos e muito próximo dos Vazanteiros em Movimento; e (iii) São Francisco, muito próximo ao território dos Quilombos Sanfranciscanos. No total, seis das 33 espécies ameaçadas de extinção nos sítios BAZE se

encontram no território da Articulação Rosalino (Figura 6): *Stygichthys typhlops* (piaba branca), *Hypsolebias rufus* (peixe anual), *Charinus eleonora* (amblipígio), *Iandumoema uai* (aranha fedorenta), *Pseudochthonius biseriatus* (pseudoescorpião), *Trichomycterus itacarambiensis* (bragrinho de caverna).

### 3.3.4 Unidades de Conservação

Na área de incidência da Articulação Rosalino encontram-se distribuídas 45 Unidades de Conservação (Tabela 4), concentradas principalmente em três áreas: no mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, na margem esquerda do Rio São Francisco; no Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba, na margem direita do Rio São Francisco; e na Serra do Espinhaço (Figura 21). A área total de UCs é considerável (19,5% da extensão total dos territórios), principalmente se comparada a outras regiões de Minas Gerais. Cerca de um terço dessa área é de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que é mais recomendado em regiões com grande incidência de povos e comunidades tradicionais (ANAYA, 2012). Entretanto, 22 das 24 UCs nessa categoria são Áreas de Proteção Ambiental (APAs) ou Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que não garantem a proteção e o acesso desses povos e comunidades aos recursos necessários para manter seus modos de vida. Apenas duas UCs seriam adequadas a esse fim: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Estadual Veredas do Acari (área de incidência dos Veredeiros) e a RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal Nascentes Geraizeiras (área de incidência dos Geraizeiros) (Tabela 4).

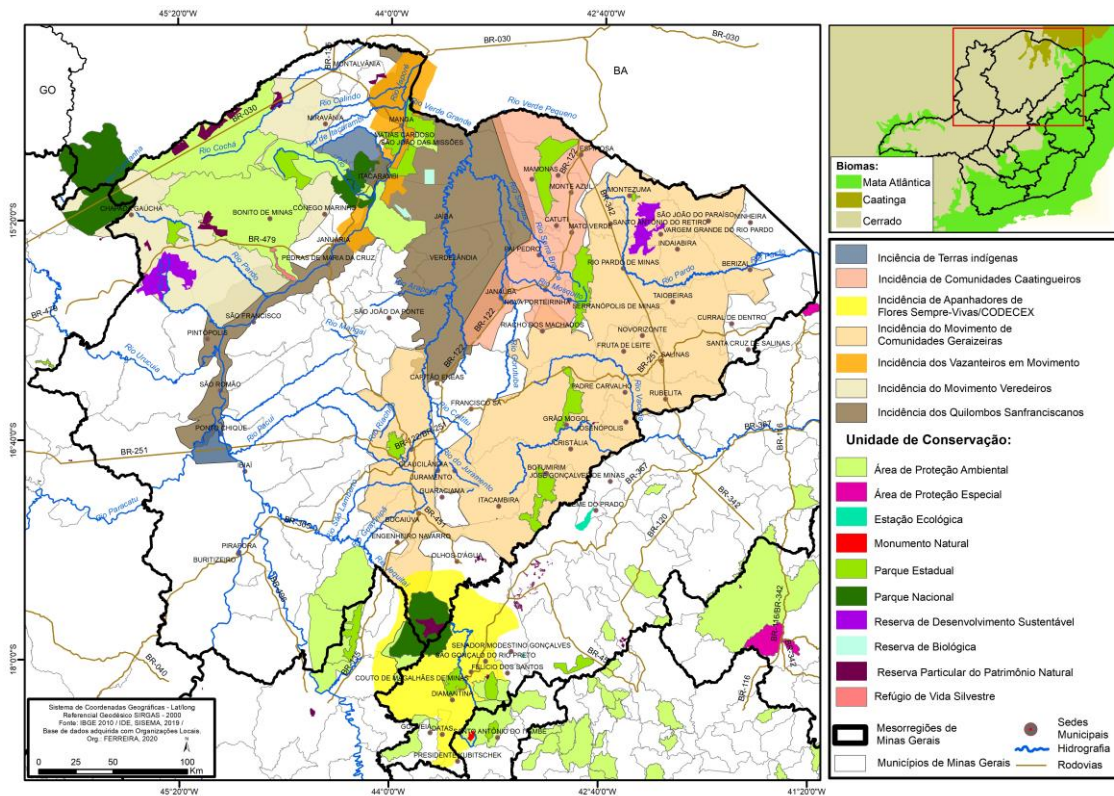


Figura 21: Unidades de Conservação localizadas na área de incidência da Articulação Rosalino.

Entretanto, há diferenças consideráveis de UCs entre os povos, mesmo quando se considera a proporção do território de cada um deles. Mais da metade da área total das UCs está no território ocupado pelos Veredeiros, principalmente devido à sobreposição com o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. Povos com áreas de incidência mais extensas (Geraizeiros) ou de extensão similar (Caatingueiros e Quilombos Sanfranciscanos) possuem áreas de UCs bem menor. A menor extensão de UCs está localizada na área de incidência dos Vazanteiros, embora as que existem afetem de forma significativa os seus modos de vida. É importante ressaltar que os vazanteiros também estão muito próximos das UCs do Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba (aqui considerado como inseridas na área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos) e sofrem influência dela. Proporcionalmente, os Povos Indígenas, as Comunidades Veredeiras e as Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas são as que possuem maior área ocupada por UCs.



Tabela 14: Síntese da distribuição das categorias de Unidades de Conservação presentes na área de incidência da Articulação Rosalino.

<b>Etnicidade</b>	<b>Número de UCs – uso sustentável</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>) de UCs -uso sustentável</b>	<b>Número de UCs proteção integral</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>) de UCs -proteção integral</b>	<b>Área total (km<sup>2</sup>)</b>
Povos Indígenas	1	1.304	1	408	<b>1.712</b>
Caatingueiros	0	0	2	832	<b>832</b>
Apanhadoras de Flores	8	1.423	5	1.567	<b>2.990</b>
Geraizeiros	3	386	4	808	<b>1.194</b>
Veredeiros	9	7.594	3	1.378	<b>8.972</b>
Quilombos Sanfranciscanos	2	786	5	624	<b>1.410</b>
Vazanteiros	1	2,7	1	150	<b>152,7</b>
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>11.495,7</b>	<b>21</b>	<b>5.767</b>	<b>17.262,7</b>

Na Tabela 5 é possível visualizar a distribuição das Unidades de Conservação nas áreas de incidência das sete etnicidades que compõem a Articulação Rosalino.

Tabela 15: Distribuição das Unidades de Conservação nas áreas de incidência dos Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino.

Unidade de Conservação	Categoria	Grupo	Grupo da Articulação Rosalino	Área da UC na Articulação Rosalino (km <sup>2</sup> )	Municípios	Bioma	Esfera
Parque Nacional das Sempre Vivas	PARNA	Proteção Integral	Apanhadores de Flores	1.241,08	Buenópolis/Bocaiuva/Olhos Dagua	Cerrado	Federal
Parque Estadual do Biribiri	PAR	Proteção Integral	Apanhadores de Flores	169,99	Diamantina	Cerrado	Estadual
Parque Estadual do Rio Preto	PAR	Proteção Integral	Apanhadores de Flores	121,84	Sao Goncalo do Rio Preto	Cerrado	Estadual
Parque Estadual do Pico do Itambe	PAR	Proteção Integral	Apanhadores de Flores	12,27	Santo Antonio do Itambe/Serro/Serra Azul de Minas	Mata Atlântica	Estadual
Monumento Natural Estadual Varzea do Lagedo e Serra do Raio	MONA	Proteção Integral	Apanhadores de Flores	22,00	Serro	Mata Atlântica	Estadual
APA Municipal Serra de Minas	APA	Uso Sustentável	Apanhadores de Flores	551,85	Buenópolis	Cerrado	Municipal
APA Municipal Barao e Capivara	APA	Uso Sustentável	Apanhadores de Flores	0,25	Gouveia	Cerrado	Municipal
APA Municipal Felício	APA	Uso Sustentável	Apanhadores de Flores	116,07	Felício dos Santos	Cerrado/Mata Atlântica	Municipal
APA Municipal Serra do Gaviao	APA	Uso Sustentável	Apanhadores de Flores	1,18	Rio Vermelho	Cerrado/Mata Atlântica	Municipal
APA Municipal Rio Manso	APA	Uso Sustentável	Apanhadores de Flores	88,23	Couto de Magalhaes de Minas	Mata Atlântica	Municipal
APA Estadual Aguas Vertentes	APA	Uso Sustentável	Apanhadores de Flores	536,92	Couto de Magalhaes de Minas/Diamantina/Felício dos Santos/Rio V	Cerrado/Mata Atlântica	Estadual
RPPN Raiz	RPPN	Uso Sustentável	Apanhadores de Flores	4,53	Couto de Magalhaes/Sao Goncalo do Rio Preto	Cerrado	Estadual
RPPN Fazenda do Arrenegado	RPPN	Uso Sustentável	Apanhadores de Flores	124,44	Olhos Dagua	Cerrado	Estadual
Parque Estadual Caminho dos Gerais	PAR	Proteção Integral	Caatingueiros	562,38	Monte Azul/Gameleiras/Espinosa/Mamonas	Caatinga/Cerrado	Estadual
Parque Estadual de Serra Nova e Talhado	PAR	Proteção Integral	Caatingueiros	269,61	Mato Verde/Porteirinha/Riacho dos Machados/Rio Pardo de Minas/	Cerrado/Mata Atlântica	Estadual
Parque Estadual da Lapa Grande	PAR	Proteção Integral	Gerazeiros	153,66	Montes Claros	Cerrado	Estadual
Parque Estadual de Grao Mogol	PAR	Proteção Integral	Gerazeiros	284,04	Grao Mogol	Cerrado	Estadual
Parque Estadual de Montezuma	PAR	Proteção Integral	Gerazeiros	17,43	Montezuma	Cerrado/Mata Atlântica	Estadual
Parque Estadual de Botumirim	PAR	Proteção Integral	Gerazeiros	352,76	Botumirim/Bocaiuva	Cerrado	Estadual
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal Nascentes Gerazeiras	RDS	Uso Sustentável	Gerazeiros	382,20	Montezuma/Rio Pardo de Minas/Vargem Grande do Rio Pardo	Mata Atlântica	Federal
RPPN Cachoeira do Curiango	RPPN	Uso Sustentável	Gerazeiros	0,63	Itacambira	Cerrado	Estadual
RPPN Juliano Banko	RPPN	Uso Sustentável	Gerazeiros	3,27	Grao Mogol	Cerrado	Estadual
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	PARNA	Proteção Integral	Indígenas Xacriabá	408,00	Sao Joao das Missoes/Itacarambi/Januaria	Caatinga/Cerrado	Federal
APA Federal Cavernas do Peruaçu	APA	Uso Sustentável	Indígenas Xacriabá	1.304,40	Bonito de Minas/Conego Marinho/Januaria/Itacarambi/Miravania/Sa	Caatinga/Cerrado	Federal
Reserva Biológica Estadual Jaiba	REBIO	Proteção Integral	Quilombos Sanfranciscanos	63,49	Matias Cardoso	Caatinga	Estadual
Parque Estadual do Verde Grande	PAR	Proteção Integral	Quilombos Sanfranciscanos	255,51	Matias Cardoso	Caatinga/Cerrado	Estadual
Parque Estadual da Lagoa do Cajueiro	PAR	Proteção Integral	Quilombos Sanfranciscanos	207,26	Matias Cardoso	Caatinga/Cerrado	Estadual
Reserva Biológica Estadual da Serra Azul	REBIO	Proteção Integral	Quilombos Sanfranciscanos	38,41	Jaiba	Cerrado	Estadual
Refugio de Vida Silvestre Estadual do Rio Pandeiros	RVS	Proteção Integral	Quilombos Sanfranciscanos	59,59	Januaria	Cerrado	Estadual
APA Estadual Lagedao	APA	Uso Sustentável	Quilombos Sanfranciscanos	112,43	Matias Cardoso	Caatinga/Cerrado	Estadual
APA Estadual Cocha e Gibao	APA	Uso Sustentável	Quilombos Sanfranciscanos	673,18	Itacarambi/Jaiba/Pedras de Maria da Cruz	Caatinga/Cerrado	Estadual
Parque Estadual da Mata Seca	PAR	Proteção Integral	Vazanteiros em Movimento	140,10	Manga/Itacarambi	Caatinga/Cerrado	Estadual
RPPN Vale da Luciania	RPPN	Uso Sustentável	Vazanteiros em Movimento	2,68	Juvenilia	Caatinga	Estadual
Parque Nacional Grande Sertao Veredas	PARNA	Proteção Integral	Veredeiros	929,98	Cocos/ Fормoso/Chapada Gaucha	Cerrado	Federal
Parque Estadual da Serra das Araras	PAR	Proteção Integral	Veredeiros	135,43	Chapada Gaucha	Cerrado	Estadual
Parque Estadual Veredas do Peruaçu	PAR	Proteção Integral	Veredeiros	312,26	Conego Marinho/Januaria	Cerrado	Estadual
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Veredas do Acari	RDS	Uso Sustentável	Veredeiros	559,71	Chapada Gaucha/Urucuia	Cerrado	Estadual
APA Estadual do Rio Pandeiros	APA	Uso Sustentável	Veredeiros	3.844,69	Bonito de Minas/Januaria	Cerrado	Estadual
APA Estadual Cocha e Gibao	APA	Uso Sustentável	Veredeiros	2.800,64	Januaria/Bonito de Minas/Conego Marinho	Cerrado	Estadual
RPPN Gibao Flexeiras	RPPN	Uso Sustentável	Veredeiros	33,68	Bonito de Minas	Cerrado	Estadual
RPPN Alcêia	RPPN	Uso Sustentável	Veredeiros	15,08	Chapada Gaucha	Cerrado	Estadual
RPPN Porto Cajueiro	RPPN	Uso Sustentável	Veredeiros	64,67	Januaria	Cerrado	Estadual
RPPN Reserva do Triangulo I	RPPN	Uso Sustentável	Veredeiros	55,68	Bonito de Minas/Conego Marinho/Montalvania	Cerrado	Estadual
RPPN Vereda da Caraba	RPPN	Uso Sustentável	Veredeiros	102,41	Bonito de Minas	Cerrado	Estadual
RPPN Alessandra Belo Vicintim	RPPN	Uso Sustentável	Veredeiros	117,66	Januaria	Cerrado	Estadual

### 3.3.5 Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), “as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade são um instrumento de política pública para apoiar a tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, no planejamento e implementação de ações como criação de unidades de conservação, licenciamento, fiscalização e fomento ao uso sustentável. As regras para a identificação de tais Áreas e Ações Prioritárias foram instituídas formalmente pelo Decreto nº 5092 de 21/05/2004 no âmbito das atribuições do MMA” (<http://areasprioritarias.mma.gov.br>). O mapa de áreas prioritárias do MMA foi atualizado através da Portaria nº 463 de 18 de dezembro de 2018.

O “*Planejamento Sistemático da Conservação*”, identificado como *PSC*, é a abordagem que se utiliza para definir ou fazer as revisões das áreas que são definidas como “Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade Brasileira”. A metodologia utilizada foi definida pela Deliberação CONABIO nº 39 de 14/12/2005<sup>7</sup>. É a partir de um conjunto de procedimentos, bem embasados de “forma técnica e científica”, que se chega ao que se define como “*alvos e metas de conservação*”. Estas informações é que são utilizadas para produzir o “*Mapa de Importância Biológica*”, onde as “áreas prioritárias” são classificadas segundo categorias de “Importância Biológica” (extremamente alta; muito alta; alta; e insuficientemente conhecida). Os alvos para a conservação são definidos em três categorias assim estratificadas: Objetos de Biodiversidade; Objetos de uso sustentável; Objetos de Persistência e Processos.

Os *Objetos de Biodiversidade* são as “espécies endêmicas, de distribuição restrita ou ameaçadas, habitats; fitofisionomias; fenômenos biológicos excepcionais ou raros; e substitutos de biodiversidade (unidades ambientais que indicam diversidade biológica, por exemplo: fenômenos geomorfológicos e oceanográficos, bacias hidrográficas ou interflúvios e outros)”.

Os *Objetos de Uso Sustentável* são as “espécies de importância econômica, medicinal ou fitoterápica; áreas de beleza cênica; áreas/espécies importantes para populações tradicionais e para a manutenção do seu conhecimento; espécies-bandeira que motivem ações

---

<sup>7</sup> Conforme: <http://areasprioritarias.mma.gov.br/metodologia> acessado em 25/08/21.

de conservação e uso sustentável; espécies-chave da qual depende o uso sustentado de componentes da biodiversidade; áreas importantes para o desenvolvimento com base na conservação; áreas que fornecem serviços ambientais a áreas agrícolas (como plantios dependentes de polinização e de controle biológico); áreas importantes para a diversidade cultural e social associada à biodiversidade”.

*Os Objetos de Persistência e Processos* são as “áreas importantes para a manutenção de serviços ambientais (manutenção climática, ciclos biogeoquímicos, processos hidrológicos, áreas de recarga de aquíferos); centros de endemismo, processos evolutivos; áreas importantes para espécies congregatórias e migratórias; espécies polinizadoras; refúgios climáticos; conectividade e fluxo gênico; áreas protetoras de mananciais hídricos; áreas importantes para manutenção do pulso de inundação de áreas alagadas; áreas extensas para espécies de amplo requerimento de hábitat”.

Em seguida à definição dos alvos para a conservação, são identificadas “*as ameaças e oportunidades à conservação da biodiversidade com a definição da Superfície de Custo*”. Mais adiante se faz a “*Identificação das Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade*” e, finalmente, a “*Identificação de Ações*”. É na etapa de identificação de ações prioritárias que são realizadas as consultas públicas que vão definir as ações prioritárias de conservação. Apenas na última etapa do processo que se convoca a sociedade ou, no caso, as organizações sociais e/ou lideranças dos povos e comunidades tradicionais para contribuição.

Avaliando este conjunto de procedimentos, embora o avanço no reconhecimento da importância dos povos e comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade, embora os esforços em ampliar a participação da sociedade na construção de um instrumento de política pública de planejamento e implementação de ações de conservação, verifica-se que, na prática, a temática da conservação estrito sensu tem sido assunto mais do campo técnico e científico, de instituições governamentais ou de pesquisadores ligados ao ensino e pesquisa, de universidade ou de ONGs.

Destacamos dois aspectos que devem ser considerados nos procedimentos e que dialogam com as demandas insistentemente postas pelos povos e comunidades tradicionais:

- i) O primeiro é que na definição de áreas e ações de conservação, o sistema termina por priorizar aquelas “que tenham menor custo” em detrimento “daquelas com maior custo de conservação ou maior conflito de uso”. Na maioria das vezes a lente de leitura que os

gestores públicos fazem da organização social das comunidades tradicionais é limitada ou enviesada de preconceitos. Como os interesses das comunidades tradicionais encontram-se dispersos, os interesses dos grupos com maior poder econômico ou de influência acabam por contribuir na definição das áreas prioritárias que apresentam o que se define como o de “menor custo”. Na maioria das vezes o potencial de conflito com as comunidades tradicionais é escamoteado em um primeiro momento. Apenas a posteriori que as próprias comunidades se apercebem como lesadas, passando então a reivindicar direitos, porém já na condição de “encurraladas por Unidades de Conservação”.

- ii) O segundo aspecto refere-se à inclusão, nos alvos para a conservação, o reconhecimento de incorporar nas políticas e ações de conservação da biodiversidade a proteção de “áreas importantes para a diversidade cultural e social associada à biodiversidade”. Este é um aspecto que, pelo menos em Minas Gerais, não se tem sido contemplado com ações efetivas nas estratégias de conservação da biodiversidade. Mais ainda, esta é uma condição que tem um aspecto utilitarista que é fundamental que seja revista pois os povos tradicionais podem ser acionados na construção de ações referentes às três categorias: Objetos de Biodiversidade; Objetos de uso sustentável; Objetos de Persistência e Processos. Sendo envolvidos de forma proativa nas análises e definições das ameaças e oportunidades à conservação da biodiversidade na identificação das áreas prioritárias para a conservação da Biodiversidade” e, também na proposição de ações.

Vamos agora avaliar o contexto das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região de incidência da Articulação Rosalino. Analisando o Atlas da Biodiversidade em Minas Gerais (DRUMMOND et al., 2005) vemos que a maior parte do território dos povos e comunidades da Articulação Rosalino é classificado como de importância biológica especial e extrema (Figura 22), sendo considerada como prioridade para a conservação da biodiversidade em curtíssimo prazo. É importante ressaltar que o referido Atlas se tornou, por meio da Deliberação Normativa COPAM 55, de 13 de junho de 2002, o principal instrumento norteador do planejamento das ações do governo de Minas Gerais em políticas ambientais voltadas para a conservação da biodiversidade.

Várias áreas da Articulação Rosalino também são consideradas como prioritárias para a investigação científica, pela lacuna de conhecimento a respeito de vários grupos biológicos avaliados no Atlas (Figura 23). A prioridade varia de 1 (a mais baixa) a 5, dependendo do número de grupos sobre os quais há informações insuficientes (Tabela 6).

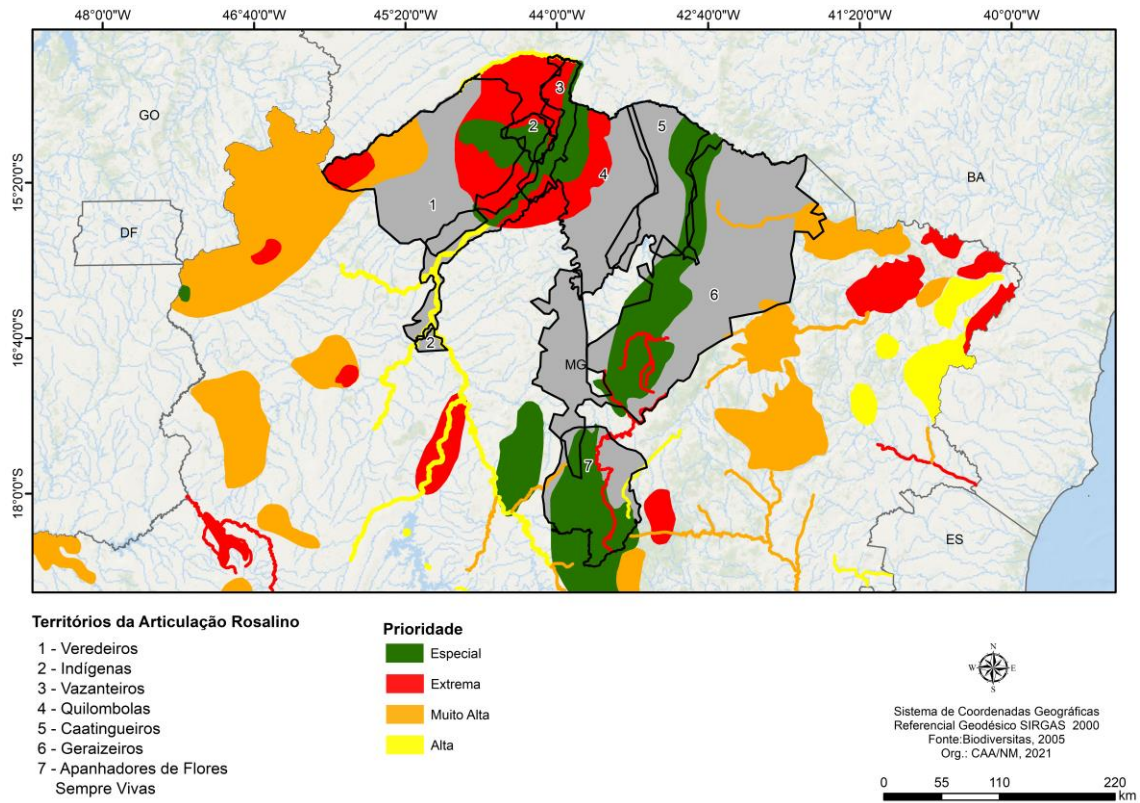


Figura 22: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na região de incidência dos povos e comunidades tradicionais da Articulação Rosalino. Fonte: DRUMMOND et al. (2005).

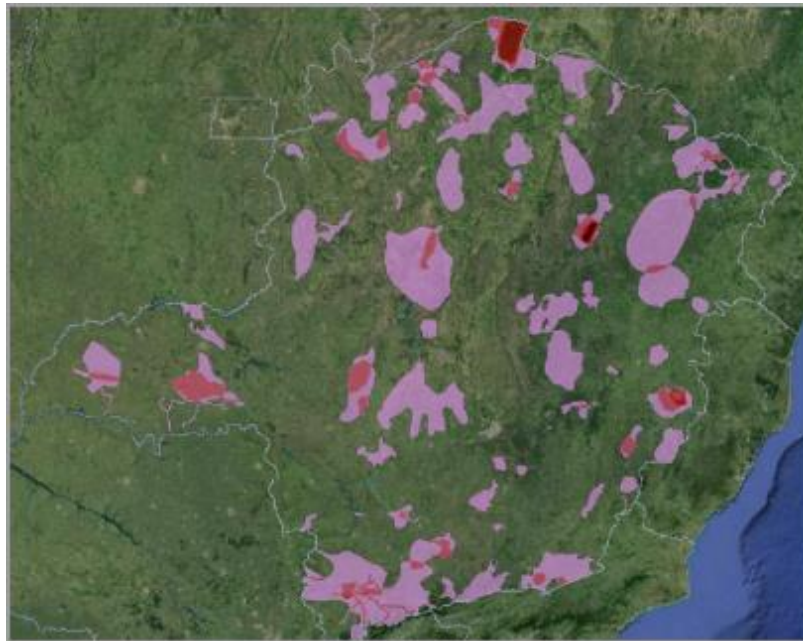


Figura 23: Áreas prioritárias para a investigação científica em Minas Gerais, de acordo com o Atlas da Biodiversidade em Minas Gerais. Fonte: DRUMMOND et al. (2005).

Tabela 16: Prioridades para a conservação da biodiversidade, investigação científica e pressão antrópica na área de incidência dos povos da Articulação Rosalino. Referência: DRUMMOND et al. (2005).

<b>Povo</b>	<b>Prioridade para a conservação</b>	<b>Prioridade para a investigação científica</b>	<b>Pressão antrópica</b>
Indígenas	Especial e extrema e (Xacriabá); Alta (Tuxá)	Xacriabá: 1 Tuxá: sem áreas prioritárias	Baixa
Veredeiros	Especial, Extrema e muito alta	1, 2	Baixa
Vazanteiros em Movimento	Especial, extrema e alta	1, 2, 3 e 4	Baixa
Quilombos Sanfranciscanos	Especial, extrema e alta	1, 2, 3 e 4	Baixa/Média
Geraizeiros	Especial, extrema e muito alta	1, 2, 3, 4 e 5	Baixa/Média
Caatingueiros	Especial	1	Baixa
Apanhadoras de Flores	Especial, extrema, muito alta e alta	1	Baixa/Média

As áreas prioritárias do MMA são definidas em escala nacional e diferem em alguns aspectos daquelas definidas em âmbito estadual (Figura 24). As principais diferenças estão no grau de prioridade dos territórios dos indígenas Xacriabá, dos Vazanteiros em Movimento e dos Quilombos Sanfranciscanos, nas margens do rio São Francisco na divisa com a Bahia. Apenas uma pequena extensão desses territórios é definida como “extremamente alta” pelo MMA, especialmente para os dois primeiros povos listados acima. Os Quilombos Sanfranciscanos têm uma extensão razoável de áreas definidas como de importância biológica “muito alta”. Em contraste, os territórios Veredeiros e de Apanhadoras de Sempre-Vivas possuem a maior parte de seus territórios classificados como de importância biológica e prioridade de ação extremamente altas. Os Geraizeiros possuem áreas predominantemente classificadas como de importância biológica muito alta. Já o território dos Caatingueiros é classificado, em grande extensão, como de importância biológica alta.

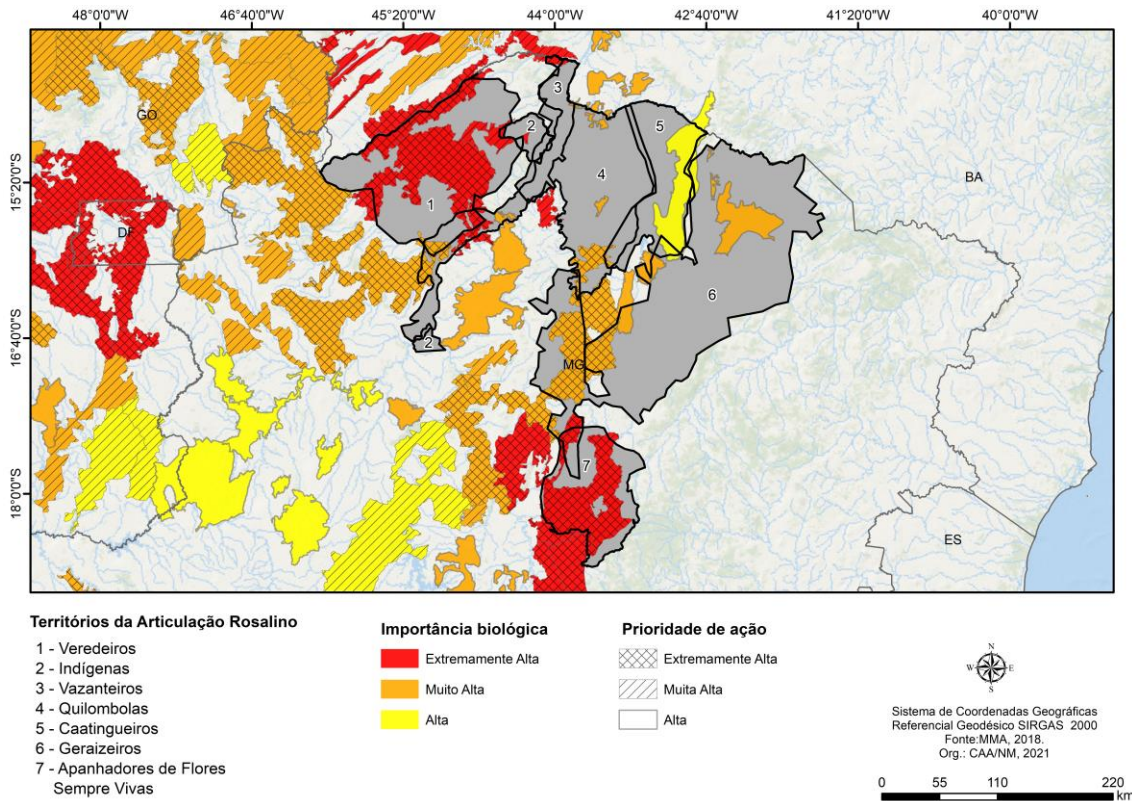


Figura 24: Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na área de incidência da Articulação Rosalino. Fonte: MMA.

A definição de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade é uma ferramenta importante do planejamento de políticas ambientais e de desenvolvimento, como o zoneamento ambiental produtivo de Minas Gerais ([http://www.agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Metodologia\\_ZAP\\_3ed.pdf](http://www.agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Metodologia_ZAP_3ed.pdf)). No caso dos povos e comunidades da Articulação Rosalino, a presença de áreas prioritárias em seu território pode ser vantajosa, à medida que restringe o licenciamento ambiental de empreendimentos, obras ou atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. Ao mesmo tempo, aumenta as chances de criação de UCs de proteção integral nessas áreas, com as consequências potencialmente negativas para os povos e comunidades afetadas.



### 3.3.6 Mudanças de Uso do Solo

Mudanças expressivas no uso e cobertura do solo, indicadas pelos dados disponíveis na plataforma MapBiomas, foram observadas na área de incidência da Articulação Rosalino entre 1985 e 2019 (período de disponibilidade dos dados do MapBiomas; Figura 25).

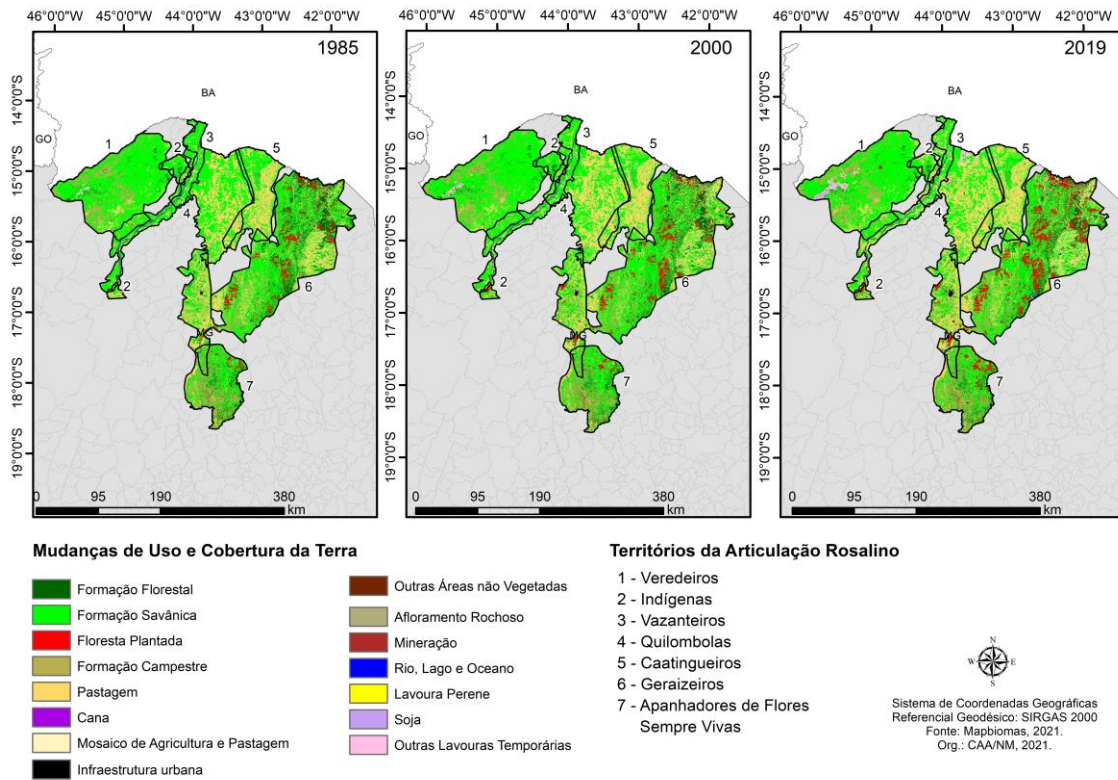


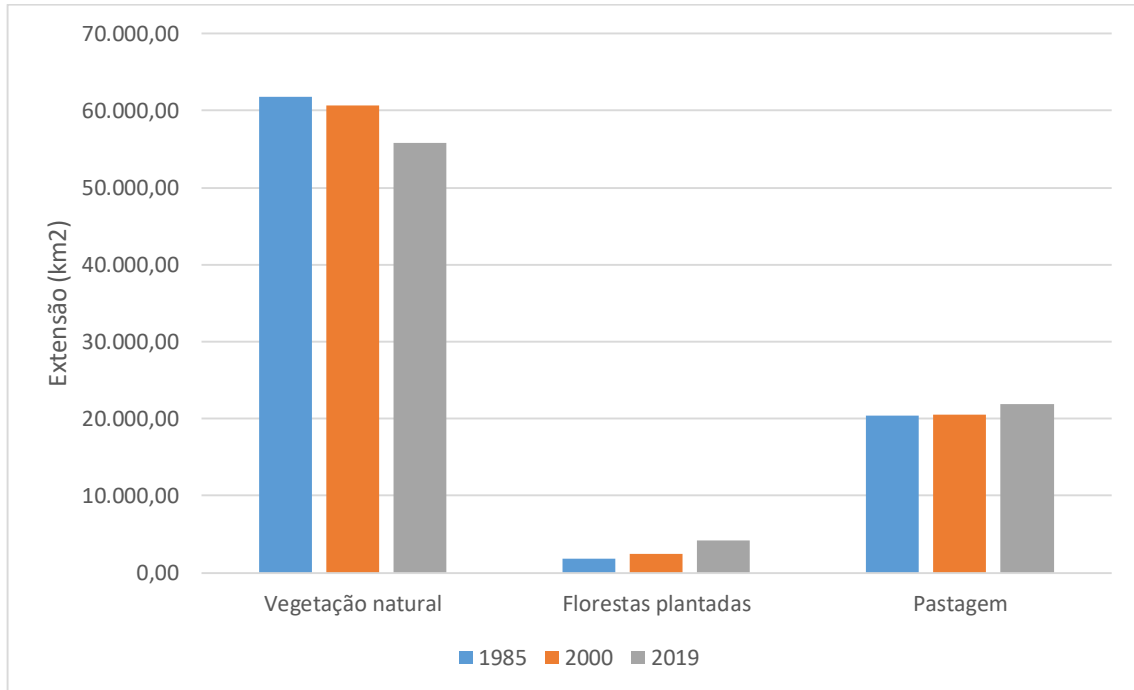
Figura 25: Mudanças no uso e cobertura do solo na área de incidência da Articulação Rosalino entre 1985 e 2019.

De uma maneira geral, a extensão de vegetação natural (formações florestais, savânicas, campestres e afloramentos rochosos) diminuiu predominantemente entre os anos 2000 e 2019 (8%), período no qual houve um aumento expressivo da extensão de florestas plantadas (72,5%), soja (310%) e outras lavouras temporárias (479%) (Tabela 7 e 8).

Tabela 17: Mudanças no uso e cobertura do solo na área de incidência da Articulação Rosalino entre os anos de 1985 e 2019.

<b>Extensão 1985</b>		
Classe	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Formação Florestal	7.723,30	8,98%
Formação Savânica	46.901,60	54,52%
Floresta Plantada	1.883,04	2,19%
Formação Campestre	7.049,81	8,20%
Pastagem	20.421,90	23,74%
Mosaico de Agricultura e Pastagem	841,54	0,98%
Infraestrutura Urbana	49,91	0,06%
Outras Áreas não vegetadas	513,57	0,60%
Afloramento Rochoso	116,83	0,14%
Mineração	0,00	0,00%
Rio, Lago e Oceano	353,79	0,41%
Lavoura Perene	0,01	0,00%
Outras Lavouras Temporárias	163,67	0,19%
	86.018,96	100,00%
<b>Extensão 2000</b>		
Classe	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Formação Florestal	6.876,18	7,99%
Formação Savânica	46.316,85	53,85%
Floresta Plantada	2.401,40	2,79%
Formação Campestre	7.312,20	8,50%
Pastagem	20.580,04	23,93%
Mosaico de Agricultura e Pastagem	1.287,88	1,50%
Infraestrutura Urbana	103,42	0,12%
Outras Áreas não vegetadas	483,82	0,56%
Afloramento Rochoso	114,20	0,13%
Mineração	0,00	0,00%
Rio, Lago e Oceano	320,62	0,37%
Lavoura Perene	3,88	0,00%
Soja	45,69	0,05%
Outras Lavouras Temporárias	171,09	0,20%
	86.017,26	100,00%
<b>Extensão 2019</b>		
Classe	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Formação Florestal	6.550,62	7,62%
Formação Savânica	42.216,04	49,08%
Floresta Plantada	4.142,84	4,82%
Formação Campestre	6.904,76	8,03%
Pastagem	21.939,60	25,51%
Cana	15,64	0,02%
Mosaico de Agricultura e Pastagem	1.750,10	2,03%
Infraestrutura Urbana	167,47	0,19%
Outras Áreas não vegetadas	526,48	0,61%
Afloramento Rochoso	85,93	0,10%
Mineração	1,11	0,00%
Rio, Lago e Oceano	323,30	0,38%
Lavoura Perene	213,89	0,25%
Soja	187,72	0,22%
Outras Lavouras Temporárias	991,30	1,15%
	86.016,79	100,00%

Tabela 18: Mudanças na vegetação natural, florestas plantadas e pastagens na área de incidência da Articulação Rosalino entre 1985 e 2019.



Devido a diferenças nas características biofísicas e em fatores socioeconômicos específicos em cada área de incidência dos sete povos no período analisado, a intensidade dessas mudanças também foi contrastante (Tabela 9).

Tabela 19: Mudanças no uso e cobertura do solo na área de incidência de cada um dos povos da Articulação Rosalino entre os anos de 1985 e 2019.

Veredeiros	Ano		
	1985	2000	2019
Classe	Área (km²)		
Formação Florestal	565,01	530,02	488,94
Formação Savânica	12.423,18	12.450,85	11.833,18
Floresta Plantada	0,95	24,63	70,23
Formação Campestre	2.720,75	2.751,90	2.651,51

Pastagem	1.223,10	1.150,64	1.465,43
Cana	0,00	0,00	0,00
Mosaico de Agricultura e Pastagem	10,63	4,36	19,05
Infraestrutura Urbana	0,09	0,66	2,59
Outras Áreas não vegetadas	60,79	49,34	47,34
Afloramento Rochoso	0,20	0,15	0,11
Mineração	0,00	0,00	0,00
Rio, Lago e Oceano	14,74	7,40	6,86
Lavoura Perene	0,00	0,00	1,10
Soja	0,00	43,06	164,99
Outras Lavouras Temporárias	99,30	105,72	367,34
<b>TOTAL</b>	<b>17.118,75</b>	<b>17.118,73</b>	<b>17.118,67</b>

### Indígenas

Formação Florestal	114,63	128,37	125,96
Formação Savânica	1.074,33	1.114,23	929,50
Floresta Plantada	0,17	35,89	46,66
Formação Campestre	16,87	21,34	18,37
Pastagem	466,77	385,34	467,58
Cana	0,00	0,00	0,01
Mosaico de Agricultura e Pastagem	22,79	13,99	56,07
Infraestrutura Urbana	0,52	2,29	2,98
Outras Áreas não vegetadas	13,37	9,34	0,76
Afloramento Rochoso	4,76	2,16	14,88
Mineração	0,00	0,00	0,00

Rio, Lago e Oceano	9,15	7,16	5,60
Lavoura Perene	0,00	0,32	3,53
Soja	0,00	0,03	9,76
Outras Lavouras Temporárias	0,07	2,94	41,72
<b>TOTAL</b>	<b>1.723,42</b>	<b>1.723,38</b>	<b>1.723,38</b>

### Vazanteiros em Movimento

Formação Florestal	70,32	78,07	66,73
Formação Savânica	2.349,24	2.249,61	1.897,52
Floresta Plantada	0,01	1,62	2,10
Formação Campestre	5,86	9,01	5,33
Pastagem	547,61	665,56	765,25
Cana	0,00	0,00	2,74
Mosaico de Agricultura e Pastagem	98,75	70,24	174,87
Infraestrutura Urbana	2,08	5,88	7,89
Outras Áreas não vegetadas	5,33	4,08	0,01
Afloramento Rochoso	3,73	1,82	7,39
Mineração	0,00	0,00	0,00
Rio, Lago e Oceano	104,72	90,07	73,32
Lavoura Perene	0,01	2,58	48,69
Soja	0,00	0,31	11,06
Outras Lavouras Temporárias	1,00	9,82	125,77
<b>TOTAL</b>	<b>3.188,67</b>	<b>3.188,67</b>	<b>3.188,67</b>
<b>Quilombos Sanfranciscanos</b>			
Formação Florestal	332,83	293,02	275,57

Formação Savânica	10.684,18	9.713,63	8.777,58
Floresta Plantada	0,29	11,55	30,06
Formação Campestre	110,88	117,19	94,76
Pastagem	5.919,87	6.716,82	7.046,41
Cana	0,00	0,00	15,01
Mosaico de Agricultura e Pastagem	343,35	566,10	624,27
Infraestrutura Urbana	6,23	15,91	26,88
Outras Áreas não vegetadas	17,20	9,19	3,91
Afloramento Rochoso	23,60	18,61	13,25
Mineração	0,00	0,00	0,00
Rio, Lago e Oceano	262,59	218,26	178,96
Lavoura Perene	0,00	3,29	194,45
Soja	0,00	0,69	5,32
Outras Lavouras Temporárias	1,68	18,44	416,28
<b>Total</b>	<b>17.702,72</b>	<b>17.702,70</b>	<b>17.702,70</b>

### Caatingueiros

Formação Florestal	56,30	51,05	63,79
Formação Savânica	3.521,23	3.250,22	3.106,14
Floresta Plantada	11,94	8,48	17,97
Formação Campestre	9,08	8,84	13,65
Pastagem	3.712,22	3.853,59	4.037,29
Cana	0,00	0,00	0,02
Mosaico de Agricultura e Pastagem	191,78	321,68	256,62
Infraestrutura Urbana	6,27	14,13	26,22

Outras Áreas não vegetadas	0,31	0,34	0,94
Afloramento Rochoso	74,90	76,77	38,89
Mineração	0,00	0,00	0,00
Rio, Lago e Oceano	22,76	21,45	14,54
Lavoura Perene	0,00	0,22	28,50
Soja	0,00	0,00	0,00
Outras Lavouras Temporárias	0,00	0,02	2,22
<b>Total</b>	<b>7.606,79</b>	<b>7.606,78</b>	<b>7.606,78</b>
<b>Geraizeiros</b>			
Formação Florestal	5.411,37	4.731,01	4.482,71
Formação Savânica	14.988,00	15.610,12	13.737,94
Floresta Plantada	1.646,17	2.054,75	3.421,19
Formação Campestre	1.870,54	2.058,28	1.826,40
Pastagem	8.253,20	7.594,39	8.004,86
Cana	0,00	0,00	0,01
Mosaico de Agricultura e Pastagem	264,30	366,67	723,72
Infraestrutura Urbana	36,29	68,17	104,91
Outras Áreas não vegetadas	110,58	94,29	140,57
Afloramento Rochoso	3,37	5,62	6,38
Mineração	0,00	0,00	1,07
Rio, Lago e Oceano	29,87	48,50	101,11
Lavoura Perene	0,00	0,25	2,22
Soja	0,00	0,00	0,18
Outras Lavouras Temporárias	56,06	37,70	116,29
<b>Total</b>	<b>32.669,76</b>	<b>32.669,75</b>	<b>32.669,57</b>

<b>Apanhadoras de sempre-vivas</b>			
Formação Florestal	985,43	985,43	907,41
Formação Savânica	3.657,31	3.657,31	3.482,02
Floresta Plantada	146,46	146,46	391,05
Formação Campestre	2.248,02	2.248,02	2.230,05
Pastagem	939,23	939,23	934,65
Cana	0,00	0,00	5,94
Mosaico de Agricultura e Pastagem	5,03	5,03	7,52
Infraestrutura Urbana	0,82	0,82	322,16
Outras Áreas não vegetadas	299,67	299,67	9,20
Afloramento Rochoso	6,04	6,04	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00
Rio, Lago e Oceano	12,64	12,64	8,60
Lavoura Perene	0,00	0,00	0,00
Soja	0,00	0,00	0,09
Outras Lavouras Temporárias	0,02	0,02	1,97
<b>Total</b>	<b>8.300,66</b>	<b>8.300,66</b>	<b>8.300,66</b>

As florestas plantadas, principalmente eucalipto e pinus, ocupavam 4.142,84 km<sup>2</sup> (414.284 ha) em 2019, concentrados nas áreas de incidência dos Geraizeiros e das Apanhadoras de Sempre-Vivas. Em extensão, essa atividade é certamente a que causa maiores impactos ambientais e sociais para os Geraizeiros, como já reportado em diversos estudos (CARVALHO, 2013; SOUZA e SAUER, 2020). No caso das Apanhadoras de Sempre-Vivas, o eucalipto se concentra no nordeste do território e, também, já há relatos de seus impactos socioambientais (ALMEIDA, 2018). Florestas plantadas também ocupam uma extensão substancial do pequeno território dos indígenas Tuxá.



Nas áreas de incidência dos Caatingueiros e Quilombos Sanfranciscanos é fortemente impactado pela pecuária extensiva, que causa a conversão de grandes áreas, principalmente matas secas, em pastagens. Os remanescentes florestais são bastante fragmentados, o que compromete sua integridade ecológica. Tal atividade também ocupa grandes extensões nos Geraizeiros, principalmente na porção leste e na porção que inclui o município de Montes Claros; e do território dos indígenas Tuxá. Os Veredeiros possuem uma extensão relativamente pequena de pastagens em sua área de incidência, possivelmente devido à grande área protegida por UCs.

A extensão de lavouras temporárias e perenes se destaca nas áreas de incidência dos Vazanteiros em Movimento e dos Quilombos Sanfranciscanos (Tabela 9), principalmente devido ao Projeto Jaíba, já descrito anteriormente no presente relatório. Além do desmatamento causado diretamente dentro do perímetro de irrigação, predominantemente a partir do ano 2000, esse empreendimento pode ser considerado um “trator” de desmatamento (DUPIN et al., 2018). Seu estabelecimento causou um crescimento populacional na região, abertura de novas estradas, aumento de queimadas e expansão da atividade agropecuária no seu entorno. Grandes extensões de lavouras temporárias também foram estabelecidas no extremo norte do município de Matias Cardoso após o ano 2000, junto ao limite do Parque Estadual do Verde Grande, no Quilombos Sanfranciscanos. As lavouras temporárias e a soja são as atividades mais impactantes ambientalmente nos Veredeiros (Tabela 9), principalmente no município de Chapada Gaúcha, e aumentaram vertiginosamente em extensão a partir do ano 2000, com diversas consequências negativas para os povos e comunidades da região (OLIVEIRA 2015; MORERE et al., 2020).

### **3.3.7 Políticas Ambientais**

As políticas florestais vigentes na região de atuação da Articulação Rosalino são o atual Código Florestal (Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012) e a Lei da Mata Atlântica (Lei Federal Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006). Parte das Matas Secas norte-mineiras é protegida como ecossistema associado ao bioma Mata Atlântica desde 1993, com a publicação do Decreto Federal 750, status posteriormente ratificado pela Lei da Mata Atlântica. Em 2008, parte das Matas Secas foi incluída no “Mapa de Aplicação da Lei da Mata Atlântica”, através de Decreto Federal 6660 (DUPIN et al., 2018). As áreas de incidência dos povos da Articulação Rosalino possuem áreas classificadas como parte da Mata Atlântica, com destaque para os Quilombos Sanfranciscanos (Figura 26).

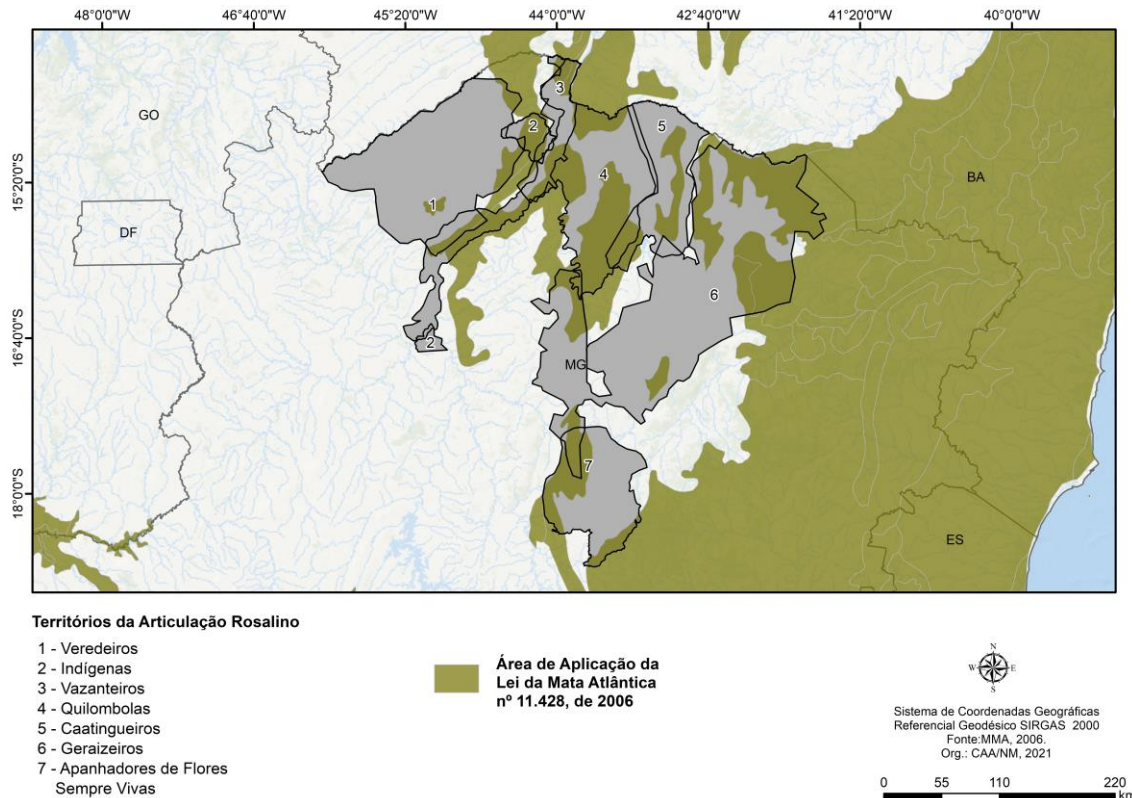


Figura 26:6 Áreas de incidência da Articulação Rosalino protegidas pela Lei da Mata Atlântica.

De acordo com a Lei da Mata Atlântica, a conversão dessas áreas de Matas Secas é restrita, só sendo permitida para vegetação secundária em estágio inicial de regeneração natural, com critérios definidos na Resolução Nº 392 do CONAMA, de 25 de junho de 2007; e em casos de utilidade pública ou interesse social. Esse mecanismo legal limita (ou deveria limitar, do ponto de vista legal) o desmatamento em áreas privadas ou públicas indicadas na Figura 25, a princípio evitando o estabelecimento de grandes empreendimentos altamente degradadores. Além disso, preserva áreas que podem ser utilizadas pelo agroextrativismo, além de outros serviços ecossistêmicos associados às Matas Secas, como polinização, controle biológico de pragas, preservação do solo e dos corpos d'água, entre outros. Por outro lado, também limita iniciativas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais que envolvam a derrubada de Matas Secas, a não ser aquelas consideradas como de utilidade pública ou interesse social.

A inclusão como parte da Mata Atlântica aumenta a atenção pública para áreas indicadas na Figura 21. Recentemente, a ONG SOS Mata Atlântica publicou seu “Atlas da Mata Atlântica 2019-2020” ([https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2021/05/SOSMA\\_Atlas-da-Mata-Atlantica\\_2019-2020.pdf](https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2021/05/SOSMA_Atlas-da-Mata-Atlantica_2019-2020.pdf)), que indica os

municípios com maior desmatamento nesse bioma. No ranking das 10 cidades que mais destruíram esse tipo de vegetação, cinco se encontram no norte e nordeste de Minas Gerais, onde ocorrem Matas Secas: Águas Vermelhas, Montalvânia (onde está parte do território dos Veredeiros), Pedra Azul, Ponto dos Volantes e Francisco Sá (parte do território dos Geraizeiros).

As áreas indicadas na Figura 21 também podem se beneficiar de projetos direcionados especificamente para o bioma Mata Atlântica, como aqueles relacionados ao Pacto pela Restauração da Mata Atlântica (<https://www.pactomataatlantica.org.br>). Entre eles, a linha “Territórios Certificados” pode ser acessível aos povos da Articulação Rosalino, uma vez que “são áreas estratégicas identificadas pelas Unidades Regionais do Pacto, e onde a coordenação de ações de um grande número de agentes da cadeia da restauração amplia a velocidade e a escala da recuperação da vegetação nativa”. Além disso, o governo de Minas Gerais publicou, em maio de 2021, o Plano Estadual de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica:

[http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2021/PLANO\\_DE\\_RECUPERAÇÃO\\_E\\_CONSERVAÇÃO\\_DA\\_MATA\\_ATLANTICA/PLANO\\_DE\\_RECUPERAÇÃO\\_E\\_CONSERVAÇÃO\\_DA\\_MATA\\_ATLÂNTICA\\_25-05-21.pdf](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2021/PLANO_DE_RECUPERAÇÃO_E_CONSERVAÇÃO_DA_MATA_ATLANTICA/PLANO_DE_RECUPERAÇÃO_E_CONSERVAÇÃO_DA_MATA_ATLÂNTICA_25-05-21.pdf).

Esse documento indica várias iniciativas que podem ser desenvolvidas na área de incidência da Articulação Rosalino, como o Programa de Fomento Florestal. Um outro instrumento importante é o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA), previsto na Lei Federal 11.428 para ser aplicado em municípios que possuem cobertura desse bioma. O plano deve ser elaborado pela prefeitura e deve ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA).

Outras iniciativas de Minas Gerais podem ser aplicadas a qualquer bioma pela Articulação Rosalino, como o Programa Bolsa Verde, uma “iniciativa de pagamentos por serviços ambientais (PSA) do Governo do Estado de Minas Gerais e tem por objetivo apoiar a conservação da cobertura vegetal nativa mediante remuneração aos proprietários e posseiros rurais que já preservam ou que se comprometam a recuperar a vegetação de origem nativa em suas propriedades ou posses. O Instituto Estadual de Florestas (IEF) é responsável pela execução operacional do Programa” (<http://www.ief.mg.gov.br/bolsa-verde>).

Além disso, há a iniciativa de estabelecimento de Corredores Ecológicos, com “o objetivo de interligar fragmentos florestais. Ele também se configura como uma estratégia de

planejamento para priorização de áreas para restauração, podendo se articular ao Programa de Regularização Ambiental – PRA”.

([http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2018/FLORESTAS/Projeto\\_Corredores\\_Ecológicos\\_-\\_Versao\\_1\\_revisada\\_2018.pdf](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2018/FLORESTAS/Projeto_Corredores_Ecológicos_-_Versao_1_revisada_2018.pdf)). Até o momento, apenas um corredor ecológico foi oficialmente estabelecido por esse programa, na região leste de Minas Gerais (Sossego-Caratinga).

Finalmente, outra alternativa no âmbito das políticas públicas estaduais é a de Bosques Modelos. De acordo com o IEF, os Bosques Modelo são “processos sociais, inclusivos e participativos que procuram o desenvolvimento sustentável de um território e, portanto, contribuem para alcançar objetivos globais de redução da pobreza, mudanças climáticas, luta contra a desertificação e metas de sustentabilidade” (<http://www.ief.mg.gov.br/florestas/bosques-modelo>). Em Minas Gerais, existem dois Bosques Modelos oficialmente cadastrados na Rede Iberoamericana de Bosques Modelo, sendo um deles o de Pandeiros: ([http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2018/FLORESTAS/Anuario\\_2010\\_a\\_2014\\_e\\_2017\\_-\\_RIABM\\_-\\_Bosques\\_Modelo\\_de\\_Iberoamerica\\_só\\_MG.pdf](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2018/FLORESTAS/Anuario_2010_a_2014_e_2017_-_RIABM_-_Bosques_Modelo_de_Iberoamerica_só_MG.pdf)), ocupando principalmente o território dos Veredeiros. Há uma proposta de ampliação para todo o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, o que incluiria também as áreas dos Indígenas Xacriabá, Vazanteiros em Movimento e Quilombos Sanfranciscanos.

#### **4. AMEAÇAS, DESAFIOS E INDICATIVOS PARA O PLANO DE AÇÃO DA ARTICULAÇÃO ROSALINO**

##### **Conflitos com Unidades de Conservação**

A criação de UCs de proteção integral em territórios ancestrais de povos e comunidades tradicionais é controversa e motivo de amplo e intenso debate (DOWIE, 2011). No caso da Articulação Rosalino, esse processo vem sendo estudado há algum tempo (ANAYA et al., 2006; ANAYA, 2012; 2014) e já há conflitos descritos praticamente em todos os povos. No caso dos Vazanteiros em Movimento e Quilombos Sanfranciscanos, os conflitos com as UCs estaduais que fazem parte do SAP Jaíba vêm se intensificando desde sua criação, como compensação ambiental ao Projeto Jaíba de fruticultura irrigada, condição necessária à expansão de sua Etapa 2. De acordo com Dayrell (2019) são 361.735, 67 ha de

áreas que compõe as UCs do SAP Jaíba e o Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu (<https://mosaicosp.com.br/somos-o-mosaico/>) que adentraram 22.937,64 ha de Terrenos Marginais da União, atingindo comunidades quilombolas, vazanteiras e pesqueiras que aí desenvolveram os seus modos de vida.

Neste contexto, casos emblemáticos foram etnografados por Anaya et al. (2006) e Anaya (2012, 2014) e Anaya e Espírito Santo (2018), envolvendo conflitos com UCs do SAP Jaíba e as comunidades tradicionais vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e vazanteira-quilombola da Lapinha. Localizados nos municípios de Matias Cardoso e Manga. Estes distintos grupos sociais se articularam em consequência da sobreposição dos Parques Estaduais Verde Grande (1998), Lagoa do Cajueiro (1998) e Mata Seca (2000) às suas terras tradicionalmente ocupadas. As restrições e criminalizações das práticas tradicionais vazanteiras, bem como a constante ameaça de expropriação por parte dos agentes ambientais do Instituto Estadual de Florestas-IEF, impôs outra dinâmica territorial à essas comunidades, confinadas nas ilhas e margens do São Francisco.

Há também conflitos com o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, cujo processo de criação e implantação se deu de forma violenta e agressiva, gerando insatisfação com a ausência de consulta prévia a respeito de sua criação e da desterritorialização abrupta de diversas famílias de seu território (VIEIRA, 2020). Algumas comunidades envolvidas em conflitos com o PARNA Cavernas do Peruaçu foram identificadas por Brugnera (2021) e Vieira (2020), como o caso da comunidade vazanteira e quilombola de Cabaceiras, que vivem a insegurança constante de remoção, e as comunidades de Fabião I e Fabião II, localizadas nos municípios de Januária e Itacarambi.

No caso dos Veredeiros, os principais conflitos são com as UCs do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu (<https://mosaicosp.com.br/somos-o-mosaico/>). De acordo com Costa (2020) os conflitos com as UCs englobam as famílias expropriadas do PARNA Grande Sertão – Veredas, no município de Formoso, a comunidade Cabeceira de Forquilha. Outros conflitos no município de Cônego Marinho, além das comunidades de Poçãozinho, Capoeirão e Breijinho, no município de Bonito de Minas. As comunidades são articuladas através do parentesco e compadrio, grupos que mantêm vínculos com outras comunidades tradicionais situadas no Núcleo Pandeiros, nas bacias do córrego Borrachudo e dos rios Alegre e Pandeiros, identificado por Costa (2020) como Território do Alegre.

De acordo com Martins (2011) o Parque Estadual Serra das Araras (PESA), apesar de não apresentar conflitos latentes, apresenta em seu interior a presença de comunidades. No entanto, em 2015, em uma incursão conjunta com técnicos da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, Ministério Público de Minas Gerais (CIMOS-MPMG) e equipe do Instituto Rosa e Sertão e Movimento Veredeiro, constatou-se na Comunidade Quilombola Barro Vermelho que mais de 40 famílias viviam em conflito com o Parque Estadual Serra das Araras, sendo que destas, 27 casas/famílias não possuíam na época energia elétrica (2015).

Nas áreas não consolidadas, estão encurraladas as Comunidades do Barro Vermelho e Morro do Fogo, que também foram afetadas pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari (MARTINS, 2011). No Refúgio da Vida Silvestre de Pandeiros, Figueiredo (2011) indicou que a proibição da pesca não só retirou dos povos uma valiosa fonte de proteínas, mas também os restringiu de parte de sua cultura, de suas manifestações, que se estabeleciam de forma harmônica com os recursos naturais locais.

O estabelecimento de áreas protegidas no Espinhaço, de maneira geral, seguiu o mesmo modelo autoritário que tem ocorrido em todo o Brasil e, de forma mais geral, na América Latina. Devido ao seu alto valor biológico, grandes áreas de Espinhaço, especialmente a área dominada por campos rupestres, foram transformados em parques naturais entre os anos de 1970 e 1980. Dentre os casos emblemáticos no Espinhaço está o que envolve o Parque Nacional das Sempre-Vivas e as comunidades de apanhadoras de flor na região de Diamantina, Minas Gerais. Cabe ressaltar que as comunidades tradicionais dos Apanhadores Sempre-Vivas incluem quilombolas e estão estabelecidas nos municípios de Bocaiúva, Olhos D'Água, Diamantina, Buenópolis, Couto Magalhães, Serro e Presidente Kubitscheck, onde foram criadas outras UCs.

O impedimento de acesso às áreas comuns de “panha de flor” e solta de gado, localizadas dentro de UCs, bem como a criminalização de suas práticas tradicionais pelos agentes ambientais federais e estaduais são os principais pontos de conflito que envolvem estes grupos. Os casos mais emblemáticos de sobreposição de UC com áreas de coleta são os do Parque Nacional das Sempre-Vivas e do Parque Estadual do Rio Preto.

Por outro lado, tais conflitos têm sido um fator de mobilização das comunidades locais em busca da garantia de seus direitos territoriais, que vêm se articulando através da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX). Mobilização que as inseriu no âmbito da Articulação Rosalino e da Comissão Estadual de Povos e Comunidades

Tradicionais de Minas Gerais. Atualmente, as comunidades buscam mudar a categoria do Parque Nacional das Sempre-Vivas para UC de Uso Sustentável, categoria que permite o uso tradicional de recursos naturais essenciais à sua existência material e simbólica vinculada à conservação da natureza. Em 2020, o sistema agrícola tradicional e a prática de coleta das flores sempre-vivas destas comunidades foram reconhecidas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), passando a integrar os Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM).

É importante considerar que o fato de diversas áreas onde vivem os povos da Articulação Rosalino serem indicadas como prioritárias para a conservação da biodiversidade, ou já transformadas em UCs de proteção integral se deve à própria presença das populações tradicionais. Em comparação com outras atividades altamente impactantes, como o agronegócio e a mineração, entre outras, os sistemas de manejo empregado por esses povos e comunidades pode ser considerado de baixo impacto ambiental (DIEGUES, 2000).

Como já mencionado anteriormente, a sobreposição das UCs de proteção integral ao território ancestral dos povos da Articulação Rosalino é motivo de intensos conflitos, devido à expulsão, encurralamento e restrição de usos de recursos naturais (ANAYA et al., 2006; ANAYA, 2012; 2014). Em um estudo sobre uso e manejo de fauna silvestre em Resex, RDS e Flona Federais, Ranzi et al. (2018) elencaram dez atividades de uso e manejo de fauna silvestre previstas na legislação brasileira (Tabela 10). Destas, quatro são passíveis de desenvolvimento por povos e comunidades tradicionais. Em caso de recomendação da criação de UCs em áreas consideradas imprescindíveis para a conservação da diversidade biológica na Articulação Rosalino, as categorias de Resex, RDS e Flona Federais seriam as mais indicadas.

Tabela 20: Usos possíveis de manejo da fauna silvestre em RESEXs, RDS e Flonas Federais.  
Fonte: Ranzi et al. (2018).

Atividades previstas na legislação	Permitido às populações tradicionais			Detalhamento
	RESEX	RDS	FLONA	
Uso e manejo de fauna silvestre em cativeiro (IN IBAMA nº 07/2015)	Sim	Sim	Sim	Somente duas categorias: criadouro comercial ou matadouro, abatedouro e frigorífico
Manejo de passeriformes (IN IBAMA nº 10/2011)	Não	Não	Não	Interesse individual/pessoa física
Manejo de fauna em áreas de influência de empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental (IN IBAMA nº 146/2007)	Não	Não	Não	Interesse do empreendedor/Não relacionado com interesse das populações
Manejo de fauna em aeródromos (Lei nº 12.725/2012)	Não	Não	Não	Interesse do empreendedor/Não relacionado com interesse das populações
Manejo de fauna sinantrópica nociva (IN IBAMA nº 141/2006)	Não	Não	Não	Não relacionado com interesse das populações
Manejo de fauna silvestre não ameaçada de extinção em vida livre (IN Conjunta IBAMA/ICMbio nº 01 e 02/2014)	Não	Não	Não	Realizado pelos órgãos gestores/Não relacionado com interesse das populações
Manejo de fauna silvestre em vida livre por populações tradicionais em RESEX (IN IBAMA nº 26/2002)	Sim	Não	Não	Exclusivo para RESEX
Sistema extensivo de manejo de crocodilianos em RESEX, FLONA e RDS (IN ICMbio nº 28/2012)	Sim	Sim	Sim	Exclusivo para UCs federais
Caça (Lei nº 5.197/1967, Lei nº 9.985/2000, Lei nº 10.286/2003, Decreto nº 6.040/2007)	Sim	Sim	Sim	Somente na modalidade de subsistência e mediante porte de arma de fogo na categoria "caçador de subsistência"

## Restauração de Ecossistemas Naturais

Políticas de restauração de ecossistemas naturais têm sido estimuladas nos últimos anos em escala global, reconhecendo não só a importância ecológica e socioeconômica das vegetações secundárias, mas também a necessidade de proteger áreas fora de UCs (CHAZDON, 2014). A Organização das Nações Unidas declarou o período de 2021 a 2030 como a “Década da Restauração” (FISCHER et al., 2020). Há diversas iniciativas internacionais nesse sentido, como o Desafio de Bonn (The Bonn Challenge), lançado na Alemanha em 2011 com o objetivo de restaurar 150 milhões de hectares de áreas desmatadas ou degradadas até 2020 e uma extensão adicional de 200 milhões de hectares até 2030 (<https://www.bonnchallenge.org>).

O Brasil aderiu ao Desafio de Bonn em 2016, estabelecendo o compromisso de restaurar, reflorestar e promover a recuperação natural de 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Para tanto, o Governo Federal publicou o Decreto nº 8.972, de 23 de janeiro de



2017, instituindo a Política Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, conhecida como PROVEG. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o principal instrumento de implementação da Proveg é o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), lançado por meio da Portaria Interministerial nº 230, de 14 de novembro de 2017.

Desta forma, é possível que organizações sociais que representam os povos tradicionais possam se inserir em programas estimulados pelo PLANAVEG para restauração de áreas desmatadas e/ou degradadas em seus territórios. Tal restauração pode ser implementada através da regeneração natural ou assistida. O MMA, em parceria com o World Resource Institute – WRI Brasil, realizou um estudo para estimar o potencial de regeneração natural da vegetação nativa nos biomas brasileiros, com a publicação de um mapa do potencial de regeneração natural da vegetação (MMA, 2017). De acordo com o MMA, o objetivo do mapa é “subsidiar ações de planejamento e a implementação de políticas públicas federais e estaduais voltadas para a recuperação da vegetação nativa em larga escala, minimizando os custos e maximizando os esforços e as chances de sucesso das ações de recuperação”.

Como observado na Figura 27, grandes extensões da área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos, Vazanteiros em Movimento e Caatingueiros, assim como a parte norte do território dos Geraizeiros, estão indicadas como possuindo potencial alto ou médio de regeneração natural. A parte sudeste do território das Apanhadoras de Sempre-Vivas também possui alto potencial para esse tipo de iniciativa.

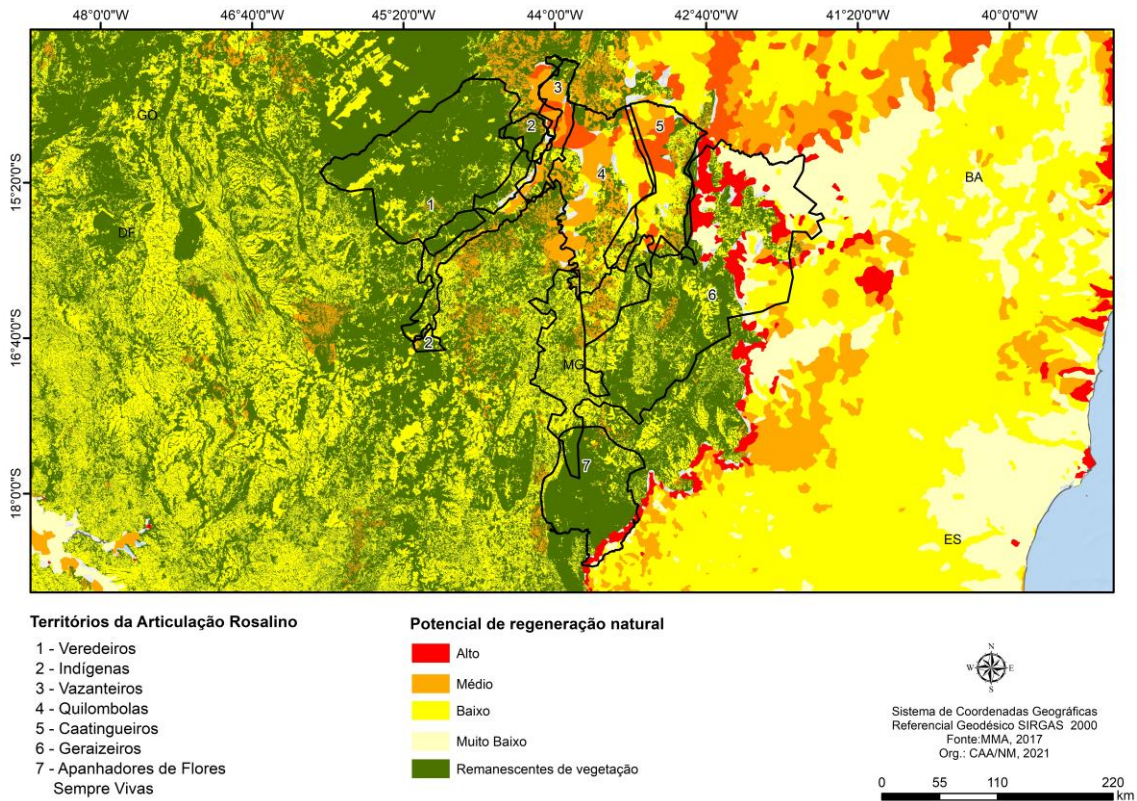


Figura 27: Potencial de regeneração natural na área de incidência da Articulação Rosalino.

Este é um tema que pode ser pautado pela Articulação Rosalino relacionado com projetos de restauração. Dentro das oito iniciativas propostas pelo PLANAVEG, a princípio, duas são aplicadas diretamente ao manejo comunitário: (i) Sementes & Mudanças: promover a cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa por meio do aumento da capacidade de viveiros, de produtores de sementes e demais estruturas para produção de espécies nativas e racionalizar as políticas para melhorar a quantidade, qualidade e acesso as sementes e mudas de espécies nativas; (ii) Mercados: fomentar mercados para os produtos e serviços ecossistêmicos gerados durante o processo de recuperação ou em áreas já recuperadas, gerando receita para os proprietários de terras envolvidos por meio da comercialização de produtos madeireiros e não-madeireiros, bem como o pagamento pela provisão de serviços ecossistêmicos como a proteção de corpos hídricos e áreas de recargas de aquíferos, aumento do estoque de carbono, entre outros.

## Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Sistemas Agrícolas Tradicionais

Entre todas as regiões do Brasil, o Semiárido é a que apresenta a maior vulnerabilidade às mudanças climáticas, principalmente devido aos impactos negativos sobre os recursos hídricos e à agricultura de sequeiro. É fundamental o entendimento acerca dos impactos das mudanças climáticas globais nessa região, especialmente sobre a biodiversidade e os riscos às ocupações humanas.

No caso do Norte de Minas, os agricultores e agricultoras já perceberam, há muitos anos, que mudanças ambientais vêm provocando e afetando as condições de sobrevivência nos seus territórios, forçando o deslocamento para áreas onde possam continuar vivendo. Em 2001, o “Relatório Final do Diagnóstico da Sub-Bacia do Riachão”<sup>8</sup> apontou o contexto de degradação social e ambiental advindos da ausência de políticas adequadas para o desenvolvimento rural e, em especial, para a manutenção sustentável dos recursos hídricos. O diagnóstico constatou que os pequenos municípios situados no âmbito dos cerrados tiveram que assumir as externalidades promovidas pelas políticas de expansão das monoculturas de eucalipto, que promoveram desequilíbrios hidrológicos e secamento de nascentes e pequenos córregos (CAA-NM, 2001).

Os poderes públicos locais se viram obrigados a estruturarem vilas e pequenos povoados como solução mitigadora para absorver a primeira onda de migração forçada dos comunitários. Estes, com os seus sistemas agrícolas inviabilizados, encontraram nas vilas e povoados, mesmo que em condições precárias, escola, água e lotes para construir suas novas moradias, tornando-se os embriões de uma ameaça que paira quase que imediato, sobre o semiárido brasileiro – configurados como um “exército de refugiados ambientais”.

“Transplantam para as vilas, não só a moradia, mas a esperança de encontrar novas alternativas de ocupação e sobrevivência. Dessa forma, as vilas e povoados vão se constituindo cada vez mais no espaço dos destituídos do seu lugar. Como as guerras vão constituindo os campos de refugiados, dos despatriados do seu lugar, os governos dos municípios do Riachão se veem obrigados a estruturar, precariamente, os vilarejos para receber os refugiados ambientais, expulsos de suas atividades pela voracidade da ocupação econômica sobre os estoques de capital natural – solo, água e biodiversidade. (CAA-NM, 2002 p.53).”

---

<sup>8</sup> Importante afluente do rio Pacuí, tributário da margem direita do rio São Francisco.

Importante relacionar que a constituição do “exército de refugiados ambientais” é resultado de políticas de expansão das monoculturas que foram alimentadas, no âmbito internacional, pelos denominados Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). O “Comércio de Emissões de Gases do Efeito Estufa” sustentados pelos “Créditos de Carbono” financiaram a expansão da monocultura com projetos vendidos como “sorvedouros de carbono”, lubrificando ainda mais os arranjos produtivos associados aos complexos siderúrgicos e de celulose. Estudo recente realizado no Norte de Minas pela Global Forest Coalition (2020) demonstrou o impacto dos recursos internacionais que subsidiaram o financiamento público do clima para aumentar a produção de carvão vegetal de grandes empresas deste setor. Este estudo demonstrou que estas empresas estavam associadas à grilagem de terras no Norte de Minas. Além disso, as comunidades sofreram os impactos que as plantações promoveram sobre a biodiversidade e os cursos d'água (GFC, 2020).

Neste sentido, as perspectivas de ação nessa região devem considerar tanto o potencial de externalidades provocadas por políticas e programas públicos e privados, quanto as tendências climáticas do semiárido, a fim de obter medidas de mitigação e possíveis formas de adaptação às mudanças do clima, principalmente, no que se refere à conservação dos recursos naturais, produtividade agrícola e qualidade de vida da população.

Devem considerar também que, há muitos anos essa população vem convivendo com a seca e com as altas temperaturas, com o manejo de espécies endêmicas totalmente adaptadas aos estresses hídrico, salino e às altas temperaturas. Ainda, devem considerar a existência de um banco genético extremamente importante e pouco conhecido, que poderá ser utilizado no sentido de garantir a manutenção das estratégias agroalimentares, as quais as populações nativas da região vêm desenvolvendo ao longo do tempo.

Iniciativas em andamento que tem como referência a Agricultura Resiliente ao Clima (ARC), promovidas pelas organizações que compõem a ASA, apontam a importância de considerar as condições de segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais que vivem nesta porção do semiárido em Minas Gerais. São estratégias que visam a diminuição dos riscos no contexto das mudanças climáticas, com a identificação e irradiação de iniciativas relacionadas com o manejo de água da chuva juntamente com a gestão compartilhada dos recursos da (agro)biodiversidade, integrando a ação desses povos com outros agricultores, organizações não governamentais e governamentais.

Entre as diversas iniciativas, uma é a construção de planos comunitários e municipais de enfrentamento às mudanças do clima. São propostas construídas envolvendo de forma ativa as famílias, lideranças e organizações que atuam nestes espaços. Contemplam o aprimoramento das tecnologias na agricultura, tais como: melhoria na gestão da produção e das plantações com o intuito de aumentar a armazenagem de solo com carbono; restauração de áreas degradadas; melhoria das técnicas de plantio, criação animal e adubação; melhoria na aplicação de adubação (adubação orgânica); geração de energia alternativa ao combustível fóssil, bem como novas estratégias de mercado associadas ao aproveitamento do potencial agroextrativista das comunidades tradicionais (cerrados, caatingas, matas secas, veredas e campos rupestres).

### **Proposições**

A análise dos mapas de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade do MMA e do governo de Minas Gerais, em sobreposição aos mapas de áreas-chave para a conservação de espécies raras da flora e de dois sítios da Aliança Brasileira para Extinção Zero - Sítios-BAZE, permite a indicação de áreas imprescindíveis à preservação dos recursos biológicos presentes nos territórios dos povos e comunidades da Articulação Rosalino. Um dos sítios BAZE é parcialmente sobreposto ao Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, uma UC de proteção integral. O segundo é o Lençol do Rio Verde Grande, área parcialmente protegida pela APA Serra do Sabonetal (Figura 28). Um terceiro sítio BAZE está próximo ao território dos Quilombos Sanfranciscanos, no município de São Francisco e não foi incluído nas áreas imprescindíveis indicadas na Figura 28.

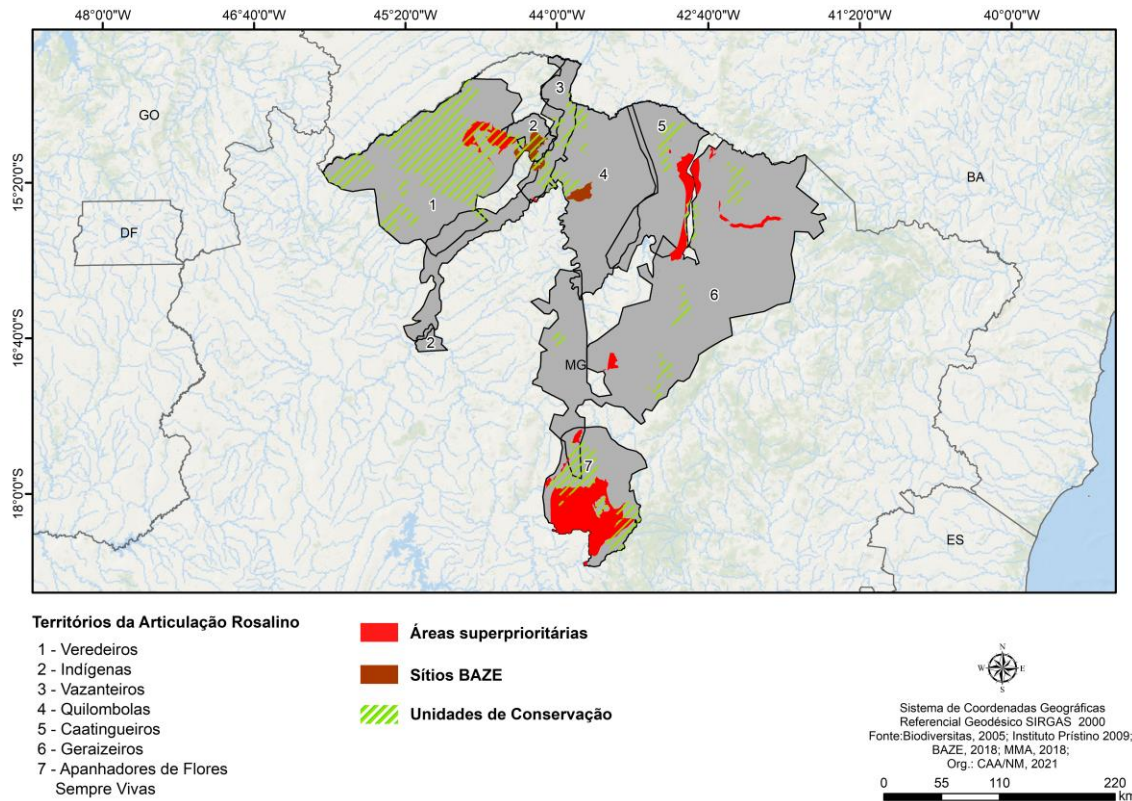


Figura 28: Áreas imprescindíveis (“superprioritárias”) nos territórios dos povos e comunidades da Articulação Rosalino.

As áreas consideradas imprescindíveis na Figura 11 possuem uma extensão total de 552.200 ha, das quais 133.000 ha (23,8%) estão dentro de UCs. A maior extensão se encontra em territórios das Apanhadoras de Sempre-Vivas (307.000 ha, dos quais cerca de 14% estão dentro de UCs) e, proporcionalmente, dos Caatingueiros (63.000 ha, 8,3% do seu território). Nessas áreas, recomenda-se uma gestão mais cuidadosa em termos de uso e ocupação, com limitações a atividades altamente impactantes e que promovam a remoção da cobertura vegetal nativa. O território das Apanhadoras de Sempre-Vivas já possui uma área grande protegida por UCs (299.000 ha, 36%), de maneira que outras estratégias de conservação devem ser priorizadas para minimizar conflitos socioambientais, como por exemplo a recategorização do PARNA Sempre Vivas para RDS. No caso dos Caatingueiros, a extensão do território ocupada por UCs é de 83.200 ha (10,9%) e a possibilidade de criação de UCs deve ser debatida com as comunidades. Nesse caso, é desejável que se priorize a categoria de uso sustentável, principalmente RDS, o que não envolveria a remoção dos moradores. No caso do sítio BAZE Lençol do Rio Verde Grande, localizado no território dos Quilombos Sanfranciscanos, a existência do peixe subterrâneo *Stygichthys typhlops*, espécie rara e ameaçada de extinção, demanda ações de conservação mais restritivas. A criação de uma UC

de proteção integral deve ser considerada, mas não sem amplo debate com as comunidades envolvidas.

De uma maneira geral, 19,5% dos territórios da Articulação Rosalino são sobrepostos por UCs, variando bastante entre diferentes povos e chegando a cerca de 50% no caso dos Veredeiros. A maior parte dessas UCs são APAs, que não demandam a expropriação dos habitantes locais, porém não garantem a proteção e o acesso aos recursos presentes em seus territórios. Entretanto, a existência de graves conflitos socioambientais entre povos e comunidades tradicionais e UCs de proteção integral na região sugere que a expansão desse mecanismo de gestão territorial deve ser limitada, priorizando a RDS quando necessário. Alternativamente, estratégias de proteção fora de UCs, como as apresentadas no item Políticas públicas, devem ser incentivadas. A proteção efetiva das matas secas como parte do bioma Mata Atlântica, aliada ao estímulo à criação de corredores ecológicos e aumento das reservas legais através do Programa Bolsa Verde e do Programa de Regularização Ambiental, associados com a regularização fundiária dos territórios tradicionais podem ser suficientes para a preservação da biodiversidade na área de incidência da Articulação Rosalino. A inserção das comunidades em programas de restauração também é uma estratégia importante de conservação da biodiversidade e recuperação de serviços ecossistêmicos na região.

A presença das UCs já existentes, desde que resolvidos os conflitos com as comunidades e povos tradicionais, pode ser uma oportunidade de diversificação econômica para a região, estimulando o turismo de base comunitária. Tal proposição foi feita recentemente pela Fundação Pró-Natureza – FUNATURA (2019), em um detalhado plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista para o mosaico, a ser instituído de 2020 a 2032 através de um fundo socioambiental ([https://www.funatura.org.br/images/docs/Plano\\_DTBC\\_Mosaico\\_SVP\\_Resolucao\\_Baixa.pdf](https://www.funatura.org.br/images/docs/Plano_DTBC_Mosaico_SVP_Resolucao_Baixa.pdf)). Entretanto, tal iniciativa pode ser limitada pela ausência de planos de manejo para a maioria das UCs nos territórios dos povos e comunidades da Articulação Rosalino. A FUNATURA (2019) indicou que, para o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, apenas 11 das 28 UCs possuem planos de manejo já elaborados.

Devido às grandes diferenças biofísicas, socioeconômicas e culturais (Tabela 11), as propostas de manejo devem ser específicas para cada povo da Articulação Rosalino. A situação mais crítica é a dos Indígenas Tuxá, que ainda não têm seu território oficialmente demarcado, possuem desmatamento alto, baixo potencial de regeneração natural, não têm

proteção da Lei da Mata Atlântica, nem UCs ou áreas consideradas imprescindíveis. A situação dos Indígenas Xacriabá é praticamente inversa em relação a estes aspectos, exceto pelo baixo potencial de regeneração natural.

Tabela 11. Síntese qualitativa das principais variáveis utilizadas para gestão dos territórios dos povos e comunidades da Articulação Rosalino.

<b>Povo</b>	<b>Áreas imprescindíveis</b>	<b>UCs</b>	<b>Intensidade de desmatamento</b>	<b>Potencial de regeneração</b>	<b>Mata Atlântica</b>
Indígenas	Xacriabá (+) Tuxá (-)	Xacriabá (+) Tuxá (-)	Xacriabá (-) Tuxá (+)	Xacriabá (-) Tuxá (-)	Xacriabá (+) Tuxá (-)
Caatingueiros	(+)	(-)	(+), pastagem	(+)	(+)
Apanhadoras de Sempre-Vivas	(+)	(+)	(+), silvicultura	(-)	(-)
Geraizeiros	(-)	(-)	(+), silvicultura e pastagem	(+)	(-)
Veredeiros	(-)	(+)	(-), soja e lavouras temp.	(-)	(-)
Quilombos Sanfranciscanos	(-)	(-)	(+), pastagem, Projeto Jaíba	(+)	(+)
Vazanteiros em Movimento	(-)	(+)*	(+), pastagem, Projeto Jaíba	(-)	(+)

\*Considera-se aqui a sobreposição das UCs do Sistema de Áreas Protegidas do Jaíba entre Quilombos Sanfranciscanos e Vazanteiros em Movimento.

Os Geraizeiros e as Apanhadoras de Sempre-Vivas têm em comum a forte pressão da silvicultura, cuja concentração nessa região deve ser discutida em maior escala, no âmbito Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais. Em um prazo mais curto, é necessário investimento em práticas ambientalmente racionais e socialmente justas nesse setor. Apesar de ocupar áreas poucos extensas, o aumento dos licenciamentos de atividades minerárias nos territórios desses dois povos nos últimos anos é preocupante. Uma parte substancial do território das Apanhadoras de Sempre-Vivas encontra-se na Cadeia do Espinhaço, onde há um grande número de UCs e forte apelo ao ecoturismo. Além disso, essa região possui uma flora com altos níveis de endemismo, o que aumenta a extensão de áreas consideradas imprescindíveis para a conservação da biodiversidade. O território Geraizeiro é muito mais extenso (32.670 km<sup>2</sup>) e heterogêneo e muito menos protegido por UCs. A área dos territórios de ambos os povos é protegida como parte da Mata Atlântica, apesar de proporcionalmente



pequena, é relevante e a inserção dos povos em programas ligados a esse bioma pode gerar oportunidades de restauração ecológica.

O território dos Vazanteiros em Movimento, nas margens do rio São Francisco, é relativamente pequeno e quase totalmente sobreposto à parte oeste dos Quilombos Sanfranciscanos. Essa região sofre forte influência do Projeto Jaíba, apresentando altas taxas de desmatamento de matas secas, dentro e fora do perímetro irrigado. Como compensação ambiental a esse empreendimento, foi criado o Sistema de Áreas Protegidas (SAP) do Jaíba, com sete UCs (cinco de proteção integral e duas APAs) sobrepostas aos territórios de diversas comunidades vazanteiras e quilombolas, o que tem causado sérios conflitos. A futura expansão do Projeto Jaíba e suas consequências ambientais e socioeconômicas devem ser debatidas em âmbito estadual e federal. O território dos Vazanteiros em Movimento (e por consequência uma parte do território dos Quilombos Sanfranciscanos) tem considerável extensão já protegida pela Lei da Mata Atlântica, cujo cumprimento poderia evitar o desmatamento e preservar a biodiversidade local sem a necessidade de criação de novas UCs. Apesar do potencial relativamente baixo de regeneração natural, projetos de restauração ligados ao bioma Mata Atlântica podem oferecer oportunidades de manejo comunitário.

A parte leste dos Quilombos Sanfranciscanos se assemelha, em termos de dinâmica de uso e ocupação do solo, ao território dos Caatingueiros. Ambos são predominantemente cobertos por matas secas em solos férteis, tendo sofrido altas taxas de desmatamento para o estabelecimento de pastagens. Há poucas UCs nessa região e duas áreas imprescindíveis para a conservação da biodiversidade, de maneira que a criação de novas áreas protegidas deve ser debatida com as comunidades. Uma parte significativa dos territórios desses dois povos é protegida como parte da Mata Atlântica e tem alto potencial de regeneração natural. Devido à essa combinação de fatores, projetos de restauração ecológica podem ter forte apelo enquanto política ambiental para essa região.

A área de incidência dos Veredeiros apresenta uma dinâmica diferente dos demais. Tem sofrido taxas relativamente baixas de desmatamento nos últimos anos, possivelmente, por ter cerca de 52% de sua área sobreposta por UCs. Além disso, grande parte do território está dentro do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, o que tem atraído estudos e investimentos em gestão territorial conservacionista, principalmente pela Fundação Pró-Natureza – FUNATURA. Há uma grande extensão de áreas imprescindíveis no território dos Veredeiros, que já se encontra protegida por UCs. Entretanto, não tem sido atendida as demandas para o reconhecimento e regularização dos territórios das comunidades veredeiras, quilombolas e

vazanteiras que aí vivem, a grande maioria na mais completa invisibilidade, aguçando os conflitos com as unidades de conservação já instituídas. A resolução de conflitos, como os que se verifica nos parques estaduais Serra das Araras, Mata Seca, são pré-requisitos para ações ambientais nesta porção do território.

Apesar da perda de vegetação natural recente não ter sido extensa, há estudos indicando a degradação e secamento de veredas (FAGUNDES e FERREIRA, 2016; OLIVA-BRASIL, 2020), processo que demanda especial atenção em estratégias de conservação para esse território. Além disso, a grande concentração de plantios de soja transgênica e outras monoculturas temporárias (e.g., gramíneas), na região de Chapada Gaúcha, causa grande impacto ambiental, com uso intenso de pesticidas, fertilizantes e mecanização. Assim, como a questão da silvicultura em outros territórios, essa concentração deve ser debatida em esferas mais amplas, no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico de Minas Gerais.

O manejo extrativista é característica intrínseca de todos os povos e comunidades da Articulação Rosalino e deve ser estimulado, mas são necessários estudos de produção máxima sustentável para as espécies vegetais mais exploradas, como o pequi, a fava-d'anta, o panã, o coquinho-azedo e o umbu, entre outros. A exploração de produtos florestais não-madeireiros é mais simples do ponto de vista legal, mas o manejo sustentável de espécies madeireiras deve ser estudado como possibilidade de geração de renda. O manejo da fauna, para além da meliponicultura, é pouquíssimo utilizado na região. Essa atividade, considerando a legislação vigente, pode ser uma alternativa para as comunidades, especialmente aquelas localizadas em UCs de desenvolvimento sustentável, como RESEX e RDS.

Finalmente, frente ao contexto de crescente desobrigação dos estados nacionais com a conservação ambiental, três iniciativas podem ser conjugadas na perspectiva de aumento das áreas conservadas: i) acionamento de legislações municipais que reconheçam e protejam as comunidade tradicionais e os recursos naturais dos quais dependem para a manutenção de seus modos de vida, a exemplo das iniciativas realizadas em Rio Pardo de Minas e em andamento em Riacho dos Machados; ii) acionamento do reconhecimento identitário e territorial no âmbito do Estado de Minas Gerais através da Lei 21.147, de 14 de Janeiro de 2014 - Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais; iii) acionamento de marcos legais internacionais o registro de comunidades veredeiras e geraizeiras enquanto TICCAS, ou como o GHIAS instituído pela FAO (e que recentemente, em 2017, reconheceu o Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades de Apanhadores de Flores Sempre-Vivas).

## **5. PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO DOS CERRADOS E ÁREAS DE TRANSIÇÃO PARA A CAATINGA E MATA ATLÂNTICA NO ÂMBITO DA ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO ROSALINO GOMES DE POVOS TRADICIONAIS**

A execução do Projeto Re-Existir contribuiu com indicativos de ações importantes para a defesa dos direitos territoriais e na busca da sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social dos povos envolvidos com a Articulação Rosalino Gomes. Reforçando a capacidade das organizações dos povos tradicionais que compõem a Articulação Rosalino para uma melhor gestão dos territórios onde vivem, e dos cuidados necessários ao manejo e à conservação dos ecossistemas e dos recursos hídricos a eles associados.

O Plano de Ação Socioambiental para a Conservação do Hotspot Cerrado e Áreas de Transição para a Caatinga e Mata Atlântica contempla as demandas apontadas pela Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão e os empreendimentos ecossociais envolvidos nas áreas de incidência da Articulação Rosalino, constituindo como instrumento para captação de recursos visando a sua implementação. Merece destaque a promoção de uma discussão qualificada, embora ainda inicial, sobre os entendimentos das populações nativas sobre espécies raras e ameaçadas, e a proteção de ecossistemas críticos, adentrando em um domínio de saber até então de posse de pesquisadores, professores, militantes de ONGs e instituições governamentais que tratam da conservação da biodiversidade estrito sensu.

O Plano de Ação Socioambiental da Articulação Rosalino para a Conservação do Hotspot do Bioma Cerrado colocou em relevo, uma área de abrangência de 82.220 km<sup>2</sup> (quase equivalente à área da Áustria) onde vivem os Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino. As formações vegetais associadas aos Cerrados ocupam 76% da área, seguida por formações associadas à Caatinga com 12% e à Mata Atlântica também com 12%.

Esta região apresenta uma área de pelo menos 1.249.921,64 ha (quase equivalente ao território ocupado pelo Estado balcânico do Montenegro) sob posse das comunidades, onde 33% destas terras encontram-se com os territórios regularizados (ou em vias de regularização) pelo poder público e 67% são áreas de territórios tradicionais, nos quais as comunidades mantêm algum tipo de controle do território, mas que demandam regularização.

Esta informação sobre as áreas já regularizadas ou que foram autodemarcadas e estão sob demanda para regularização pode se configurar como um importante vetor para uma

política nativa de proteção de uma vasta região cultural e biologicamente rica em espécies raras ou ameaçadas e sob grave ameaça. Política que pode incorporar duas dimensões acerca da conservação: a primeira, da academia, oriunda do conhecimento científico, que aponta ações para a conservação baseadas na metodologia científica, em levantamentos de pesquisadores e profissionais que atuam na área. A segunda, dos mestres dos saberes nativos, que possuem formas próprias de concepção de mundo, onde suas humanidades extravasam para outras espécies, em dialogia com as plantas, peixes e animais; com o rio, com as serras e suas cavernas (locas), com o bioma, enfim, com a terra (DAYRELL, 2019).

A Biologia da Conservação vem se desenvolvendo como um dos pilares para a construção das estratégias para a proteção de espécies raras e ameaçadas, ao conceber reservas ambientais, ou desenvolver programas para garantir ou manter a variação genética de pequenas populações, trazendo sugestões ou proposições a partir do entendimento sobre as necessidades do povo e dos governos. Uma contribuição importante, mas ainda com limitações sobre a compreensão das diversas dinâmicas socioeconômicas e culturais onde vivem as comunidades humanas “nativas”.

Nesse sentido, deve-se estimular a integração do conhecimento indígena e das comunidades locais nas ações de conservação de espécies e ecossistemas (HILL et al., 2020) e um exemplo dessa nova e necessária abordagem é uma iniciativa da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN). As Listas Vermelhas de Espécies Ameaçadas de Extinção é uma ferramenta de conservação adotada por países do mundo todo, incluindo o Brasil. Dessa forma, a IUCN publicou uma orientação (Guia) justamente com o objetivo de integrar o conhecimento indígena e de comunidades tradicionais em avaliações de espécies da flora e fauna para a Lista Vermelha (IUCN, 2017). A IUCN acredita que essa integração pode melhorar as avaliações:

“garantindo que sejam baseadas pelas melhores informações disponíveis, incluindo a distribuição, abundância, padrões sazonais, ecologia comportamental, motores de mudança e ameaças. Em alguns casos, o conhecimento indígena e de comunidades tradicionais pode ser a única fonte de informação disponível.”

Dinâmicas que vão encurralando as espécies ou destruindo os seus habitats de forma progressiva e abrangente. Por exemplo, até que uma espécie seja considerada rara ou

ameaçada pelos cientistas, as populações humanas nativas, muitas vezes, já perceberam este processo nos lugares onde vivem. Alertas que, na maioria das vezes, não chegam de forma objetiva aos formuladores de políticas de conservação da biodiversidade. Outra questão é a necessidade da construção de ações que considerem o contexto territorial no qual estas populações vivem, incluindo suas concepções próprias de mundo. Uma ontologia que, frequentemente, é desconsiderada pela ciência.

Por outro lado, as comunidades locais, embora dotadas de algumas práticas e visões de mundo que conciliam a conservação em suas estratégias produtivas, não conseguem compreender porque, exatamente no lugar em que vivem, no lugar que, na maioria das vezes, para ali permanecerem foi objeto de resistência secular, agora não mais podem viver, ou não mais podem utilizar ou manejar determinada espécie, o porquê do lugar onde vivem transformou-se em “do meio ambiente” e que a conservação agora precisa deste lugar. Não conseguem compreender por que em outros lugares, os próprios órgãos ambientais, sustentados muitas vezes por pareceres de cientistas, ou até mesmo por organizações ambientalistas, abriram espaço para projetos se implantarem, promovendo danos irreversíveis à fauna e flora do lugar, e agora cobiçam o lugar onde vivem para proteger esta ou aquela espécie que ali ainda vivem.

A contribuição do projeto Re-Existir propiciou um início de diálogo e de debates, envolvendo especialistas da academia, ou grupos de pesquisa como o Instituto Prístino e a Rede Mata Seca, ao trazerem sua contribuição sobre o contexto da biodiversidade ameaçada, de ecossistemas ameaçados, como tal ou qual espécie se encontra e como ela poderia ser protegida ou conservada. O Projeto apontou também possibilidades de se construir uma política de conservação gerida pelas próprias comunidades, sem intervenção externa direta, ao fazer o diálogo apontando iniciativas de conservação como por exemplo, a de declaração compromissada do lugar onde vivem como “Territórios e Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais” (TICCAs).

Esta contribuição pode repercutir sobre a extensa área de incidência da Articulação Rosalino. Composta por diversas feições ecológicas, paisagens que apresentam uma infinidade de nascentes associadas às áreas de recarga em extensas áreas de divisores de águas dos vales dos rios São Francisco, Jequitinhonha, Pardo e Doce, além de ambientes que fazem transições dos Cerrados com a Caatinga, a Mata Seca e a Mata Atlântica, onde espécies raras ou ameaçadas, que em alguns lugares já estão extintas, convivem com o modo de vida de suas populações.

O Plano de Ação Socioambiental da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais foi elaborado com o intuito de garantir aos sete povos tradicionais que vivem no Norte de Minas Gerais e na região Meridional do Espinhaço, o direito ao acesso, uso e gestão de seus territórios de forma a reconhecer e fortalecer a importância destes povos para a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Nos encontros realizados frases assim foram verbalizadas pelas lideranças:

*“A Articulação Rosalino é a conservação do Norte de Minas...porque a prática dos povos tradicionais é a conservação...cada povo da Articulação Rosalino tem uma relação umbilical com os biomas”.*

*“Eu sou geraizeiro, eu sou o cerrado!...Tirar a caatinga do caatingueiro é tirar a vida”.*

*“A conservação é referência para os sete povos, são as plantas medicinais, os lugares sagrados, é a ancestralidade, e isso é repassado de geração para geração”.*

A seguir apresentamos as ações específicas tanto para o coletivo da Articulação Rosalino Gomes como as específicas dos Sete Povos – Indígenas, Veredeiros, Vazanteiros, Quilombolas, Caatingueiros, Geraizeiros e Apanhadores de Flores Sempre-Vivas. Apresenta também as ações específicas da rede de empreendimentos ecossociais que interagem de forma direta ou indireta com a Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão. Estas ações foram organizadas em três eixos: Cuidando do Território; Economias e Produção Agroextrativista; Articulação e Incidência em Políticas Públicas.

## **ACÇÕES COMUNS DA ARTICULAÇÃO ROSALINO GOMES**

Apresentamos neste ponto do Plano, ações que foram pontuadas como demandas comuns do coletivo que organiza a Articulação Rosalino. São elas:

### **EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

#### **Adaptação às mudanças climáticas**

Capacitar os grupos envolvidos com os Sete Povos para adaptação aos longos períodos de secas e às mudanças do tempo;

Elaborar e implementar “Planos Comunitários de Enfrentamento e Adaptação às Mudanças do Tempo”;

Fomentar estudos e pesquisas que melhorem as formas para captação e armazenamento de água nos territórios dos Sete Povos;

Implementar amplas medidas de captação e armazenamento da água da chuva de forma descentralizada com a instalação de caixas de água, cisternas, bacias de contenção entre outras;

Realizar intercâmbios de experiências em gestão comunitária da água entre os Sete Povos.

### **Conservação do meio ambiente**

Implementar junto aos Sete Povos o Programa de Formação Participativo sobre Biodiversidade e Conservação de Espécies Raras e Ameaçadas;

Implementar projetos de pesquisa participativos com a realização de levantamentos de fauna e flora nas áreas dos Sete Povos, apontadas neste Plano como lacunas de conhecimento;

Elaborar e executar projetos para proteção das espécies raras e ameaçadas (fauna e flora) apontadas neste Plano;

Elaborar e executar projetos para proteção das áreas e ecossistemas críticos apontados neste Plano;

Realizar oficinas com as comunidades sobre a importância da conservação da fauna e da flora para a manutenção da água nos territórios dos sete povos;

Realizar diagnóstico participativo das práticas tradicionais de uso e manejo de plantas medicinais para cada povo;

Realizar diagnóstico acerca da conservação das nascentes, córregos e rios que incidem na área da AR com propostas, planos e projetos de recuperação;

Restaurar as áreas degradadas apontadas no diagnóstico com mudas e sementes de plantas nativas;

Promover o monitoramento participativo da fauna demonstrando a importância dos povos nativos para a conservação da biodiversidade;

Analisar e divulgar os resultados das pesquisas realizadas junto às comunidades em seminários, reuniões, encontros;

Produzir material de divulgação dos resultados das pesquisas em diferentes formatos, incluindo material pedagógico para as escolas na perspectiva da Educação do Campo;

## **Cultura**

Reconhecer, registrar e valorizar as especificidades culturais das diferentes comunidades

Organizar encontros de grupos culturais para apresentação de suas práticas (catiras, batuques, etc)

Garantir a apresentação dos grupos culturais da comunidade em todos os encontros da Articulação Rosalino;

Realizar oficinas de trocas de saberes entre os sete povos tradicionais para aprimorar e incentivar o uso de plantas medicinais;

Realizar oficinas de trocas de saberes entre os sete povos tradicionais para aprimorar e incentivar o artesanato da região;

Capacitar educadores em conteúdos e práticas pedagógicas contextualizados à realidade de cada um dos sete povos;

Estimular e criar condições para o envolvimento da juventude em programas e projetos de comunicação e de salvaguarda da cultura material e imaterial dos povos tradicionais da AR;

Produzir material de divulgação e comunicação sobre a identidade e cultura de cada povo;

Apoiar a articulação e mobilização das juventudes dos Sete Povos;

Apoiar a articulação e mobilização do grupo de mulheres;

Utilizar da mídia como estratégia para a valorização e reconhecimento da cultura dos povos nativos.

## **EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA**

Realizar eventos de formação na AEFA de capacitação agroecológica e manejo agroextrativista baseados nos princípios de sustentabilidade;



Incentivar a diversificação das atividades produtivas das famílias e comunidades tradicionais;

Mapear e levantar a oferta de produtos agroextrativistas nas unidades produtivas e nas comunidades dos Sete Povos;

Identificar os circuitos econômicos apoiando a qualificação, certificação e comercialização dos produtos;

Apoiar os campos de salvamento de sementes crioulas;

Apoiar e fortalecer dos grupos dos guardiões e guardiãs da agrobiodiversidade

Capacitação e conscientização das comunidades para evitar o uso de transgênicos

Divulgar proposta de uso e alternativas ao uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos

Evitar uso de maquinários pesados – práticas de conservação e manejo dos solos = capacitação dos operadores de máquinas

Usar a mídia para a importância das sementes crioulas

Incentivar as produções dos grupos de mulheres;

Incentivar as produções dos grupos de jovens;

Realizar diagnóstico do potencial de plantas nativas para produção de cosméticos com vistas ao desenvolvimento de circuito econômico envolvendo mulheres e jovens dos grupos de produção;

Capacitar as lideranças das comunidades de cada povo para participarem das chamadas públicas para compras governamentais;

Realizar cursos de empreendedorismo voltados a capacitar os jovens e mulheres para atuarem nos territórios;

### **EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Fortalecer a rede colaborativa envolvida com os Sete Povos de forma a contribuírem na formulação e proposições de ações estratégicas na proteção de seus territórios;

Identificar os parceiros de caminhada de confiança – para chamar para o apoiar o envolvimento com a AR

Participar de editais e elaborar projetos de fomento para executar as ações de proteção de espécies raras e ameaçadas, monitoramento participativo da biodiversidade, adaptação às mudanças climáticas, entre outros, em cada povo;

Promover incidência junto à organismos locais visando a construção e implementação de leis e políticas municipais que promovam o conceito de Territórios e Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCAs);

Apoiar iniciativas de elaboração de legislações municipais que valorizem e protejam os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais e os bens dos quais dependem (flora, fauna, água);

Mapear comunidades e realizar oficinas para implementação de Territórios TICCAs (Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais) junto aos Sete Povos;

Realizar parceria com Institutos de pesquisa e universidades para a realização de estudos ecológicos, antropológicos, de espeleologia, arqueologia, entre outros necessários apontados neste Plano, de forma a fortalecer a proteção dos territórios dos Sete Povos;

Articular e incidir nas instituições visando a ampliar os registros e tombamento de bens de natureza material e imaterial na área abrangência da Articulação Rosalino;

Incidir junto aos órgãos ambientais para providências acerca da convivência das comunidades com as Unidades de Conservação, com a criação de condições para o seu desenvolvimento;

Articular ações conjuntas entre os sete povos para a conservação dos rios, córregos e nascentes;

Fomentar a união, organização e articulação dos sete povos, por meio de intercâmbios e encontros;

Incidir junto ao poder público para o reconhecimento e proteção dos territórios onde vivem as comunidades que fazem parte da Articulação Rosalino;

Incidir junto ao poder público para impedir invasões dos territórios das comunidades, depredações e ameaças a lideranças da AR.

Articular recursos e projetos visando a implementação da Lei Lei No 568/2021 de 22 de outubro de 2021 do município de Riacho dos Machados que “Declara de interesse

público, coletivo e social, para fins de desenvolvimento turístico, ambiental e cultural, os territórios rurais da comunidade Tapera e adjacências e o território quilombola do Peixe Bravo, localizado no Município de Riacho dos Machados, Estado de Minas Gerais” e que abrange uma área de 61.784,24 ha.

## 5.1 POVOS INDÍGENAS – XAKRIABA E TUXÁ

Relatos sobre a história da presença indígena são citados na maioria das comunidades envolvidas com a Articulação Rosalino Gomes, como se tivessem constituído, em uma escala ampliada, uma extensa rede de vínculos entre os não brancos, como relatado por Santos (1997) e Silva (1998). Segundo Dayrell (2019), os Xakriabá, habitantes das áreas de veredas, chapadas e das matas, circulavam em um amplo território a partir do rio São Francisco pela sua margem esquerda. Reduzidos como caboclos por mais de três séculos, conseguiram, em 1987, a homologação da primeira terra indígena no Norte de Minas Gerais. Em seguida à homologação da Terra Indígena Rancharia e, atualmente, estão empreendendo uma luta pela ampliação de áreas que se encontram em estudos, o que poderá garantir o retorno do território até as águas do rio São Francisco (Figura 29).

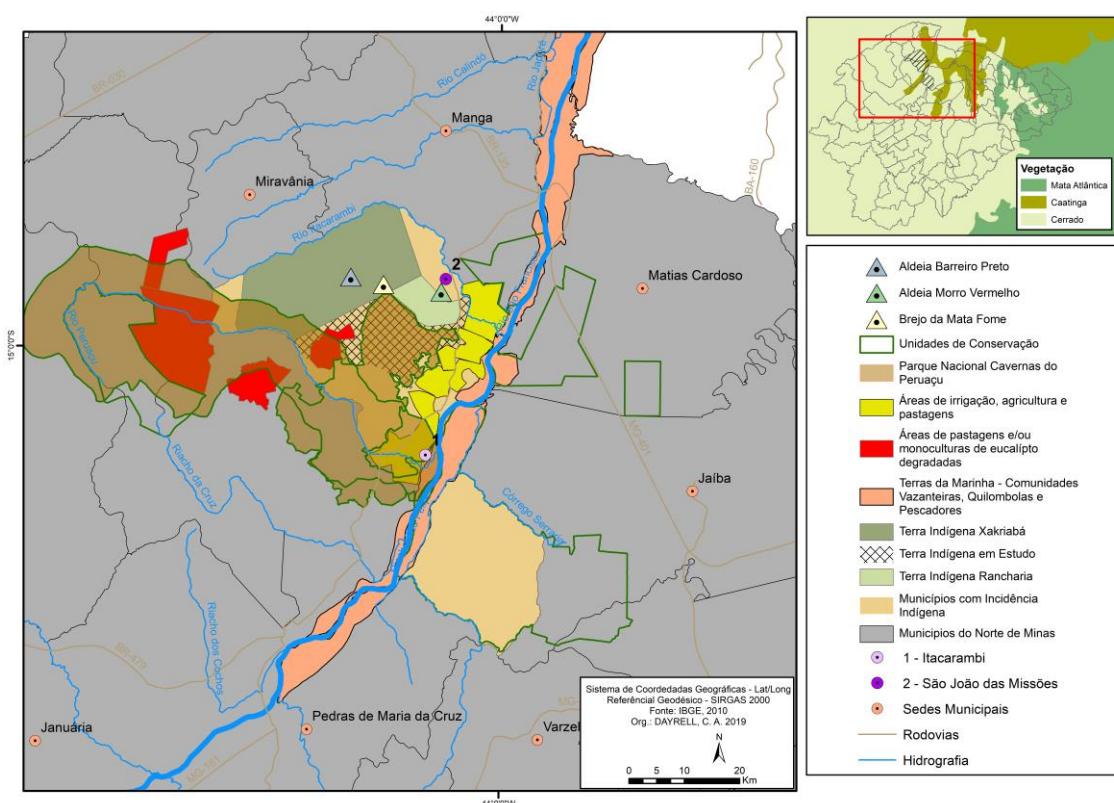


Figura 29: Cartografia da territorialidade Xakriabá. Fonte: Dayrell, 2019.

A Terra Indígena Xakriabá, foi demarcada inicialmente com 46.415 hectares, após um processo de homologação, ocorrido em 2003, ampliou-se em mais 6.798 hectares. Encontra-se em estudos uma terceira porção territorial, com vistas a garantir o sonho de retorno à beira do Rio São Francisco (SANTA ROSA, 2017). Os Xakriabá vivem um contexto de pressão por

todos os lados. Pela margem direita do rio São Francisco, o Projeto Jaíba, que tem como meta a implantação de 90 mil ha irrigados em uma área com cerca de 300 mil ha, está em disputa entre posseiros, quilombolas com fazendeiros e empresários. Os Xakriabá encontram-se imprensados na margem esquerda do rio São Francisco, na porção leste, por grandes áreas de fazendas e por grandes projetos de irrigação e, nas porções sudoeste e noroeste, ou por grandes projetos de pecuária, de monocultura do eucalipto ou por unidades de conservação de proteção integral, constituídas como compensação ambiental à degradação ambiental promovidos pelo agronegócio. (DAYRELL, 2019)

A Terra Indígena Tuxá encontra-se localizada na margem esquerda do rio Paracatu nas proximidades do seu deságue no rio São Francisco. Ela está inserida no extremo norte do município de Buritizeiro. Os Tuxá viviam desaldeados em Pirapora/MG, até que foram orientados pelos “encantados”<sup>9</sup> a buscarem um lugar para que pudessem retomar os modos de vida enquanto povo indígena. Promoveram a ocupação de uma propriedade de 6.525 hectares, antiga fazenda ocupada com o plantio de eucalipto e que estava sob a posse do Governo de Minas Gerais. Tinha sido repassada para Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais - EPAMIG, com a proposta de instalação de um campo de pesquisa agropecuária, o que não se viabilizou. Desde o repasse para o Estado, a propriedade vinha sendo explorada de forma indevida e abusiva pelos responsáveis pela sua guarda. Relatos dos moradores locais afirmam a exploração das áreas de pastagem arrendadas para terceiros de forma irregular e a exploração ilegal de madeira (CAA/NM, 2017).

A área ocupada pelos Tuxá (Figura 30) encontra-se às margens do rio Paracatu, considerado o quinto maior afluente do rio São Francisco em termos de contribuição hídrica. A Bacia do rio Paracatu encontra-se sob forte pressão ambiental em função das frentes de desmatamento da vegetação nativa. Os dados do levantamento da vegetação nativa apontam que 48% da vegetação já foi alterada na bacia (SILVA et al., 2016).

---

<sup>9</sup> Na tradição dos povos indígenas e tradicionais, os encantados referem-se a “seres outros-que-humanos que habitam o cosmos” destas populações e que muitas vezes têm participação ativa em gestões diplomáticas na defesa ou proteção de seus interesses. Para ver mais, veja em Henrique 2020: As múltiplas agências dos encantados: esboço de uma teoria política kiriri\*. Acesso: <https://www.redalyc.org/journal/814/81464973003/html/>

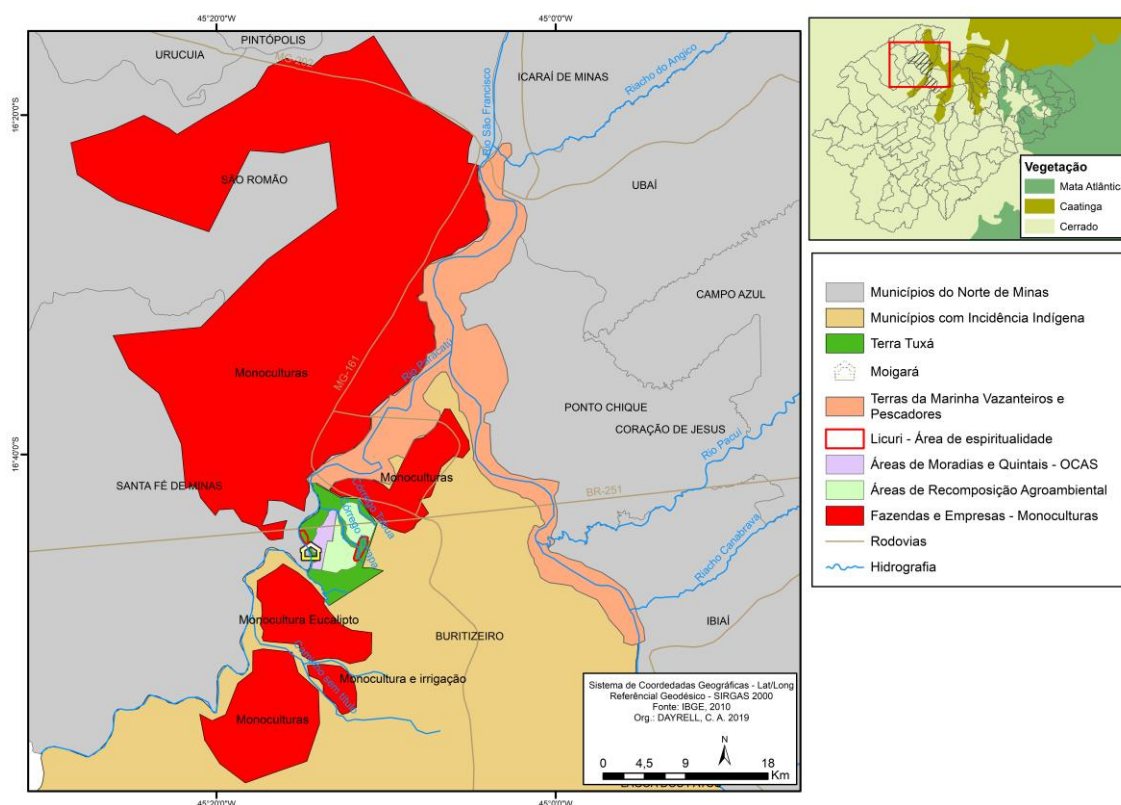


Figura 30: Contexto territorial da Terra Indígena Tuxá. Fonte: Dayrell, 2019.

Além disso, os moradores informam que muitas terras, nas proximidades da TI Tuxá, estão sendo adquiridas por grandes empresas interessadas em fazer plantios de grandes monoculturas de eucalipto ou de outras lavouras. Também, que o desmatamento cresceu muito nos últimos anos. Ao se instalarem, os Tuxá, fizeram uma proposta de uso e ocupação do território, que pode ser base para um futuro PGTA (CAA, 2017). O objetivo da elaboração do plano de ação é garantir à população das Terras Indígenas Xacriabá e Tuxá o direito ao acesso, uso e gestão de seu território. Como já mencionado na metodologia, as informações levantadas para a elaboração das ações propostas para os Tuxá foram adquiridas apenas a partir do acompanhamento sociotécnico dos colaboradores do CAA na área, considerando as propostas construídas visando a sustentabilidade do território, já que não foi possível realizar uma oficina virtual com essa população, devido a não terem acesso à internet.

Para os Xacriabá, além das informações levantadas na AEFA (Área de Experimentação e Formação do CAA), nas atividades de acompanhamento sociotécnico, foi realizada uma oficina virtual. A oficina foi uma oportunidade de exporem, tanto as questões estruturais vivenciadas no Território, quanto as demandas emergenciais mais recentes. A retomada territorial foi um dos primeiros temas abordados pelos participantes, e talvez, o mais importante.

*“Não estamos pedindo terra pra ninguém, esse Território é nosso...O Estado que nos deu, e ele tem que nos devolver”.*

*“Se garantirmos o Território nós teremos saúde, educação e sobrevivência. Sem o Território nós não temos vida e nem garantia de direitos”.*

Dois fatores recentes tornam a retomada do Território uma questão prioritária para a sobrevivência do povo Xacriabá. O primeiro é o elevado crescimento demográfico na Terra Indígena. A área, que em 1987 possuía cerca de 3 mil habitantes, atualmente, tem em torno de 11 mil indígenas. Este fato tem gerado escassez de espaços de moradia e produção, para as famílias: *“a gente tem que garantir o Território para essas famílias que estão espremidas, sem poder trabalhar, sem poder criar os filhos”.*

O segundo fator é o impacto das mudanças climáticas. Com a diminuição e irregularidade crescente das chuvas nos últimos anos fica evidente a necessidade de retomar a porção do Território que dá acesso ao Rio São Francisco: *“...é a ausência do que não vivemos no rio [São Francisco] que nos ‘afoga’ até hoje, sobretudo porque vivemos em uma região semiárida que tem sido mais árida do que nunca”.*

A seca também tem consequências diretas na produção de sementes crioulas. Com a diminuição progressiva do banco de sementes nos últimos anos, surge a preocupação com a perda do patrimônio cultural, que são as sementes crioulas da região. *“Se as sementes forem embora vai embora a variedade, vai embora todo um conhecimento e principalmente a oportunidade das gerações futuras de conhecerem o que são as sementes”.* Nesse sentido, o acesso a água é fundamental, pois se houver água há garantia de se manter a soberania alimentar.

Na busca por alternativas de solução ou amenização da escassez hídrica, enquanto o acesso ao rio São Francisco não é conquistado, faz-se necessário a implementação de estratégias de captação e armazenamento de água. Os participantes mencionam que, frequentemente, os agricultores têm suas lavouras perdidas por falta de água, ao mesmo tempo em que há existência de cursos d’água nas proximidades. Sugere-se assim, a verificação da viabilidade de sistemas de barramento e/ou bombeamento de água - com uso de placas fotovoltaicas, por exemplo, para aproveitamento dos recursos ainda disponíveis. A preservação da vegetação nativa também é uma das estratégias que podem ser intensificadas, em busca da recuperação das nascentes e cursos d’água degradados. Nesse caso, a ideia é de “subtrair para multiplicar”, na medida em que se destina um número maior de áreas de

reserva, pensando na reabilitação futura dos recursos naturais e conseqüentemente da produção agrícola.

Foram apontadas algumas “potências” do Território. O extrativismo é uma destas, que mesmo fazendo parte da dinâmica produtiva atual das famílias, pode ser explorado de melhor forma, sobretudo do ponto de vista econômico. Existem 11 pontos de coleta extrativista no Território. O artesanato é outra “potência” nativa, que segundo os participantes, é praticado por grande parte da população local, que independentemente da profissão assumida, mantém também o ofício de artesão ou artesã. Busca-se desta forma o fortalecimento econômico a partir dessas práticas. *“É muito importante não perder de vista essa valorização... Quando a gente fala em economia Xacriabá, não estamos falando somente na economia que entra, mas principalmente na economia que circula ... Se a gente quiser pensar uma sustentabilidade e sustentação do Território nós temos que começar pelo pequeno, pois as coisas que começam pelo pequeno são as coisas que dão ‘sustança’.”*

A juventude é um outro tema importante e que necessita de um olhar mais apurado. A maioria da população na Terra Indígena Xacriabá é jovem, e é uma juventude que *“tem muita potência, mas só será uma potência válida se estiver enraizada nas escutas junto com as lideranças indígenas”*. Há uma parcela da juventude que sai do Território para poder estudar e outra que permanece, mas não são todos que permanecem que têm interesse pela agricultura. É importante que os projetos de formação com esses jovens sejam continuados e intensificados. A potencialidade feminina também é marcante no Território Xacriabá. Atividades como costura, pintura e artesanato são alguns dos talentos das mulheres, que necessitam ser valorizados.

Por fim, e em caráter emergencial, destaca-se o conturbado contexto de ameaça e violência vivenciado pela população local. Os participantes denunciam que as lideranças estão sendo perseguidas e os moradores da comunidade de Morro Vermelho estão sendo impedidos de construir suas casas, mesmo após a decisão judicial favorável ao povo Xacriabá. Outro fator que tem agravado a situação, principalmente na perseguição das lideranças, é a denúncia de despejo de lixo hospitalar no interior do Território, que pode vir a causar graves conseqüências à saúde da população e ao meio ambiente.

Dessa forma, os participantes enxergam como prioridade, ações que estejam voltadas à proteção das lideranças: *“Quando se ameaça uma liderança indígena na verdade está se ameaçando o Território... A criminalização das lideranças indígenas tem tentado matar não*



*somente o corpo, mas a voz e trajetória. É uma das piores mortes*". É importante que se crie um núcleo jurídico no âmbito local, que possa amparar a população do Território nesse sentido.

*"A política está adoecida, os territórios têm ficado adoecidos e as pessoas têm adoecido quando elas não sentem essa rede de solidariedade"*.

## **PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL – POVO XACRIABÁ E POVO TUXÁ.**

### **EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

#### **Acesso e gestão dos Territórios**

Garantir a continuidade da retomada territorial, sobretudo na porção que dá acesso ao rio São Francisco (Xacriabá);

Expandir o Território para garantir a manutenção das famílias que estão em crescimento (Xacriabá);

Desenvolver projetos de educação ambiental e capacitações com foco na conservação da biodiversidade, proteção das nascentes, manejo do lixo e mudanças climáticas;

Dar continuidade as ações de reflorestamento e conservação das nascentes (Xacriabá);

Realizar pesquisas e monitoramento participativo de fauna nos Territórios (Xacriabá e Tuxá);

Conscientizar a população sobre a conservação das áreas com maior incidência de plantas medicinais;

Demarcar parcelas de Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanente no Território (Xacriabá);

Priorizar o reflorestamento considerando as espécies ameaçadas de extinção;

Adquirir apoio para construção de viveiro de mudas (Xacriabá);

Garantir a continuidade de produção das sementes crioulas;

Valorizar e incentivar a produção de artesanato;

Implementar capacitações de valorização da cultura indígena;

Divulgar a importância das sementes crioulas para a sustentabilidade do Território;

Melhorar condições do acesso à internet e celular;

Aprofundar o enraizamento dos jovens com as lideranças locais e com a cultura indígena (Xacriabá);

Implementar capacitações para os jovens no âmbito da agricultura, com ênfase na agroecologia (Xacriabá);

Buscar formas de valorização das atividades produtivas das mulheres (agricultura, artesanato, pintura e costura) (Xacriabá).

## **EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA**

Mapear locais com potencial produtivo de algodão (Xacriabá);

Aumentar os projetos de agricultura para garantir renda das pessoas;

Intensificar a produção nas áreas com potencial (Xacriabá);

Aproveitar o potencial extrativista de Vargem Grande (Xacriabá);

Valorizar o extrativismo de frutas e o potencial produtivo de polpas (Xacriabá);

Continuar com os projetos de coleta e beneficiamento de produtos extrativistas (Xacriabá);

Apoiar o Xacriabá nos processos de certificação orgânica (realização de oficinas, reuniões, visitas de elaboração de planos de manejo orgânico e acompanhamento da produção);

Implementar nas aldeias Xacriabá e Tuxá todas as ações desenvolvidas na AEFA (formações, capacitações agroecológicas, experimentação).

## **EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Garantir a segurança das lideranças indígenas (Xacriabá);

Criar um núcleo de segurança jurídica indígena;

Buscar apoio jurídico na questão de difamação de lideranças (Xacriabá);

Construir estratégias para captação e armazenamento de água (barragens; sistemas de bombeamento; cisternas);

Buscar apoio técnico nos projetos de agroecologia;

Garantir os direitos básicos de educação, saúde e renda;

Captar recursos via emendas parlamentares;

Consolidar a Associação Comunitária da Aldeia Tuxá;

Assessorar a Associação Comunitária da Aldeia Tuxá na elaboração de projetos;

Apoiar a Associação Comunitária dos Xacriabá para inserção dos produtos agroecológicos nas escolas.

## 5.2 POVO VEREDEIRO

A maior parte das comunidades que se afirmam de veredas ou veredeiras (Figura 31) encontram-se localizadas, principalmente, na margem esquerda do rio São Francisco, na unidade geomorfológica denominada de Planaltos Sanfranciscanos (JAKOMINE, 1979). Estão distribuídas em 15 municípios (Bonito de Minas, Buritizeiro, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Formoso, Itacarambi, Januária, Miravânia, Montalvânia, Pintópolis, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Francisco, São João das Missões, São Romão, Urucuia), cuja área total é de 4.040.534,55 ha (DAYRELL, 2019).

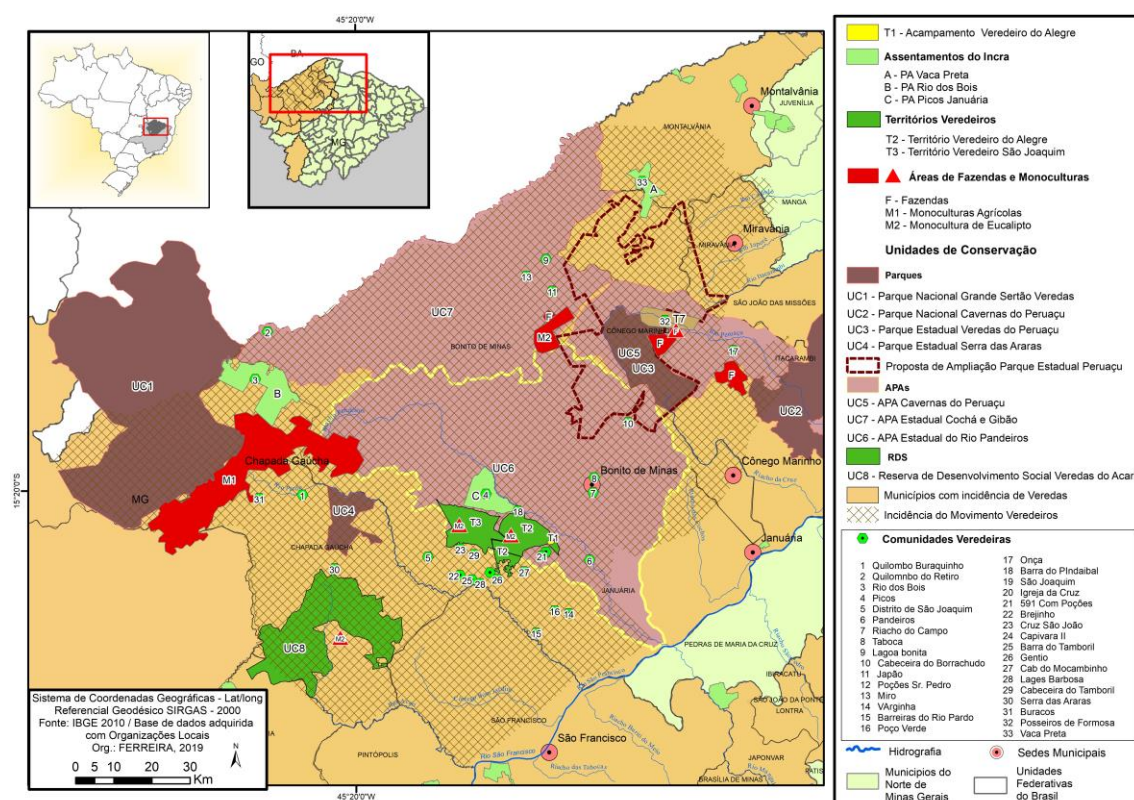


Figura 31: Área de incidência do Movimento Veredeiros e o contexto territorial onde vivem.  
Fonte: Dayrell, 2019.

O Movimento Veredeiros promove algum tipo de articulação entre as comunidades de veredas distribuídas (não a totalidade) nos municípios de Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Formoso, Itacarambi, Januária, Miravânia, Montalvânia, São Francisco (9 municípios), todos localizados no Norte de Minas na margem esquerda do rio São Francisco, além de um município do Noroeste de Minas (Formoso). A área de incidência do movimento abrange 17.120,58 km<sup>2</sup>. (DAYRELL, 2019).

As famílias desta região viveram um contexto de expropriação pelo complexo florestal siderúrgico brasileiro apoiado por políticas governamentais de Minas Gerais e da União. Perderam extensas áreas de terras de chapadas e de brejos, áreas que eles utilizavam em outros tempos para o cultivo, solta dos animais e coleta de frutos e plantas medicinais. Sofreram também com a implantação projetos de drenagem das veredas para plantio de lavouras irrigadas (Provárzeas), com a plantação de monocultura de eucalipto nas áreas de chapadas, ambientes fundamentais ao equilíbrio hídrico dos córregos que abastecem as localidades onde vivem. Hoje, encontram-se totalmente secas, mesmo na época de chuvas. Finalmente, porções significativas da área em que vivem foram transformadas em Unidades de Conservação, com a criminalização de seus modos de vida.

O objetivo do plano de ação do povo veredeiro, proposto pelas comunidades articuladas pela Associação Central das Comunidades Veredeiras (ACEVER), é garantir o direito ao acesso, uso e gestão de seus territórios. As propostas que compõem este plano de ação foram levantadas a partir de dois eventos, um encontro presencial e uma oficina virtual, que foram complementadas com uma série de visitas de acompanhamento sociotécnico realizadas no período. O primeiro encontro com representantes do povo veredeiro ocorreu no dia 09 de dezembro de 2020, no distrito de São Joaquim, em Januária – MG, próximo ao Território Veredeiro Berço das Águas. Nessa oportunidade, foi possível estabelecer os diálogos iniciais acerca do atual contexto vivenciado pelas populações veredeiras nos âmbitos econômico, social, cultural, ambiental e territorial.

A partir da oficina virtual, realizada no dia 14 de abril de 2021, foram aprofundadas algumas questões mencionadas na primeira reunião e incorporados novos debates e encaminhamentos. Durante a oficina, uma das primeiras falas dos participantes resume a importância do Território para esse povo.

*“Sem o nosso Território, a gente não tem vida...”*

Mais do que o entendimento de que o território é fundamental para sobrevivência, os veredeiros deixam claro que não é possível tratar de questões territoriais, de forma alheia à economia, cultura e meio ambiente. E assim sendo, um dos assuntos prioritários tratados foi à atual situação socioeconômica da região. Assim como grande parte da população mundial, tiveram sua economia diretamente impactada pela pandemia de Covid-19. Muitas famílias perderam o emprego e/ou passaram a ter dificuldade de comercializar seus produtos nesse

período, e com a alta dos preços dos itens básicos de sobrevivência, encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade.

Somados aos efeitos da pandemia estão os impactos da seca agravada pelas mudanças climáticas. Apesar dos produtores rurais veredeiros estarem acostumados a conviver com o semiárido, no último ano, enfrentaram severas perdas nas lavouras, devido à falta de chuvas, o que acarretou impactos negativos sobre as economias locais.

*“Nossa região é um pedacinho do nordeste...A falta de chuva é uma consequência muito desastrosa pra nós”.*

A seca também tem afetado a produção de sementes crioulas, sendo que algumas variedades de sementes foram perdidas. O dano, nesse sentido foi amenizado, devido a parceria estabelecida com o CAA/NM, por meio da “Casa de sementes Mãe” em Montes Claros, que tem armazenado algumas variedades raras de sementes.

Além disso, foi exposta a necessidade de implementação de estratégias e políticas públicas para amenizar alguns dos problemas vivenciados pelos veredeiros.

*“A região nossa é muito esquecida pelos governantes”.*

Foram destacadas algumas dificuldades, sobretudo em relação a infraestrutura, como a situação precária das estradas, que dão acesso às áreas urbanas e centros comerciais e de serviços, o que dificulta o escoamento da produção e até mesmo o deslocamento das pessoas, principalmente em emergências médicas: *“Muitas pessoas acabam falecendo na área rural, porque até chegar na cidade demora muito...”*.

Outro problema de infraestrutura mencionado é a baixa cobertura de sinal de internet e celular na região. Devido a esse problema, a comunicação entre as comunidades veredeiras é fortemente afetada, sobretudo no atual contexto de pandemia, onde o distanciamento social impede os encontros, celebrações e reuniões, que são os principais momentos de aproximação entre os moradores. As crianças e jovens estudantes também são afetados com essa situação, na medida em que na modalidade de ensino remoto o acesso de qualidade à internet é essencial.

*“Às vezes a pessoa de uma comunidade veredeira não sabe nem responder se é veredeiro ou não, pois não tem essa informação”.*

Ainda no âmbito da comunicação, mas especificamente sobre as dificuldades enfrentadas no campo da informação, divulgação e formação sobre a cultura veredeira, alguns

pontos foram destacados pelas lideranças. Na perspectiva local, há necessidade de melhorar e expandir as ações voltadas para a formação da identidade veredeira. Uma dessas ações de formação diz respeito a cartilha sobre o povo veredeiro, que é um material já finalizado que aguarda apenas recurso para impressão.

Outra ação, já em andamento, e que apresenta bons resultados é a parceria com as escolas. Tendo percebido que os jovens, quando convidados para participar das reuniões, demonstravam pouco interesse em se envolver, as lideranças veredeiras decidiram realizar atividades nas escolas das comunidades.

*“Se a montanha não vai até Maomé, Maomé vai até a montanha”.*

A visita em escolas tem sido realizada com intuito de fortalecer os laços com as crianças e jovens, em relação a cultura e identidade local. Uma motocicleta vem sendo utilizada nessas atividades, facilitando o deslocamento dos formadores locais até as escolas, comunidades e áreas externas aos territórios. No entanto algumas limitações surgem em meio a essas atividades, como a falta de recursos tecnológicos (computador e projetor) para desenvolver as apresentações audiovisuais.

Na esfera cultural, os veredeiros apresentaram algumas preocupações, como a perda de algumas práticas tradicionais. Em relação aos métodos tradicionais de medicina, por exemplo, nota-se cada vez menos a procura por benzedores nativos e utilização de fitoterapia, ao passo que se aumenta o uso único e exclusivo da medicina convencional.

*“Hoje em dia tudo quanto é dorzinha já procuram um médico, antigamente os médicos éramos nós mesmos. Não queremos perder isso, a gente quer continuar usando nossas ervas medicinais”*

Da mesma forma que ocorre nas casas de sementes, os veredeiros enxergam como necessária a construção de uma casa medicinal, onde não apenas seriam armazenadas e beneficiadas as plantas medicinais da região, mas também realizados atendimentos com benzedores locais.

Outra preocupação sobre a manutenção cultural é a rica tradição musical. Além da diversidade de músicas nativas, existem diversos grupos de folias de reis na região, mas há um receio de que essas tradições se percam, uma vez que a participação dos jovens é mínima. Faz-se necessário um trabalho estrutural com as crianças, tendo em vista que elas *“têm a mente mais aberta”*. Nesse sentido foram adquiridos novos instrumentos musicais, a partir da

Lei Aldir Blanc (Lei nº1407), com intuito de inserir e motivar os jovens e crianças na participação cultural.

Ainda no âmbito da formação e da continuidade das tradições, outro fator levantado foi a necessidade de valorização dos professores veredeiros.

*“A gente praticamente nem conhece os professores de nossas comunidades”*

Segundo os participantes, existem indivíduos nativos capacitados na área da educação, mas que não encontram oportunidades de trabalho. É necessário que esses profissionais sejam priorizados, uma vez que a transmissão da cultura local se fortalece a partir da educação escolar. Colocam como proposta, inspirados na política dos quilombolas, a implementação de conteúdos escolares voltados para a cultura veredeira.

No contexto ambiental os veredeiros fazem questão de destacar a importância ecológica dos ambientes de chapadas, onde situa-se, por exemplo, o Território Veredeiro Berço das Águas. O próprio nome do Território faz menção ao principal serviço ecossistêmico desses ambientes, que é o armazenamento natural de água, concentrando grande parte das nascentes dos cursos d'água do entorno, e que por sua vez tem grande contribuição no abastecimento das veredas, córregos e rios da região, como o Pandeiros, Pardo e São Francisco.

*“O rio São Francisco está secando é porque nossos córregos e veredas estão secando”*

No âmbito das iniciativas em andamento que visam a preservação biodiversidade local está a reinserção do produtor rural nas práticas tradicionais de extrativismo sustentável. Destacam-se trabalhos realizados junto ao Ministério do Meio Ambiente voltados para essa prática e para a recuperação de áreas degradadas. Outros projetos foram mencionados, mas no sentido de crítica quanto as estratégias adotadas: *“É muito dinheiro envolvido, mas as estratégias são erradas”*. Mencionou-se os projetos Funatura e Pandeiros, que investiram cifras milionárias, mas que não deram resultados satisfatórios.

*“O veredeiro, no passado, foi tão escravizado pelo carvão que até hoje tem dificuldade de se livrar dessa questão...”*

A partir de uma mobilização local foi implementada também uma medida de inserção de placas no interior dos territórios, alertando sobre os riscos e malefícios das práticas de queimadas. Essa medida, apesar de não ter solucionado por completo o problema, trouxe uma

redução significativa das queimadas na região, o que é visto pelas lideranças locais como muito positivo.

Foi mencionado ainda, a necessidade de proteção e recuperação de nascentes, a partir de cercamento, construção de barragens de contenção e plantio de mudas nativas. Em relação as mudas, já existem dois viveiros em prática na região, sendo que já há uma grande quantidade de mudas disponíveis para transplantação e comercialização. Nesse processo de reflorestamento, surge também a ideia de se inserir os jovens “*ensinando-os a respeitarem a nossa Mãe Terra*”.

Em relação às ações em andamento, foi relatada a participação dos vereadores na rede de montagem de cestas básicas organizada pelo CAA/NM, com a produção de alimentos e materiais de limpeza/higiene. Há também o mapeamento das famílias em maior vulnerabilidade social para recebimento das cestas básicas na região.

Por fim, destacaram a urgência em adquirir a certificação de comunidade tradicional. Apenas três comunidades vereadeiras são certificadas na região. Apesar da cobrança à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais pela certificação das demais comunidades que se auto reconhecem como tradicionais, até o presente momento não há uma resposta da Comissão para realização desse procedimento.

Apresenta-se a seguir, quadro com propostas de ações construído a partir dos diálogos com as famílias vereadeiras.

## **PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL – POVO VEREDEIRO**

### **EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

#### **Acesso e gestão dos Territórios**

Implementar via CEPCT (Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de MG) a certificação de comunidade tradicional para os territórios que se auto reconhecem como tal;

Construir barragens de contenção;

Implementar reflorestamento e cercamento de nascentes;

Plantar mudas nativas para suprir alimentação da fauna silvestre;

Realizar estudos, pesquisas e monitoramento participativo da fauna e flora da região.



- Desenvolver ações de valorização da casa de sementes crioulas;
- Produzir material (filmes, documentários, músicas) que exaltem a mãe terra e cultura veredeira;
- Buscar apoio para impressão da cartilha sobre cultura dos veredeiros;
- Implementar ações de formação com os jovens acerca do valor da mãe terra;
- Produzir oficinas de valorização cultural das músicas e danças nativas;
- Construir casa de medicina;
- Adquirir notebooks e retroprojektor para atividades comunitárias;
- Melhorar condições do acesso à internet e celular;
- Garantir o acesso as comunidades Veredeiras por meio da manutenção das estradas, sobretudo da BR 479, que dá acesso aos principais núcleos urbanos;
- Viabilizar a construção de redes de encanamento para captação de água dos rios;
- Conscientizar a população sobre a importância do reflorestamento;
- Implementar projetos de Educação Ambiental;
- Formar gerações que possam levar a luta a frente;
- Levar a valorização do comer local para as escolas;
- Formar gerações politicamente críticas;
- Implementar condições favoráveis a permanência dos jovens nos territórios;
- Implementar estratégias para repassar o conhecimento tradicional para os jovens.

## **EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA**

- Implementar fontes de renda alternativas à produção de carvão;
- Melhorar a produção com adequações às exigências do mercado;
- Capacitar produtores para aproveitamento de jatobá, cagaita, caju e outros frutos nativos abundantes;
- Implementar a construção de galpão para armazenamento de frutos do Cerrado;
- Adquirir refrigeradores para armazenamento de leite, derivados e polpas de frutas;

Adquirir empacotadeira de farinha;

Capacitar produtores para identificação da florada de mel;

Verificar viabilidade de produção de biodiesel, haja vista que foram adquiridos materiais para essa atividade;

Capacitar produtores de leite para diversificação da produção de derivados;

Incentivar o aproveitamento da fábrica de rapadura;

Realizar capacitações sobre a produção de espécie nativas;

Implementar melhorias no armazenamento e escoamento da produção de frutos nativos;

Adquirir apoio na produção e distribuição de mudas nativas;

Adquirir apoio no transporte do mel para clientes distantes;

Buscar formas alternativas de comercialização;

Buscar mercado para artesanato e costura, produzidos pelas mulheres;

Buscar mercado para cachaça, que atualmente é vendida para atravessadores;

Buscar apoio para construção da horta comunitária. Necessária caixa d'água e sombrite;

### **EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Buscar apoio para construção de unidade de beneficiamento de frutos nativos;

Valorizar os professores nativos;

Adquirir rotulação de produtos orgânicos;

Articular recursos ou projetos para dar continuidade à captação das águas de chuva;

Realizar intercâmbio com outros povos da Articulação Rosalino para troca de experiências sobre produção e manejo com sementes crioulas, ervas medicinais;

Informar aos órgãos competentes sobre a morte de pequizeiros e cobrar providências.

### **5.3 POVO VAZANTEIRO**

Em Minas Gerais, as comunidades vazanteiras vivem ao longo do rio do São Francisco, desde a cidade de Pirapora e Buritizeiro até a divisa com a Bahia, abrangendo um

percurso de 444 km. Junto deles também há pescadores, quilombolas e indígenas. Os “Vazanteiros em Movimento” tem uma atuação em cerca de 125 km do rio São Francisco, desde a Ilha do Amargoso, entre os municípios de Januária e Pedras de Maria da Cruz até a Ilha da Ingazeira, que fica divisa de Minas Gerais com a Bahia<sup>10</sup>. Esta região abrange 41 ilhas ou localidades (Figura 32). A área de incidência dos Vazanteiros em Movimento tem cerca de 3.189,34 km<sup>2</sup> (ou 318.934 ha). No mapa estão delimitados os “Terrenos marginais da União”, denominado pelo povo do lugar como “Terras da Marinha” e que abrange uma área de 74.850 ha, atualmente ocupada em sua maior parte por fazendeiros ou unidades de conservação.

Nas terras baixas, até onde as águas chegam nas grandes cheias, os vazanteiros desenvolveram seus modos de vida ao longo dos últimos séculos. O uso das terras baixas era associado ao das “terras altas”, de caatingas ou de cerrados, onde construíam suas moradias mais definitivas, quintais, lavouras de sequeiro e criavam os animais em regime de solta. Com o avanço das fazendas, as famílias foram sendo encurraladas nas “terras baixas” e, em outro momento, restando apenas as ilhas como último refúgio. (DAYRELL, 2019).

---

<sup>10</sup> Estas ilhas e localidades foram georreferenciadas pelas lideranças vazanteira durante a execução do projeto Cartografia Social Brasil Central, desenvolvido pela Unimontes/PPGDS/NIISA/CAA.

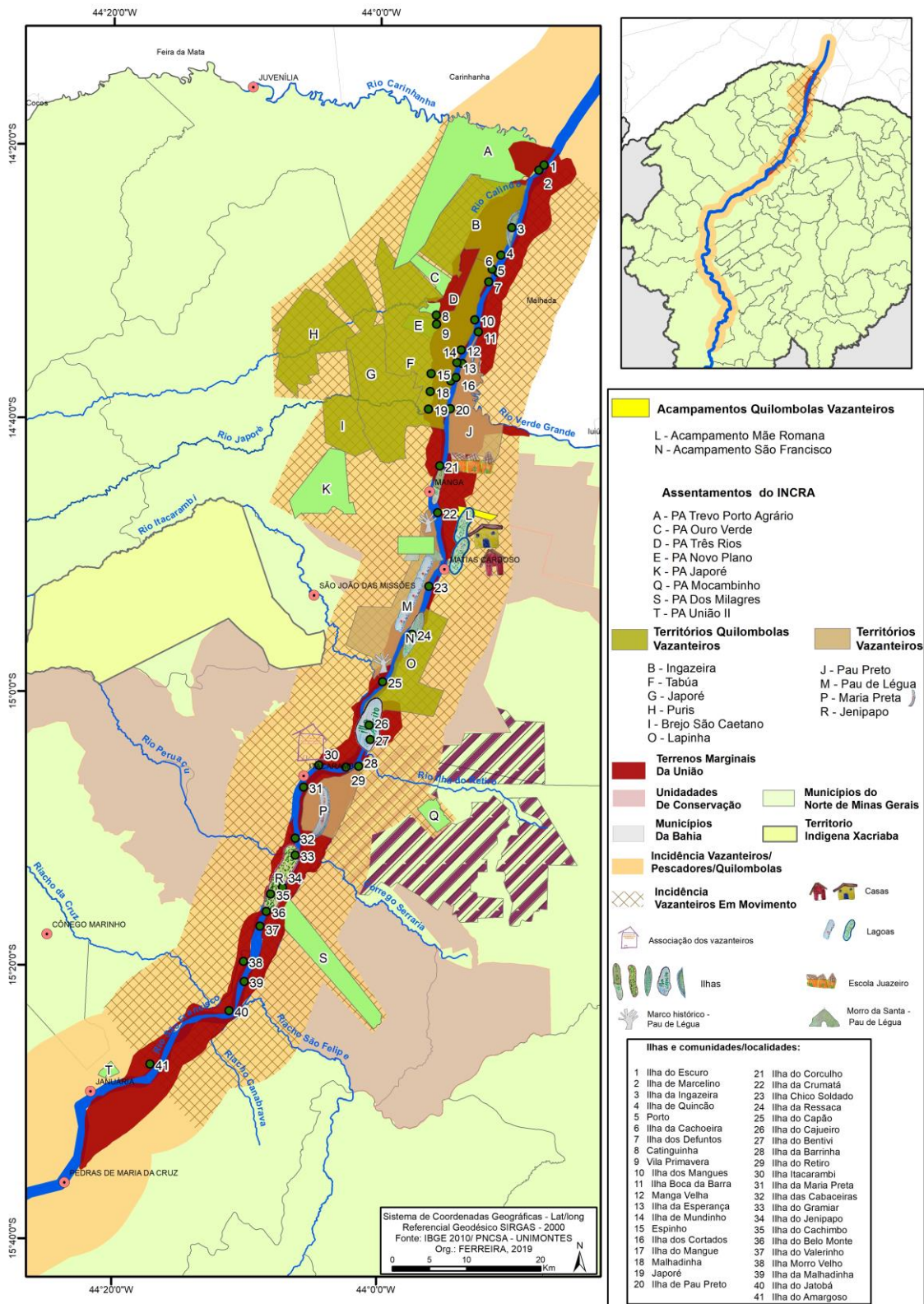


Figura 32: Área de incidência dos vazanteiros em movimento.

O Projeto Jaíba é outro foco de tensão na territorialidade dos Vazanteiros em Movimento. Foi em suas proximidades, na Serra Azul, hoje transformada em Reserva Biológica, que, em 1967, Saluzinho fez o enfrentamento ao fazendeiro Oswaldo Antunes que se valeu da institucionalidade da ditadura civil-militar de 1964 para desalojá-lo. Em seguida chegou a Ruralminas, como informou um dos últimos posseiros que ainda vive lá, para regularizar as terras até então ocupadas pelos nativos, etapa fundamental para implantação de um projeto em bases capitalistas (DAYRELL, 2019).

Para as lideranças vazanteiras e quilombolas envolvidas com os Vazanteiros em Movimento, o objetivo deste plano é garantir às comunidades o direito ao acesso, uso e gestão de seus territórios. Da mesma forma que ocorreu com os indígenas Tuxá, não houve oficina virtual com os vazanteiros, devido a dificuldades de acesso à internet nas áreas. Porém, houve um evento presencial do CAA onde foi possível a recolha de informações e propostas. As proposições foram complementadas durante as atividades de acompanhamento sociotécnico às comunidades além da incorporação das propostas construídas pelo NIISA com a execução do projeto Dinâmicas Socioambientais na Bacia Média do Rio São Francisco Mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais (2018).

Na incursão realizada durante a elaboração do Plano de Ação, no Território de Pau Preto, percebeu-se que a estrada de acesso se encontra em bom estado de manutenção e que a maioria das famílias, localizadas de acordo com os indicativos construídos no planejamento, já reformaram ou construíram novas moradias. Muitas das famílias possuem caixas de captação da água da chuva e a comunidade conta com apoio da prefeitura. A associação recebeu recentemente um conjunto de cadeiras para a sede e um tanque de refrigeração de leite que foi instalado na Casa de Semente. Muitas das roças de sequeiro de milho não vingaram, mas o cultivo da vazante está vingando, sendo que já estão colhendo o feijão. Na área de vazante (sede da associação) o preparo dos terrenos de vazante seguiu o proposto no plano de manejo da área – barrancos com faixas de vegetação nativa protegida. A escola da comunidade será brevemente reformada e já foi negociado com a CEMIG a distribuição de energia elétrica para serem instaladas nas residências dos vazanteiros.

Para os vazanteiros de Pau de Légua, apesar dos processos de negociação estabelecidos com o Estado de Minas Gerais desde a autodemarcação do território realizado em 2010, o posicionamento do Instituto Estadual de Florestas - IEF sempre foi de muita oposição aos comunitários, que se encontram confinados em uma estreita margem da Ilha,

sem mais poderem ter acesso às lagoas, vazantes e catingas. O ex-chefe do Parque Estadual da Mata Seca que sempre perseguiu a comunidade, retornou e assumiu novamente a chefia. Recentemente tiveram abertura em uma negociação para que os vazanteiros possam acessar a ilha através de Manga, mas o IEF mantém a porteira trancada. Encontram muita dificuldade no transporte de material, pois são obrigados a fazerem todo o transporte de barco. Conseguiram dar continuidade na construção da sede da associação. Contam com o apoio da prefeitura de Matias Cardoso.

As famílias do Quilombo de Praia vivem na área sob forte tensão, com ameaça do antigo gerente e fazendeiros que vivem em Manga, além de uma ação judicial na vara federal. A Comunidade de Praia foi indicada como uma das prioridades para se fazer o estudo antropológico, o que se encontra em andamento. Ficou previsto também a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) finalizar o levantamento das terras da união para serem disponibilizadas ao INCRA para o processo de regularização fundiária. Demandam também acionar ações de proteção dos defensores dos direitos humanos no sentido de evitar violência contra as famílias de lideranças do quilombo. As lideranças do Quilombo de Praia afirmam que recentemente foi retomado o trabalho de elaboração do relatório antropológico. Que está previsto a elaboração dos estudos sobre meio ambiente e produção por uma equipe do CAA. A prefeitura, através da Copasa está com obras visando a canalização que vai levar água tratada até a comunidade e o Porto da Balsa. Afirmam que o SUS vacinou a maioria dos quilombolas. Alguns não foram vacinados. Reclamam que a escola da comunidade está sendo usado por um particular que comprou uma propriedade vizinha.

Já a Comunidade do Quilombo da Lapinha pleiteia que a Fazenda Casa Grande em sua integralidade seja destinada, de imediato, para compor o território tradicional do Quilombo. O processo está em andamento. Os vazanteiros de Itacarambi informam que, além da grilagem oficial das terras e do desmatamento em larga escala da mata seca, os irrigantes usam de forma intensiva as águas do rio São Francisco, que se encontra em processo final de exaustão. Os irrigantes, não têm noção de onde vem a água, de como está o rio que sustenta as suas atividades produtivas, vinculadas estas ao consumo de recursos sem limites.

No território vazanteiro da Maria Preta a proposta da comunidade de uso e manejo da área aponta que 44 % do território são áreas destinadas para refúgio ambiental, 42% para uso tradicional extrativista, tanto para pesca como para solta dos animais como também área de coleta de lenha, frutas e plantas medicinais, e 14% para uso familiar, de forma que cada

família possa manejar algo em torno de 5 ha. Uma proposta onde 84% da área não terá o uso do solo alterado, garantindo desta forma a sua função ambiental.

Produzem e multiplicam sementes crioulas e muitas famílias passaram a utilizar pequenos sistemas de irrigação que funcionam com motor a gasolina. Muitas famílias passaram dificuldades com a impossibilidade de vender nas feiras. O apoio do poder público municipal é limitado. A comunidade demanda acesso à água tratada e a energia elétrica na ilha. A maior dificuldade relatam ser a compra de direitos pelos empresários, que não tem a tradição dos vazanteiros. É importante identificar e investir em práticas que possibilitem uma melhoria nos sistemas produtivos dos nativos - lavouras, criações de animais e extrativismo (pesca, coleta de frutas nativas, lenha e madeira), considerando o sustento e a geração de renda para as famílias, em consonância com a conservação dos recursos naturais, como as terras, rios, lagoas, fauna e vegetação nativa. E, finalmente, investir em novas oportunidades de geração de trabalho e renda para as famílias e, em particular para os mais jovens. Neste caso, a educação deve desempenhar um papel de grande relevância, incorporando os aspectos étnicos e culturais da comunidade e contribuindo com a formação cidadã e profissional.

## **PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL – VAZANTEIROS**

### **EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

#### **Acesso e gestão dos territórios**

Implementar, via CEPCT e IEF, um termo de convivência das comunidades Quilombo da Lapinha, com os parques estaduais da Mata Seca, Verde Grande e Lagoa do Cajueiro respectivamente;

Promover de forma imediata a cessão pelo IEF/Governo de Minas da área da Fazenda Casa Grande, com cerca de 1.416 ha, às famílias quilombolas do Acampamento São Francisco como pré-requisito do Termo de Convivência do Quilombo da Lapinha com o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro;

Implementar a regularização fundiária, via Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, do Território Vazanteiro de Pau de Léguas e do Território Vazanteiro do Pau Preto/Arraial do Meio, considerando os relatórios socioambientais elaborado pelo NIISA/Unimontes em 2018;

Promover a regularização fundiária, via o INCRA, do Território Quilombola da Lapinha;

Garantir o abastecimento de água nas comunidades vazanteiras da Ilha da Maria Preta, Ilha de Pau de Légua, Ilha do Pau Preto/Arraial do Meio, Quilombo da Lapinha e Quilombo da Praia, de forma que as famílias possam ter uma melhor qualidade de vida, em um ambiente salubre e com mais saúde;

Estimular a educação contextualizada, incorporando tanto nos conteúdos como na formação dos professores, temas relacionados com a história e modos de vida da população vazanteira, incluindo práticas de uso e manejo dos recursos naturais (solos, água, vegetação e pesca);

Negociar com a prefeitura de Matias Cardoso para que a área da Escola do Quilombo de Praia seja liberada;

Incorporar práticas preventivas e curativas apoiadas na tradição vazanteira, além da instalação de um posto de saúde devidamente equipado, com pessoal permanente e temporário no Território Vazanteiro de Pau Preto e no Quilombo da Lapinha;

Articular a implantação da energia elétrica nas comunidades vazanteiras da Ilha da Maria Preta (Itacarambi), Pau de Légua (Manga) e Pau Preto (Matias Cardoso), que poderá ser viabilizada por programas estadual através da CEMIG. Em particular, na Ilha de Pau de Légua o acesso à energia elétrica vem sendo barrado pelo IEF;

Garantir o acesso aos territórios tradicionais vazanteiros com a manutenção das estradas das Ilhas do Pau de Légua (Manga) e do Pau Preto (Matias Cardoso). A estrada de acesso ao território deverá ser readequada, de modo que permita o tráfego em todas as épocas do ano e não causem impactos ambientais. Deverão ter o leito estradal encascalhado e com uma conformação que permita o escoamento da água das chuvas para bacias de captação de água pluviais construídas ao longo da estrada. Devidamente sinalizada para evitar acidentes com animais silvestres;

Recuperar as estruturas coletivas já existentes no Território Vazanteiro do Pau Preto/Arraial do Meio com posto de saúde, igreja, áreas de formação, alojamento para encontros e pesquisas, área de lazer e esportes, biblioteca, centro de documentação, casa de sementes, depósito de caldas, empório, cooperativa de materiais de pesca, armazenamento do pescado e venda;



Garantir que as novas moradias dos vazanteiros nos territórios autodemarcados sejam construídas a partir de no mínimo 100 metros da margem direita do Rio São Francisco. Nesta faixa de terrenos, a exploração das terras deverá ser menos intensiva e associada à sistemas agroflorestais. Todas as casas deverão ser equipadas com banheiros construídos segundo critérios ecológicos de tratamento de resíduos e estrutura para coleta seletiva do lixo doméstico e reciclagem dos mesmos quando pertinente, seja na forma de compostagem, artesanato ou outras.

Criar, através das prefeituras municipais, sistemas de destinação e reciclagem de lixo nas Ilhas da Maria Preta (Itacarambi), Pau de Légua (Manga), Pau Preto/Arraial do Meio, Quilombo de Praia e Quilombo da Lapinha (Matias Cardoso);

Viabilizar um sistema de descarte de lixo de maneira apropriada, principalmente de plásticos e agrotóxicos;

Articular com o ICMBio/IBAMA e o CODEMA de Itacarambi para que a Croa da Praia da Gaiivota seja preservada como área de pousio das aves ribeirinhas;

Evitar o uso do fogo em APP, permitindo somente seu manejo tradicional controlado (tipo coivara) em períodos determinados, com conhecimento dos vizinhos e como parte de um processo de transição até que se encontre novas alternativas que substitua essa prática como a aquisição de microtrator apropriado para trabalho nessas áreas;

Reflorestar as margens dos rios com áreas já abertas com árvores nativas e frutíferas (sistema agroflorestal);

Realizar pesquisas e estudos de levantamento de flora e fauna na região e implementar o monitoramento participativo da fauna.

## **EIXO 2: ECONOMIAS E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA**

Investir em projetos de acompanhamento técnico agroecológico junto das famílias, com o desenvolvimento de propostas de controle de praga nas plantações associado às práticas tradicionais vazanteiras;

Capacitar IEF e a EMATER em sistemas de manejo agroflorestal e silvipastoril e em práticas tradicionais vazanteiras em áreas de preservação permanente, com objetivo de

entendimento de sistemas alternativos de sustentabilidade e sistemas mais eficazes de fiscalização e educação ambiental;

Apoiar iniciativas de pequenas irrigações, a exemplo do que está sendo realizado na Ilha da Maria Preta;

Desenvolver projetos de irrigação utilizando energias alternativas, como a eólica e a solar;

Apoiar iniciativas de turismo ecológico e cultural, estruturando condições de recepção de visitantes (alojamento e refeições), apresentações da cultura vazanteira e quilombola, trilhas em áreas pré-selecionadas pelos planos de gestão dos territórios;

Realizar estudos técnicos de levantamento de animais silvestres, com objetivo de verificar quais espécies podem ser utilizadas para manejo sustentável nos territórios, como jacarés, capivaras, peixes, entre outros animais;

Criar condições de acesso a crédito para compra de micro-tratores para a comunidade e buscar regulamentação de seu uso junto aos órgãos ambientais;

Apoiar a cadeia produtiva do mel;

Dar continuidade ao trabalho de estímulo à produção de sementes crioulas e sua distribuição para as casas de sementes;

Apoiar nos processos de gestão territorial, costurando com as ações da OPAC (Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica).

### **EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dar continuidade ao planejamento dos Vazanteiros em Movimento fazendo dois encontros: um em Itacarambi e o outro em Matias Cardoso, convocando as lideranças vazanteiras, estimulando a participação de jovens. Se não for possível, realizar encontros virtuais. Convidar parceiros e aliados;

Dar continuidade aos encaminhamentos acionando a CEPCT e CIMOS visando a liberação dos territórios de Pau de Légua, Pau Preto/Arraial do Meio e do Quilombo da Lapinha para que possam viver e produzir com mais liberdade;

Discutir com as lideranças vazanteiras a proposta de realização de ato ecumênico no Morro da Santa localizado no Território Vazanteiro de Pau de Légua;

Realizar acompanhamento sociotécnico aos Vazanteiros em Movimento;

Informar sobre os desdobramentos das ações da CEPCT e das antenas da Articulação Rosalino através dos Vazanteiros em Movimento; Não entendi quem tem que ser informado.

Articular para que as comunidades vazanteiras tenham acesso ao Programa Nacional de revitalização do rio São Francisco para recuperação da Mata Ciliar do território e estudos de sistemas agroflorestais e APP do São Francisco;

Buscar formas de captação de recursos, alinhando as ações do CAA com o NIISA/Unimontes;

Viabilizar acesso aos recursos de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, à pesca artesanal e aos povos e comunidades tradicionais.

#### **5.4 QUILOMBOLAS DAS PLANÍCIES SANFRANCISCANAS: POVO GURUTUBANO**

A área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos abrange 17.718,00 km<sup>2</sup>, (1.771.800 ha) e refere-se, em grande medida, ao Território Negro da Jahyba, como postulado por João Batista de Almeida Costa (1999), uma extensa área de planícies localizada na depressão sanfranciscana, que compreende uma vasta porção de terras entre o Norte de Minas até a divisa com a Bahia. O Povo Gurutubano diz respeito a trinta comunidades inseridas no Quilombo do Gurutuba (Figura 33), onde vivem 895 famílias quilombolas. Os cerca de 5.600 habitantes estão distribuídos em núcleos populacionais em uma área de 45.589,2093 hectares, aos quais atualmente, apenas 3% do território está sob posse dos Gurutubanos (TEIXEIRA, 2020).

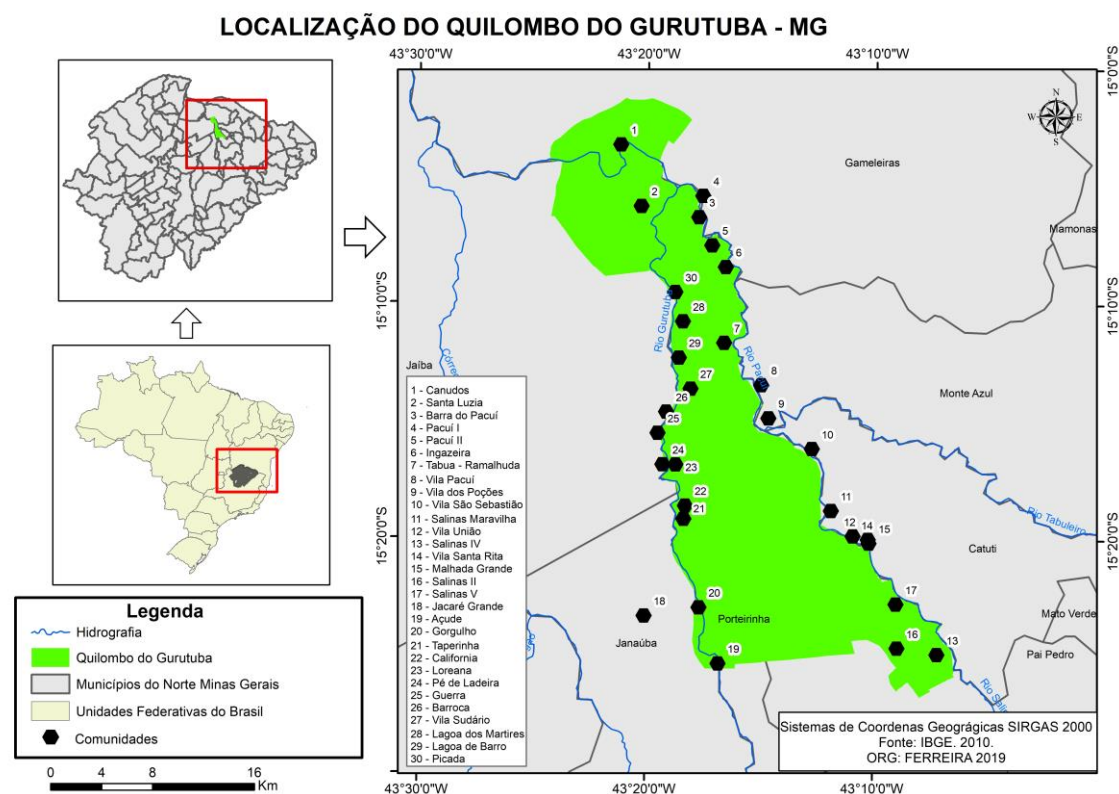


Figura 33: Localização do Território Quilombola do Gurutuba. Fonte: TEIXEIRA, 2020.

As comunidades do Quilombo do Gurutuba estão organizadas em nucleação (Tabela 12), distribuídas nos seis municípios abrangidos pelo quilombo, a saber: Jaíba, Pai Pedro, Monte Azul, Catuti, Porteirinha, Janaúba.

Tabela 12: Organização do Quilombo do Gurutuba por núcleos comunitários. Fonte: TEIXEIRA, 2020.

Núcleo	Comunidades	Municípios
I	Canudos, Santa Luzia	Jaíba
II	Barra do Pacuí, Pacuí II, Pacuí II, Tabua, Ingazeira	Pai Pedro, Monte Azul
III	Vila Pacuí, Poções, São Sebastião	Monte Azul
IV	Malhada Grande, Vila Santa Rita, Vila União, Salinas Maravilha, Salinas II, Salinas IV e Salinas V	Pai Pedro, Catuti
V	Jacaré Grande, Gorgulho, Açude	Porteirinha, Janaúba
VI	Barroca, Guerra, Taperinha, Califórnia, Loreana, Pé de Ladeira	Pai Pedro, Jaíba
VII	Vila Sudário, Picada, Lagoa dos Mártires, Lagoa de Barro	Pai Pedro, Jaíba

O objetivo da elaboração do plano de ação socioambiental para o povo gurutubano é garantir às populações o direito ao acesso, uso e gestão de seus territórios. As informações levantadas para a elaboração das propostas de ação para os quilombolas foram adquiridas a partir de uma oficina virtual, que ocorreu no dia 27 de abril de 2021 e representou, para os participantes, uma oportunidade de exporem, tanto as questões estruturais vivenciadas no Território, quanto as demandas emergenciais mais recentes. Considera também as proposições apontadas quando das ações de acompanhamento sociotécnico promovidas pela equipe do CAA-NM que aí atua.

Durante a oficina ficou claro que as questões principais que afetam os quilombolas são: a retomada do território e o acesso a água.

*“O território era muito rico, muito fértil...agora está nas mãos dos latifundiários”.*

*“Precisamos de água...a água não é suficiente para plantar”.*

*“A falta de água para plantar é o que mais afeta as pessoas no Gurutuba.”*

*“Falta formas de captar e armazenar água para as comunidades”.*

O crescimento das comunidades e o estrangulamento do território limitou as áreas para plantação e moradia.

*“Não sobrou terra para plantar nem um pé de feijão”.*

*“Hoje moramos na vila, porque não temos mais onde morar”.*

Nesse sentido, relataram que muitas famílias, que não têm área para plantar, passaram a arrendar terras para o plantio do algodão.

Outra questão importante levantada pelos participantes é a degradação dos rios da região, de suas margens e as barragens construídas que impedem a água de chegar nas comunidades.

*“As margens dos rios estão sendo degradadas para plantar pé de capim”.*

*“O Rio Gurutuba era rico, tinha muitos peixes....depois da barragem ele começou a diminuir a riqueza...acabou os peixes, degradou o rio.”*

*“O Rio Serra Branco virou areia.”*

*“O Rio Salinas está sujo de descartáveis e veneno.”*

*“O capim tomou o rio, os pescadores tiram para pescar, ele dá alergia, depois volta...antigamente não tinha esse capim...o povo pescava bastante.”*

Além disso, foi relatada a preocupação em manter os jovens no território, já que a falta de água e terra para plantar os faz sair a procura de emprego. Essa questão acarreta também na perda de identidade cultural, como mencionado pelos participantes.

*“Precisa saber da própria história para saber seus direitos”.*

*“Queremos que o jovem valorize a cultura e a história quilombola”*

*“Tem que organizar para trabalhar com o artesanato e as plantas medicinais”*

Finalmente, a falta de união entre as comunidades quilombolas para lutarem pelos seus direitos é mencionada e a sensação de abandono pelo poder público é evidente na fala:

*“Precisamos que o Estado brasileiro nos reconheça...não nos exergam”.*

## **PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL – POVO GURUTUBANO**

### **EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

#### **Acesso e gestão dos Territórios**

Realizar diagnóstico de melhores formas para captação e armazenamento de água nas comunidades;

Realizar o mapeamento de pequenas barragens, construídas ao longo do Rio Gurutuba para irrigação, que impedem a água de chegar no Quilombo do Gurutuba;

Realizar intercâmbio de experiências em gestão comunitária da água com outras comunidades tradicionais;

Capacitar e apoiar as comunidades para adaptação aos longos períodos de secas e mudanças climáticas;

Realizar oficinas com as comunidades sobre a importância da conservação da fauna e da flora para a manutenção da água na região;

Realizar diagnóstico participativo do estado de conservação das margens do Rio Gurutuba;

Reflorestar as áreas apontadas no diagnóstico com mudas de plantas nativas no Rio Gurutuba;

Realizar oficinas com as comunidades sobre o descarte irregular de lixo nos rios;

Realizar a devolução do Plano de Etnodesenvolvimento do Quilombo do Gurutuba para a comunidade;

Realizar seminários para analisar e divulgar os resultados das pesquisas nas comunidades;

Produzir material de divulgação dos resultados das pesquisas em diferentes formatos;

Realizar diagnóstico participativo das práticas tradicionais de uso de plantas medicinais;

Realizar oficinas de trocas de saberes tradicionais com outros povos tradicionais para aprimorar e incentivar o uso de plantas medicinais;

Produzir material de divulgação e comunicação sobre a identidade e cultura quilombola;

Realizar o monitoramento participativo sobre a fauna e flora da região com o apoio dos jovens, utilizando-se de projetos de ciência cidadã;

Apoiar a articulação e mobilização do grupo de jovens;

Apoiar a articulação e mobilização do grupo de mulheres;

Capacitar educadores em conteúdos e práticas pedagógicas contextualizados à realidade das comunidades quilombolas;

## **EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA**

Realizar eventos na AEFA de formação, capacitação agroecológica e de experimentação para as comunidades quilombolas;

Incentivar a diversificação das atividades produtivas das famílias quilombolas;

Fortalecer a Associação Quilombola por meio de cursos e oficinas sobre agroecologia, produção e extrativismo sustentável;

Levantar as demandas dos grupos de artesãos já existentes;

Realizar cursos e oficinas para o fortalecimento da produção de artesanato das comunidades quilombolas da região;

- Divulgar o artesanato quilombola da região, visando a comercialização, no Museu Vivo;
- Mapear e levantar a oferta de produtos agroextrativistas, em cada propriedade, nas comunidades quilombolas;
- Capacitar as lideranças das comunidades quilombolas para participarem das chamadas públicas para compras governamentais;
- Realizar cursos de empreendedorismo voltados a capacitar os jovens para atuarem nos territórios;
- Buscar estratégias para transporte e comercialização dos produtos quilombolas;
- Realizar o levantamento do potencial produtivo do juá de boi nas comunidades quilombolas;
- Apoiar os grupos em processo de certificação de produção orgânica;
- Apoiar a distribuição e comercialização de rapaduras no Quilombo do Gurutuba;
- Apoiar o projeto de suínos no quilombo do Gurutuba;
- Apoiar a cadeia de frutas de Lagoa Grande;
- Acompanhar as famílias no planejamento da produção nos campos de salvamento de sementes;
- Apoiar a padaria do Quilombo do Gurutuba na entrega de produtos através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Apoiar a comercialização dos produtos advindos do campo de produção e salvamento de sementes na comunidade de Malhadinha;
- Apoiar as casas de sementes do Quilombo do Gurutuba;
- Apoiar os produtores na cadeia do algodão;
- Apoiar os grupos de mulheres na produção dos produtos de higiene pessoal;
- Apoiar os grupos de conserva da comunidade de Lagoa Grande;

### **EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**



Incidir junto aos órgãos ambientais para providências quanto a barragem que impede a água de chegar ao Gurutuba;

Incidir junto aos órgãos ambientais para providências quanto às pequenas barragens construídas que impedem a água de chegar ao Quilombo do Gurutuba;

Articular, junto aos caatingueiros, ações para reduzir a poluição do Rio Serra Branca;

Fomentar a união, organização e articulação de todas as áreas quilombolas do Norte de Minas Gerais, por meio de intercâmbios;

Incidir junto ao poder público para que seja realizada a retomada do território.

## 5.5 POVO CAATINGUEIRO

As comunidades caatingueiras dos sopés da Serra do Espinhaço estão distribuídas, principalmente, em onze municípios da Serra Geral, a saber: Catuti, Espinosa, Gameleira, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha e Serranópolis de Minas. Nestes municípios, que ocupam uma área de 12.407,63 km<sup>2</sup> (ou 1.240.763 ha), as comunidades caatingueiras (em hachurado na figura 34) abrangem uma área de 7.628,60 km<sup>2</sup> (ou 762.860 ha).

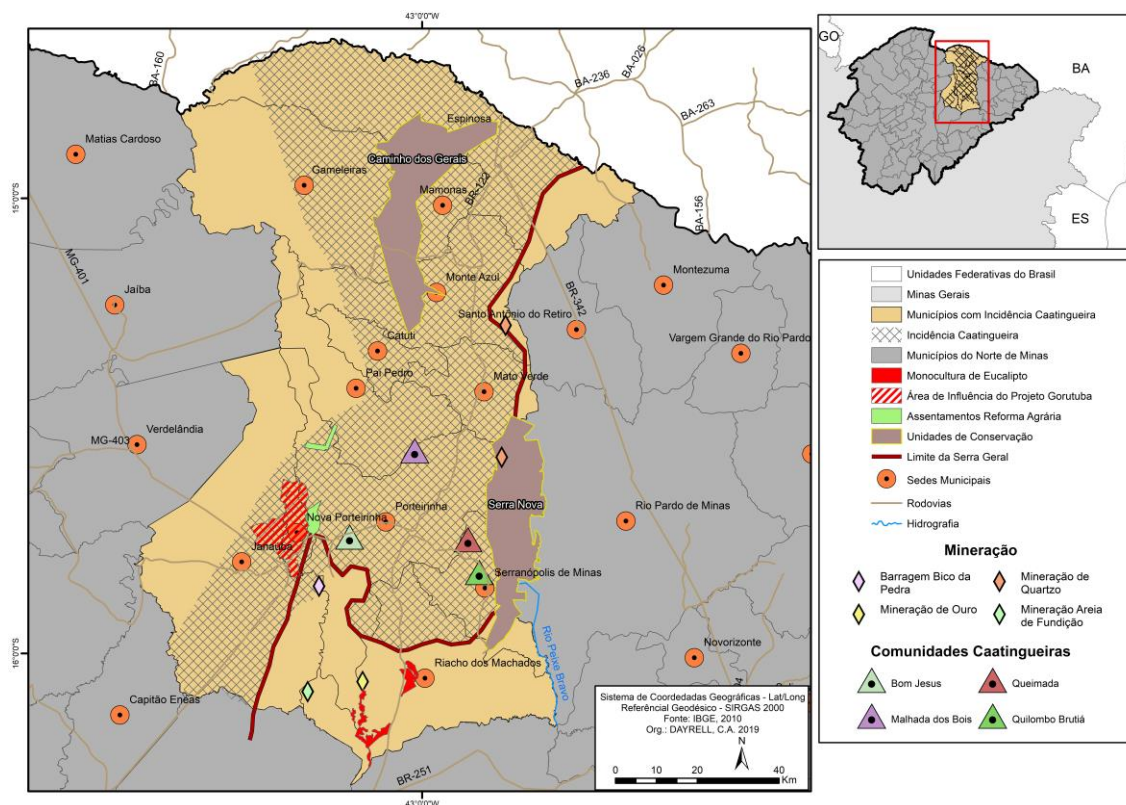


Figura 34: Área com predominância de comunidades caatingueiras. Fonte: DAYRELL, 2019.

Essa porção do território está inserida na região semiárida de Minas Gerais com precipitação pluviométrica média anual de 750 mm. A duração da estação seca costuma ser superior a seis meses e a umidade relativa do ar pode atingir valores inferiores a 15%, principalmente nos meses de julho e agosto. Quanto à classificação climática de Köppen, o clima predominante é Aw - clima tropical de savana, inverno seco e verão chuvoso (MMA/SEDVAN, 2010). Contexto que a coloca em uma das áreas mais vulneráveis de Minas Gerais em função do aquecimento global.

O Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, publicado em 2007 (IPCC, 2007), aponta que as áreas semiáridas do Brasil são as mais vulneráveis ao aquecimento global. Esta região já vivencia o contexto de uma grave crise ambiental e socioeconômica, resultados da combinação de fatores como as alterações do clima, na forma de falta de chuva ou pouca chuva acompanhada de altas temperaturas e altas taxas de evaporação, aliada à competição por recursos hídricos (MMA/SEDVAN, 2010, p.39).

As políticas desenvolvimentistas associadas à disseminação dos pacotes da “Revolução Verde” atingiram duramente esta região em duas frentes principais: (i) a implantação de grandes fazendas de pecuária extensiva cercou enormes extensões de terras, promovendo o desmatamento generalizado da caatinga, com a formação de pastagens; (ii) o estímulo à monocultura do algodão com uso em larga escala da tratorização, adubação química e agrotóxicos. Na década de 1990 o cultivo da monocultura do algodão entrou em crise, obrigando as famílias que aí residem a reorientarem seus sistemas produtivos. Uma das poucas alternativas que restaram aos camponeses, que possuíam uma gleba de terra um pouco maior, passou a ser a pecuária leiteira associada à criação de pequenos animais e agricultura diversificada. Além da coleta, em menor escala, de frutos nativos da caatinga como o umbu.

A agenda das comunidades caatingueiras tem incorporado, juntamente com os STRs e outras organizações, o questionamento sobre os alegados benefícios de geração de renda e empregos advindos da mineração. A implantação de projetos de mineração no Espinhaço, como o da extração de ouro da antiga Vale do Rio Doce, atualmente explorado pela empresa canadense Carpathion Gold, em Riacho dos Machados, ou na exploração do minério de ferro,

quartzo, areia, granito e pedras preciosas, sinaliza um cenário de crise ambiental que até então não estava colocado para os habitantes desta região.

O diálogo estabelecido com as *antenas* caatingueiras apontou que a questão ambiental é considerada uma das temáticas de maior interesse dos caatingueiros. A elaboração do plano de ação socioambiental do povo caatingueiro tem o intuito de melhorar as condições de uso e gestão de seus territórios, com enfoque na recuperação ambiental da caatinga e de suas áreas de transição com a mata seca e os cerrados. As informações necessárias para a elaboração das propostas de ação para os caatingueiros foram levantadas por meio de uma oficina virtual realizada no dia 28 de abril de 2021, nesse espaço foram expostas as frustrações e as demandas emergenciais das comunidades. Essas informações foram complementadas com as atividades de acompanhamento sociotécnico promovidas pela equipe do CAA que aí atua. A oficina se iniciou com a provocação de um participante sobre a importância da Caatinga e como este bioma, frequentemente, recebe menos atenção, recursos de projetos e iniciativas de parceiros.

*“Os projetos de preservação ambiental que vem para a região só incluem o cerrado ... a caatinga fica sempre de fora”.*

*“Os sete povos da Articulação Rosalino não estão só em um bioma...existem outros biomas além do cerrado nesse território.”*

*“A caatinga é o bioma mais abandonado de todos, é preciso unir forças que tenham olhares específicos para desenvolver a caatinga como um todo.”*

*“A caatinga tem uma diversidade muito grande, plantas medicinais, festas típicas, danças típicas, mas muitas vezes é esquecida.”*

Ao longo da oficina, ficou claro que, para os caatingueiros, a questão prioritária, além da ambiental, é a certificação dos produtos e a manutenção dos jovens no território. As cadeias do mel, da galinha caipira e do queijo precisam de apoio técnico, qualificação e certificação, além disso buscar formas para o escoamento dos produtos é necessário.

*“Foram mais de 35 toneladas de mel produzidas em Porteirinha...a demanda em São Paulo é muito grande”.*

A fábrica de polpa de frutas nativas estava funcionando muito bem, trabalhavam com 35 famílias e geravam 6 empregos dentro do território caatingueiro, mas a pandemia da Covid 19, que fechou todas as lanchonetes da região, inviabilizou o escoamento da produção.

Um ponto marcante no evento foi a percepção dos participantes de que a presença dos caatingueiros nos territórios é o que conserva a biodiversidade da região, como pode-se observar nas falas abaixo.

*“A apicultura faz com que não haja desmatamento, pois as abelhas precisam da mata.”*

*“A vegetação que ainda existe no Norte de Minas Gerais só existe por causa dos pequenos agricultores, agricultores familiares, populações tradicionais que sabem produzir e conservar.”*

## **PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL – CAATINGUEIROS DO SOPÉ DA SERRA GERAL**

### **EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

#### **Acesso e gestão dos Territórios**

Fortalecer a cultura caatingueira;

Consolidar o Grupo Caatingueiro da Serra Geral;

Desenvolver projetos de proteção do umbu, visto que a produção é muito grande na região;

Fomentar a produção de sementes nativas;

Realizar pesquisas e estudos de levantamento de flora e fauna na região, e o monitoramento participativo da fauna;

### **EIXO 2: ECONOMIA E PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA**

Acompanhar as coletas e estudos sobre potencial produtivo sustentável do juá de boi;

Apoiar a cadeia do mel, principalmente de florada de aroeira;

Aprimorar a produção do mel visando certificações;

Apoiar a cadeia produtiva do queijo visando certificações;

Realizar o acompanhamento técnico de todas as cadeias produtivas dos caatingueiros;

Ampliar os apiários buscando formas para aquisição de caixas para apicultura;

- Diversificar projetos de geração de renda para manter os jovens no território;
- Apoiar a cadeia da galinha caipira, com vistas a certificação;
- Fortalecer o grupo de jovens, apoiando a fábrica de polpa de frutas;
- Dar continuidade as ações para fomentar o turismo de base comunitária na região;
- Apoiar a cadeia produtiva do algodão agroecológico;
- Apoiar os grupos de mulheres na produção dos produtos de higiene pessoal (kits);
- Apoiar as feiras locais familiares e buscar novas formas de escoamento da produção;

### **EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Fortalecer as parcerias (CAA, Cooperativa Grande Sertão, Sindicatos) para unir forças;
- Incidir nas políticas municipais para reconhecimento do caatingueiro e proteção da Caatinga;
- Buscar projetos para desenvolvimento da Caatinga e do caatingueiro.

#### **5.6 POVO GERAIZEIRO**

As comunidades que se afirmam geraizeiras no Norte de Minas estão distribuídas, principalmente, nas extensas áreas dos Planaltos do São Francisco e da Conquista e nos Topos Aplainados do Espinhaço, ambientes cuja caracterização geomorfológica foi organizada por Jakomine (1979). São áreas situadas entre divisores das bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, onde os cerrados fazem transição com a caatinga e a mata atlântica. Servem de reservatório para uma extensa rede hídrica que sustenta essas bacias hidrográficas.

Nessas regiões vivem os geraizeiros que estão envolvidos na articulação e mobilização de comunidades, que têm como uma de suas expressões o Movimento Geraizeiro ou o movimento de comunidades geraizeiras. Segundo Dayrell (2019), em pelo menos dezenove municípios do Norte de Minas existem comunidades que se afirmam como geraizeiras e estão, de alguma maneira, envolvidas com o movimento de comunidades geraizeiras. A área onde vivem (figura 35) foi estimada em 32.674,84 km<sup>2</sup> (ou 3.267.484 ha)

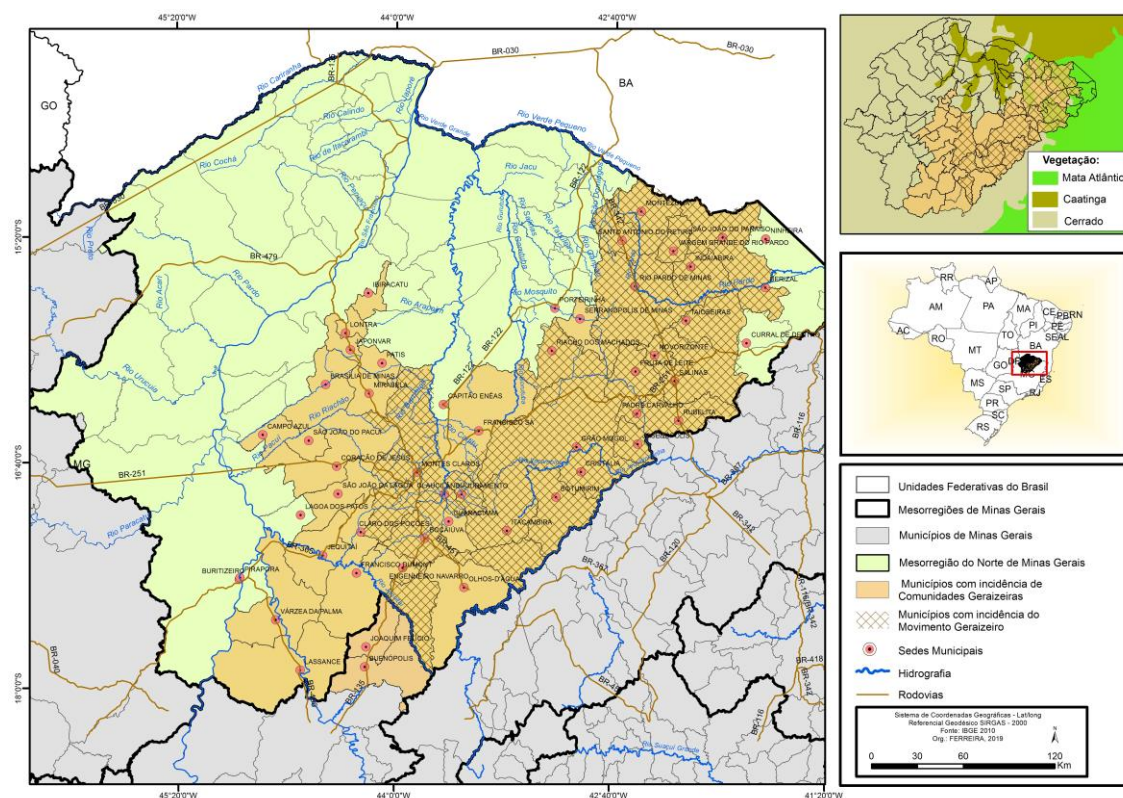


Figura 35: Área onde são encontradas comunidades que se afirmam geraizeira. Fonte: DAYRELL, 2019.

Regiões que vêm sofrendo ataques em função do avanço das monoculturas de eucalipto e das pastagens, do desmatamento do cerrado e da degradação das águas. Agora, há uma nova ameaça frente à degradação provocada pela mineração, ampliando ainda mais a grilagem das terras. Mesmo neste contexto, diversas iniciativas são promovidas pelas comunidades, como as inúmeras e distintas estratégias de luta pela retomada e proteção dos territórios; as práticas de restauração dos cerrados e de recuperação de nascentes; a promoção da agroecologia; a recuperação das “chácras de café; a convivência com o semiárido; o estímulo à maior participação da juventude; a rede de comunicadores populares; dentre outras (DAYRELL, 2019).

Chiles (2018), citando Souza (2017) e Nogueira (2009) nos mostra como a alteridade e antagonismo passaram a se constituir como mecanismos de reposicionamento da identidade geraizeira: “se a alteridade marca limites e sentidos culturais e territoriais criados historicamente, o antagonismo revela a constituição de novos movimentos sociais, baseados em enfrentamentos pela garantia de direitos territoriais e culturais” (CHILES, 2018 p.75).

As propostas que compõem este plano de ação foram levantadas a partir de duas oficinas virtuais, a primeira foi realizada no dia 23 de abril de 2021 e a segunda em maio do mesmo ano. Devido ao território geraizeiro estar disperso por uma grande extensão do Norte de Minas Gerais foram necessárias duas oficinas para contemplar comunidades diferentes. As

informações foram complementadas com as atividades de acompanhamento sociotécnico e a elaboração de PGTA's nos territórios geraizeiros de Raiz e do PAE Veredas Vivas. A principal importância do plano de ação para o povo geraizeiro é garantir às comunidades geraizeiras o direito ao acesso, uso e gestão de seus territórios

Um tema levantado como prioritário durante as oficinas e de necessidade de incidência mais ampla da Articulação Rosalino, é a grilagem de terras. No município de São Joao do Paraíso, as lideranças afirmam que o grileiro usa de artimanhas para se fortalecer junto à comunidade com trocas e favores, que desarticulam toda a luta. Dizem ainda que é necessário que a articulação dos parceiros seja mais visível e presente. A estratégia dos empresários de atuar diretamente junto à comunidade, se aproximando inclusive das lideranças e oferecendo benefícios está cada vez mais recorrente. Apontaram esse fato para a região de São Joao do Paraíso, Riacho dos Machados e, também, no Território Geraizeiro de Raiz. Em Riacho dos Machados, onde um grande empreendimento mineral já se encontra instalado, estão adquirindo as terras dos posseiros e proprietários.

Algumas comunidades, que já têm seus territórios conquistados relataram dificuldades de gestão destes territórios. Dois exemplos são o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Veredas Vivas e da comunidade de Raiz, ambos no município de Rio Pardo de Minas. O PAE Veredas Vivas tem como necessidade urgente implementar o Plano de Utilização e que os beneficiários entendam e compreendam o modelo de assentamento proposto. O PAE Veredas Vivas já possui um Plano de Gestão Territorial e Ambiental que precisa ser colocado em prática, tem área já demarcada, mas com novas frentes de lutas e estratégias. Se antes os inimigos eram invisíveis, grandes e poderosos, agora, com a máfia do carvão que continua incidindo nas comunidades, tem-se que fazer o enfrentamento local, até mesmo com filhos dos assentados, com ameaças claras, violentas.

Na comunidade de Raiz, que também possui um plano de Gestão e a conquista de parte da área, o “inimigo” também passa a ser da região e se apresenta como empreendedor, que dá o emprego para os comunitários, oferece água, paga despesas da associação local, entre outros. A comunidade também se apresenta com as mesmas dificuldades: Como fazer o PGTA acontecer? Como tornar produtivas as áreas reconquistadas?

Há uma nova conjuntura econômica muito grave, com desemprego, fome, falta de perspectiva de futuro para os jovens, envelhecimento geracional e como apontam as

lideranças: *“frente a uma valorização da madeira e carvão do eucalipto torna difícil a gestão territorial”*.

Diante dessa nova grilagem pessoas conhecidas, que não compreendem os modelos de gestão do território propostos e que ameaçam a vida das lideranças e comunitários, é fundamental a aproximação dos parceiros institucionais como o INCRA, MP/CIMOs, Prefeitura, polícia e outros.

Outra questão levantada é o conflito iminente com o empreendimento minerário da SAM – Sul-Americana de Metais que será instalado na região do Rio Vacarias, nos municípios de Fruta de Leite, Grão Mogol, Padre Carvalho, entre outros. Algumas lideranças apontaram a necessidade urgente de demarcação dos territórios e consolidação dos laudos antropológicos, que atestem a tradicionalidade dos povos da região, como os vacarianos, geraizeiros e quilombolas, presentes nesse território. Uma preocupação das lideranças é a adesão dos prefeitos da região ao empreendimento.

*“O poder público continua a entender que para desenvolver o município e a região tem que ter grandes empreendimentos”*.

E não apenas o poder público, *“mas a população em geral é favorável aos grandes projetos”* e não esboçam qualquer resistência.

Uma demanda apresentada pelos geraizeiros é o avanço para a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tamanduá, em Riacho dos Machados, visto que é uma possibilidade de proteger a área. A criação da RDS Tamanduá é uma demanda antiga dos movimentos socioambientais. Por outro lado, a compensação ambiental obrigatória pelos grandes empreendimentos minerários também é uma ferramenta que a luta socioambiental da região deve abraçar, frente as muitas áreas que serão e estão sendo destruídas. Está em discussão a elaboração de leis municipais para proteção dos cerrados e dos geraizeiros, a exemplo do que já vem sendo feito em Rio Pardo de Minas.

Também é preciso apresentar e avançar projetos alternativos aos empreendimentos minerários. Não há argumentos diante das promessas de empregos, de aquisição de terras, de salários, quando a economia do país é precária.

Nas oficinas foram mencionados os povos que serão impactados pela barragem e mineração, mas que estão isolados, não têm conhecimento sobre seus direitos, ou mesmo sobre a dimensão do empreendimento. Há muitas comunidades sem lideranças e formação.



*“É preciso acompanhar as comunidades que ainda não estão na luta”.*

Como exemplo é citado o trabalho iniciado na região do Rio Peixe Bravo, já com laudo antropológico encaminhado. O momento é de *“andar para movimentar e inibir o avanço das grandes empresas”*. É preciso mostrar que a luta socioambiental existe, e está em movimento.

Diante da conjuntura atual, muitas lideranças entendem que a pandemia é um fator positivo em favor dos povos tradicionais do Vale do Vacaria uma vez que as ações da empresa ficaram atrasadas. Por outro lado, os protocolos de consultas estão sendo realizados de forma virtual e, portanto, sem escutar as comunidades atingidas como um todo. Há, com a pandemia, uma grande dificuldade de diálogo entre os diversos atores, lideranças, comunidades, ministério público, governo e empresa.

As lideranças locais da região do Vale das Cancelas e entorno, onde será implantado o empreendimento de mineração da SAM, apontam que mais de 30 nascentes já catalogadas serão destruídas por esse empreendimento. Além disso, os participantes apontaram a volta dos plantios de eucalipto e o crescimento da produção de carvão, até mesmo de vegetação nativa, patrocinados pela alta do valor de mercado da madeira e carvão. Dessa forma *“a vida entra em extinção”*.

O desafio é grande frente a esses empreendimentos e os geraizeiros sabem que é preciso uma articulação para além da Articulação Rosalino para esse enfrentamento. Faz-se necessário uma ação conjunta entre geraizeiros e outros povos. O reconhecimento dos territórios como TICCA é uma das estratégias de resistência com visibilidade internacional.

*“É preciso com urgência unificar os entendimentos e ideias para melhor articular os espaços de disputa e de incidência da luta”.*

## **PLANO DE AÇÃO SOCIAMBIENTAL – COMUNIDADES GERAIZEIRAS**

### **EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

#### **Acesso e Gestão dos territórios**

Mobilizar Associações para que os PGTAs sejam colocados em prática;

Articular apoio às associações com atividades de formação, intercâmbios e assessoria técnica sobre como fazer a gestão de seus territórios;

Estimular ações coletivas e de participação comunitária junto às famílias para a proteção e gestão de seus territórios;

Promover boas práticas de gestão comunitária da água como bem comum;

Negociar recursos visando diminuir a erosão dos solos e aumentar a disponibilidade hídrica com a construção de barraginhas, cisternas de captação da água da chuva e o cercamento de reservas legais e outras áreas consideradas críticas como nascentes e veredas;

Apoio e participação na construção do plano de manejo da RDS-Nascentes Geraizeiras;

Realização de estudos e pesquisas de flora, fauna e cavernas da região e o monitoramento participativo da fauna;

Realização de pesquisas sobre dinâmica populacional das espécies vegetais e animais nativas manejadas pelos geraizeiros;

Realização de pesquisas em ecologia do fogo no manejo da pastagem nos sistemas de solta;

Realização de pesquisas sobre dinâmicas territoriais e a dimensão cultural do sistema agrícola tradicional dos geraizeiros;

Promoção do patrimônio cultural das comunidades tradicionais geraizeiras;

Capacitações para desenvolvimento da comunicação como ferramenta de fortalecimento da identidade e divulgação da cultura e das lutas das comunidades geraizeiras;

Promover debates e reflexões acerca do trabalho infantil e processos de aprendizados no contexto das comunidades rurais;

Articular com a rede protetiva existente nos municípios para que a garantia dos direitos das crianças e adolescentes se efetive;

Apoiar as atividades relacionadas com as visitas domiciliares as famílias que demandam fortalecimento de seus vínculos;

Promover ações visando o enfrentamento a violência doméstica contra crianças, adolescentes (campanhas, reuniões, rodas de conversa);

Promover atividades de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente estimulando ações de promoção da cidadania, da agroecologia e de defesa do meio ambiente;

Estimular participação das lideranças das comunidades nos espaços públicos de decisão dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e Adolescente;

Promover ações visando o enfrentamento a violência doméstica contra mulheres (campanhas, reuniões, rodas de conversa);

Promover intercâmbios entre grupos de mulheres para partilha de experiências e fortalecimento de seus direitos territoriais e ambientais;

Apoiar as iniciativas de educação contextualizada e de Escolas Famílias Agrícola (EFAs)

Buscar apoio e promover ações de proteção contra a COVID-19 com a distribuição de kits de higiene com apoio da STR Rio Pardo de Minas;

## **EIXO 2: FORTALECIMENTO DO AGROEXTRATIVISMO E DE SUA ECONOMIAS**

### **Produção Agroextrativista, Segurança Alimentar e Agrobiodiversidade**

Fortalecer a AEFA como espaço estratégico para formação, encontros para promoção da segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade;

Apoiar a manutenção e gestão do banco regional de sementes da AEFA e as casas comunitárias e familiares de sementes crioulas;

Apoiar a articulação da Rede de Guardiões de Sementes em suas atividades de planejamentos, reuniões, instalação e avaliação de ensaios locais e regional de sementes;

Apoiar o trabalho dos guardiões e guardiãs de sementes crioulas com o incentivo à multiplicação de sementes, seleção, limpeza, envase, rotulagem e montagem de kits para distribuição, trocas ou comercialização;

Garantir acompanhamento sociotécnico aos campos e casas de sementes nas comunidades de Americana, Tapera, Riacho dos Machados, Serranópolis, Rio Pardo de Minas, entre outras;

Retomar iniciativas de pesquisa sobre o sistema tradicional de “Chácaras” de café sombreado e promover ações de divulgação e ampliação do cultivo na região;

Apoiar iniciativas de produção do algodão agroecológico em sistemas de consórcio, associados com o beneficiamento e comercialização;

Apoiar os processos de produção agroecológica e de organização dos grupos no beneficiamento e comercialização da produção;

Elaboração de Planos de Manejo Agroecológico e visitas de monitoramento da produção junto às famílias das comunidades envolvidas com a OPAC;

Realização de reuniões, acompanhamento sociotécnico e atividades de capacitação aos grupos de famílias e empreendimentos envolvidos com a OPAC;

Apoiar iniciativas de feiras livres dos grupos envolvidos com a OPAC;

Expandir os trabalhos desenvolvidos pela OPAC junto aos grupos de produção de algodão e goma;

Apoiar iniciativas da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão;

Promover acompanhamento sociotécnico e atividades de capacitação junto às agroindústrias de derivados cana e de beneficiamento de frutas;

Promover o apoio e ampliação dos grupos produtivos de mulheres visando a geração de trabalho e renda;

Apoiar iniciativas de produção e beneficiamento da mandioca geridos por grupos de mulheres;

Promover atividades de formação sobre cooperativismo e associativismo para fortalecer os processos produtivos nas comunidades geraizeiras;

Desenvolver atividades específicas entre os grupos de mulheres e jovens e as cooperativas e os empreendimentos comunitários;

Promover capacitação para utilização das mídias para favorecer comercialização;

Apoiar iniciativas de comercialização de grupos envolvidos com café, polpas e sementes;

Apoiar os planos produtivos dos assentamentos Estrela do Norte e 02 de junho para comercialização no CEANORTE e em feiras semanais;

### **EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Apoiar o movimento geraizeiro nas mobilizações junto às comunidades que demandam apoio e que estão interessadas em promover ações visando a recuperação de seus territórios;
- Apoiar iniciativa de retomada da articulação da Rede Sociotécnica do Alto Rio Pardo;
- Construir estratégias de defesa e de visibilização dos territórios tradicionais inibindo o avanço das grandes empresas mineradoras;
- Articular uma ação conjunta com os Geraizeiros e outros povos da AR para o enfretamento das grandes empresas mineradoras;
- Construir uma estratégia para o reconhecimento dos territórios das comunidades geraizeiras como TICCAS;
- Articular e apoiar para elaboração da Política de Proteção Infantil nas comunidades;
- Apoiar a articulação da Bacia do Rio Pardo na defesa e proteção dos cerrados, de suas águas e dos territórios tradicionais;
- Apoiar as lutas das comunidades geraizeiras do Moreira, Raiz, na defesa e gestão de seus territórios tradicionais;
- Apoiar o PAE Veredas Vivas e o Conselho da RDS Nascentes Geraizeiras na gestão e proteção dos territórios;
- Articular junto às instâncias municipais, estadual, federal para que os PGTAs do PAE Veredas Vivas, Comunidade Geraizeira de Raiz, Quilombo de Peixe Bravo sejam apoiados com investimentos em ações visando o seu desenvolvimento sustentável;
- Articular junto à organismos nacionais e internacionais apoio para a execução das ações dos PGTAs de proteção ambiental dos cerrados e de suas águas;
- Promover articulação com o MPF e Cimos na defesa e proteção dos territórios geraizeiros.

#### **5.7 POVO APANHADORES DE FLORES SEMPRE-VIVAS**

As comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas estão situadas na região meridional da Serra do Espinhaço, em ambientes por eles denominados de “Serra” e

“Sertão”<sup>11</sup>. A “Serra”, refere-se às porções mais elevadas do Espinhaço, onde nasce o rio Jequitinhonha, mas também cabeceiras de importantes afluentes que desaguam na margem direita do rio São Francisco, entre o rio Jequitaí com o rio das Velhas. O “Sertão” refere-se à vertente oriental do Espinhaço, drenadas por córregos e riachos que vão desaguam nos rios São Francisco e Jequitinhonha. É uma zona de transição entre as serras e chapadas com seus boqueirões profundos. “Lá em cima campos rupestres, morros e cerrados que fazem transição com a Mata Atlântica. Em baixo, campos, cerrados e cerradões associados às áreas de matas que margeiam os principais cursos d’águas.” (DAYRELL, 2019).

A CODECEX atua junto às comunidades dos municípios de Augusto de Lima, Bocaiúva, Buenópolis, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Olhos d’Água, Presidente Kubitschek, São Gonçalo do Rio Preto e Serro. A área de incidência da CODECEX (Figura 36), nessa porção do território, com atuação em vinte e três comunidades ou localidades, é de cerca de oito mil trezentos e dois quilômetros quadrados, ou seja, 802 mil ha. (DAYRELL, 2019)

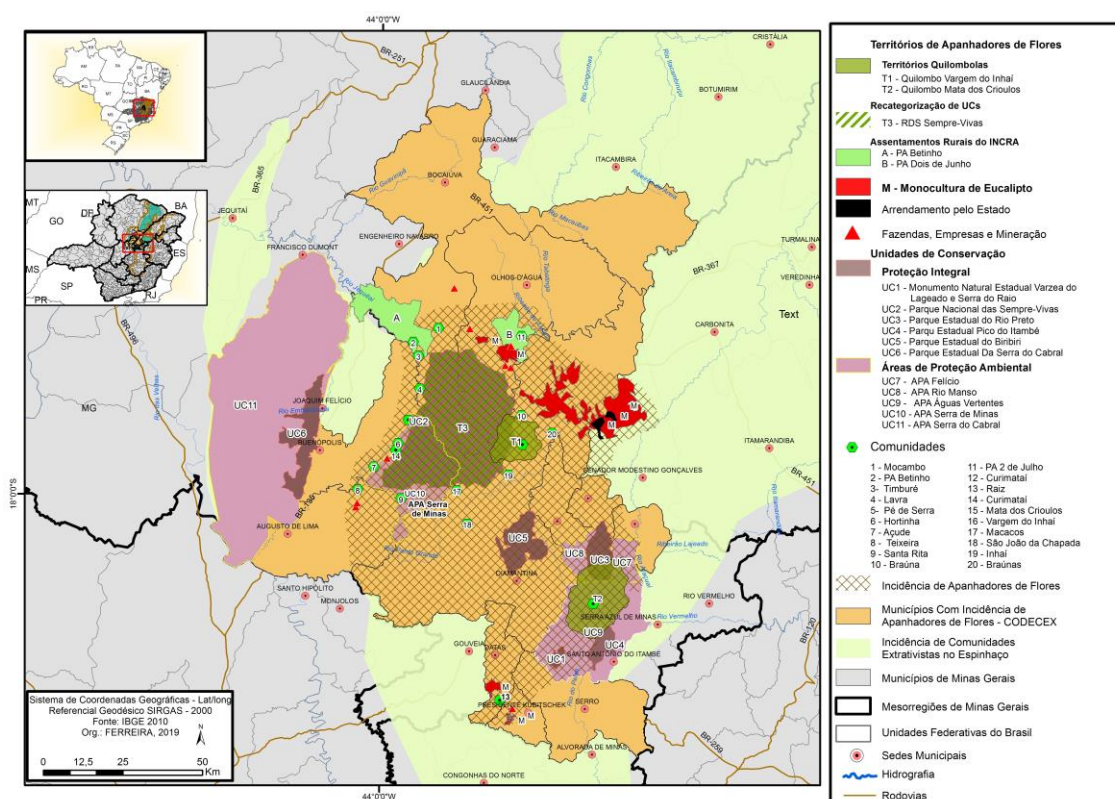


Figura 36: Contexto da área de incidência da CODECEX. Fonte: Dayrell, 2019.

<sup>11</sup> As categorias “serra” e “sertão” foram estudadas por Monteiro (2011).

O objetivo da elaboração do plano de ação das apanhadoras de flores é garantir à comunidade o direito ao acesso, uso e gestão de seus territórios. As informações que compõem este plano de ação foram levantadas a partir das propostas para a conservação dinâmica do Sistema Agrícola Tradicional na Serra do Espinhaço Meridional (MG), atualizadas em reunião semipresencial com o Conselho da Codecex no mês de fevereiro de 2021 e confirmadas em uma reunião virtual no mês de abril de 2021, durante a execução do Projeto Re-Existir.

As comunidades demandam a recategorização do PARNA SEMPRE VIVAS para a RDS SEMPRE-VIVAS com uma área de cento e vinte e quatro mil hectares (124.000 ha). Além disso, já foram realizados laudos antropológicos que reconheceram os quilombos de Vargem do Inhaí com 17.150, 19 ha e Mata dos Crioulos com 35.058, 82 ha, que demandam uma área total de cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e um hectares (52.381ha.), sendo que 6.881 ha estão sobrepostos às áreas dos PARNA Sempre-Vivas e 4.435 ha estão sobrepostos à área do Parque Estadual Rio Preto. E outros 30 mil ha estão sobrepostos às APAs Águas Vertentes, Felício e Rio Manso (DAYRELL, 2019).

No caso do Quilombo de Vargem do Inhaí, a proibição pelos fiscais do ICMBio de uso tradicional na área do território que se encontra sobreposta ao Parque Nacional Sempre-Vivas, vem levando a juventude da comunidade ao distanciamento das práticas de uso e manejo dessa porção do território. Porém, no caso do Quilombo de Mata dos Crioulos, mesmo com toda a perseguição dos fiscais do Parque Estadual do Rio Preto, a comunidade insiste em manter as práticas de coleta e, eventualmente, de solta dos animais na área que reconhecem como da comunidade.

Além dessas áreas encontram-se em disputa as terras do Quilombo de Raiz, em Presidente Kubitschek, sendo que INCRA via SEAPA iniciou os procedimentos para elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial). A comunidade insiste em manter algumas das práticas de coleta nos campos que fazem parte do território, fazendo o enfrentamento de fazendeiros e empresas que vêm destruindo as áreas de coleta com o plantio da monocultura de eucalipto ou com a formação de pastagens. E é dessa coleta que a comunidade sobrevive, tendo se tornado uma referência regional na produção de artesanato de capim dourado.

Segundo o Dossiê que compõe o Plano de Ação para Conservação Dinâmica do Sistema Agrícola Tradicional na Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais Brasil (CODECEX, 2019) e informações confirmadas na reunião do projeto Re-Existir, as comunidades encontram-se tensionadas pelo avanço do agronegócio com seus sistemas de monocultivos e variedades geneticamente modificadas (transgênicos), empreendimentos minerários, acesso ilegal aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, privatização das águas e pelas compensações ambientais (como as unidades de conservação de proteção integral sobrepostas às terras de uso comum). Além disso, outros aspectos desafiam o sistema como as mudanças climáticas; a falta de sistematização dos conhecimentos sobre as práticas tradicionais de manejo que subsidiem seu aprimoramento e seu reconhecimento social; além da invisibilização das comunidades que limitam o acesso a políticas públicas (CODECEX, 2019).

A criação da Codecex, no ano de 2010, possibilitou estabelecer parcerias com o CAA-NM. A ação colaborativa entre a Codecex e o CAA-NM têm suprido, parcialmente, as deficiências no acesso das comunidades locais aos serviços públicos de assessoria técnica. Este plano propõe a ampliação destas ações para atuar em prol da conservação dinâmica do sistema agrícola tradicional, com a perspectiva de contribuir com a conservação ambiental de importantes remanescentes de cerrados, campos rupestres em transição com áreas de Mata Atlântica, garantir a segurança alimentar e adaptação às mudanças do clima das famílias e comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas. (CODECEX, 2019)

Atualmente, a realidade enfrentada pelas comunidades demanda o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e transporte, bem como de infraestrutura de abastecimento de água, energia elétrica e comunicação, cuja ausência compromete o bem-estar das famílias e as atividades produtivas. Com exceção do Quilombo de Raiz, que tem o núcleo de moradias próximo à uma rodovia pavimentada, as demais comunidades estão situadas em áreas mais distantes com acessos não pavimentados, sem manutenção frequente. Recortadas por muitos rios, as comunidades de Macacos, Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos, Pé de Serra e Lavra enfrentam o problema da falta de pontes e manutenção precária das existentes. Para agravar a situação, a gerência do Parque Nacional Sempre Vivas fechou a estrada real que liga as comunidades Macacos a Curimataí, conhecida como “Estrada Serra-Sertão”, aumentando o tempo de deslocamento de uma para cinco horas entre as comunidades.

Apesar da distância média dos centros urbanos ser de 60 km, nenhuma das comunidades conta com transporte público e não há serviços de ambulâncias para atender as



emergências de saúde. A maior parte das comunidades não conta com escolas, fato que obriga os estudantes a se deslocarem até outras localidades próximas ou para a sede dos municípios (sobretudo a partir do 5º. ano). Isso é feito por meio do transporte escolar oferecido pelas prefeituras. As comunidades destacam ainda a necessidade de escolas contextualizadas à realidade dos/as apanhadores/as de flores sempre-vivas e à cultura quilombola.

A maior parte das comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas está situada em localidades ricas na oferta de água. Todavia, ocorre a falta de encanamentos que levem a água até as instalações para processamento da produção. No caso de Pé de Serra e Lavra, comunidades situadas na região mais seca ou “Sertão”, os efeitos da escassez de água, gerado pelas mudanças climáticas, já são perceptíveis. Isso tem despertado o interesse das comunidades para a instalação de equipamentos de captação de água da chuva, para atender tanto o consumo humano como o animal.

Em relação à energia elétrica, cinco comunidades contam com o serviço, ainda que sujeito a deficiências no funcionamento. A exceção é Mata dos Crioulos, comunidade quilombola com 150 famílias que ainda não conta com energia elétrica. A comunidade está cadastrada no programa de eletrificação rural da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, mas as obras estão atrasadas. Nessa comunidade, as limitações no uso de equipamentos elétricos se estendem à produção, impossibilitando a adoção de melhorias nas rotinas de beneficiamento, processamento e armazenamento dos produtos.

O acesso à comunicação é ainda mais restrito. O sinal de telefonia móvel é inexistente em praticamente todo o território de abrangência das comunidades. Em relação à Internet, as prefeituras de Diamantina e Presidente Kubitschek aderiram ao programa federal “Internet para Todos” lançado no início de 2018, que promete beneficiar comunidades rurais. O cadastro das comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas é uma oportunidade para melhorar as condições de comunicação, sobretudo nas comunidades que já contam com serviços de energia. As deficiências em infraestrutura se estendem para os equipamentos de lazer. Apenas a comunidade de Pé de Serra e Raiz contam com um campo de futebol e uma quadra de esportes. A falta de espaços comunitários para a prática de esportes é uma questão levantada por todos os segmentos das comunidades, sobretudo os jovens.

O fato de a Codecex ocupar assentos na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT) e no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) abre a oportunidade para que os apanhadores de flores e comunidades quilombolas

atraiam a atenção para os seus municípios, facilitando o acesso das prefeituras aos recursos públicos da escala federal e estadual, destinados às comunidades tradicionais. No nível dos municípios, há espaço para melhorar a representação de apanhadores de flores sempre-vivas em conselhos que tratam das políticas municipais nessas áreas. Nesse sentido, para dar resposta a esses desafios, neste eixo de ação constam as seguintes ações:

## **PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL – APANHADORES DE FLORES SEMPRE-VIVAS**

### **EIXO 1) CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

#### **Acesso e gestão dos territórios**

Reconhecer e promover a regularização fundiária de territórios das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas;

Realizar estudo antropológico no Quilombo Raiz (Presidente Kubitschek/MG) para subsidiar a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID);

Celebrar termo de compromisso entre a comunidade afetada pela criação do Parque Estadual do Rio Preto e o Instituto Estadual de Florestas - IEF, nos termos da Instrução Normativa elaborada pela CEPCT e IEF, até que seja efetuada a recategorização da UC ou desafetação da área sobreposta ao território quilombola Mata dos Crioulos;

Celebrar termos de compromisso entre as comunidades afetadas pela criação do parque Nacional das Sempre-Vivas e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, nos termos da Recomendação No. 15/2017 do MPF/Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, até que seja efetuada a recategorização da UC ou desafetação de áreas sobrepostas a territórios quilombolas;

Realizar a sinalização dos territórios tradicionais dos/as apanhadores/as de flores sempre-vivas;

Construir Protocolos Comunitários Bioculturais e de Consulta para a garantia do direito de acesso e uso da biodiversidade;

Realizar pesquisas e levantamentos de flora e fauna e monitoramento participativo de fauna da região;

Promover boas práticas de gestão comunitária da água como bem comum;

Promover o patrimônio cultural das comunidades tradicionais de apanhadores de flores sempre-vivas.

### **Acesso a serviços públicos e infraestruturas sociais**

- Buscar apoio para superar as deficiências de acesso das comunidades locais a políticas e serviços públicos essenciais para a sua reprodução social, econômica e cultural;
- Promover e ampliar o acesso aos serviços públicos na área da saúde;
- Ampliar o acesso aos serviços públicos na área de educação;
- Realizar melhorias na infraestrutura de abastecimento de água e saneamento;
- Ampliar o acesso aos serviços na área de energia e comunicação;
- Realizar melhorias nas vias de acesso e nos serviços de transporte;
- Ampliar o acesso às políticas de ação social;
- Ampliar o acesso aos serviços de cultura e lazer.

## **EIXO 2) FORTALECIMENTO DO AGROEXTRATIVISMO E DE SUAS ECONOMIAS**

### **Segurança Alimentar e Agrobiodiversidade**

- Promover a Agroecologia e agroextrativismo sustentável;
- Valorizar e promover o uso e conservação de sementes de variedades locais e de raças locais;
- Aperfeiçoar as práticas de manejo das espécies de flores-sempre vivas;
- Promover boas práticas de manejo do fogo;
- Promover quintais produtivos e a cultura alimentar tradicional;
- Aperfeiçoar e promover práticas tradicionais de uso de plantas medicinais;

### **Sistemas de conhecimentos locais**

- Realizar pesquisas sobre dinâmica populacional de espécies de flores sempre-vivas, incluindo o manejo do fogo;
- Realizar pesquisas em ecologia do fogo no manejo da pastagem e roças de toco;
- Realizar pesquisas sobre uso e conservação de recursos genéticos vegetais e animais;
- Realizar pesquisas sobre os valores ecossistêmicos, socioculturais e econômicos do sistema agrícola tradicional;
- Realizar pesquisas sobre dinâmicas territoriais e a dimensão cultural do sistema agrícola tradicional dos/as apanhadores/as de flores sempre-vivas.

### **Cadeias de valor e geração de renda**

- Promover a inclusão econômica dos/as apanhadores/as de flores sempre-vivas;
- Desenvolver a cadeia de valor das flores sempre-vivas;

- Organizar a cadeia de valor do artesanato;
- Melhorar as condições de beneficiamento, processamento e conservação de alimentos;
- Ampliar o acesso aos programas de compras governamentais;
- Promover o turismo de base comunitária.

### **EIXO 3) ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Fortalecer a representação dos/as apanhadores/as de flores sempre-vivas nos espaços de consulta com a sociedade civil;
- Adequar o marco legal dos municípios para o reconhecimento do sistema agrícola tradicional dos/as apanhadores/as de flores sempre-vivas;
- Realizar ações de incidência perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a regularização fundiária e a titulação dos Quilombos Mata dos Crioulos e Vargem do Inhaí, situados no município de Diamantina;
- Realizar estudos para o reconhecimento do sistema agrícola de apanhadores de flores sempre-vivas como patrimônio imaterial do estado de Minas Gerais;
- Abrir processo na CEPCT para a obtenção das certidões de autodefinição como apanhadores de flores sempre-vivas das seis comunidades de abrangência deste plano.

#### **5.8 ECONOMIAS NATIVAS E EMPREENDIMENTOS ECOSSOCIAIS**

O Norte de Minas é uma das mesorregiões em que a mão de obra ocupada na agricultura familiar representa 80% do total das ocupações. Apesar disso, ocupa apenas 30% das terras e envolve 85% dos estabelecimentos agropecuários. Além disso, a agricultura familiar é a principal responsável pela pauta produtiva alimentar (DANGELIS FILHO, 2005; OLIVEIRA, 2012). Além disso, esta produção, em grande maioria, é oriunda de sistemas produtivos diversificados, associados a matrizes culturais e étnicas de uma produção não dissociada da natureza; que conta com uma história que antecede a ocupação colonial branca com interações com diversos grupamentos indígenas que por aqui já habitaram. Analisando a história das dinâmicas econômicas da região, Carrara (2007), aponta que a agricultura tradicional oriunda das unidades de produção não escravistas era a principal responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios nos núcleos de mineração e, em seguida, aos diversos núcleos urbanos que foram se constituindo entre Minas Gerais e Bahia. Este papel de

abastecimento com produtos oriundos do sertão era tão significativo que, quando projetada a estrada de ferro que ligaria Minas Gerais à Bahia, no final do Século XIX, um dos seus objetivos era abastecer com gêneros os núcleos urbanos do centro sul de Minas Gerais (LESSA, 1993).

No entanto, até os dias de hoje, esta é uma realidade apagada da história na agricultura regional e que não considera a importância econômica daqueles que viriam a ser o que hoje se denomina como agricultura familiar. Ao analisarmos o contexto das agriculturas dos grupos que se afirmam como tradicionais no Norte de Minas, vemos que os circuitos econômicos destes povos operam, na maioria das vezes, na invisibilidade. (D'ANGELIS FILHO, 2009; LUZ OLIVEIRA, 2008; LUZ OLIVEIRA, 2011; SOUZA, 2013).

Analisando a lógica que opera as economias nativas vemos que elas podem contribuir com o desenvolvimento local associado com a conservação ambiental. Além disso, os empreendimentos agroextrativistas contribuem com a manutenção dos cerrados, caatingas e matas secas que predominam na região. Os relatos apontados nas diversas atividades promovidas pelo projeto Re-Existir nos indicam que a gestão dos territórios pode contribuir com a conservação dos recursos naturais, se estiverem vinculados à processos dinâmicos e capazes de interagir com as economias nas quais esses recursos e encontram-se inseridos. Mas, os desafios são grandes, principalmente frente ao atual contexto de fragilidade política que vem desmontando os canais de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Além da desvalorização da contribuição das populações tradicionais para agricultura e o não reconhecimento dos territórios onde vivem.

Como resultado das atividades de formação e de construção de propostas para o **Plano de Ação Socioambiental no âmbito da Articulação Rosalino**, além das diversas atividades de formação e acompanhamento sociotécnico envolvendo pequenos grupos, promoveu-se em junho de 2021 uma oficina virtual com lideranças e técnicos envolvidos com os empreendimentos. Foi um momento de troca de experiências e socialização dos desafios que cercam os empreendimentos, principalmente no contexto atual.

Para abordar as condições sociais e econômicas das regiões de abrangência do plano é necessário ter em conta que a pobreza é um fenômeno característico do acúmulo de privação em diversas dimensões, que se reforçam mutuamente. No entanto, na perspectiva da insuficiência de renda, o Norte de Minas alia-se à Serra do Espinhaço e ambas se destacam com o maior percentual de população com menores rendimentos.

Por outro lado, estudos apontam a existência de dinâmicas produtivas e territoriais inseridas em redes de negócios rurais identificadas nos sertões de Minas Gerais, que têm se revelado como importantes vetores de dinamização econômica e de inclusão produtiva e que envolvem uma fatia significativa da população ocupada na agricultura familiar regional, mas que se encontram sob risco, frente ao descompromisso do Estado em reconhecer o seu papel no tratamento das desigualdades regionais e intra-regionais.

O objetivo deste levantamento de informações e desta construção de propostas de ações para os projetos ecossociais, na forma de um plano, é fortalecer as iniciativas econômicas dos territórios, principalmente, as que incorporam jovens e mulheres como protagonistas. Os participantes da oficina informaram que o projeto de desenvolvimento colocado para a região está orientado para o lucro das grandes empresas e para a exploração indiscriminada dos recursos naturais, o que contribui diretamente para a perpetuação da pobreza, por bloquear ou dificultar o acesso da população às condições que poderiam permitir sua superação.

*Quais são as ameaças dentro dos territórios? Precisamos ficar atentos. Quais empreendimentos nos ameaçam?*

*“É preciso desvincular a lógica perversa do mercado, dos atravessadores, o alimento está caro, mas quem produz continua ganhando a mesma coisa”*

Verifica-se assim a permanência de problemas estruturais não enfrentados pelo Estado e que andam na contramão do desenvolvimento das economias locais, como a questão fundiária e a não diferenciação de tratamento entre grandes e pequenos empreendimentos, entre economia capitalista e à economia não capitalista.

É muito limitado o reconhecimento pelos poderes públicos das dinâmicas produtivas e territoriais das agriculturas que movimentam as economias locais e, entre estas, as centenas de iniciativas econômicas baseadas no manejo dos ecossistemas regionais e que tem no agroextrativismo uma de suas expressões.

*“É importante envolver o conhecimento das lideranças locais para o fortalecimento das cadeias produtivas dos povos tradicionais”*

O Norte de Minas e a Serra do Espinhaço constituem um divisor geográfico de importantes bacias hidrográficas nacionais, com destacado endemismo da biodiversidade e ocupação antiga por populações indígenas, com posterior chegada de imigrantes portugueses

e africanos no período colonial. As comunidades rurais que ocupam os diversos extratos geográficos desta extensa região são resultado do encontro dessas agriculturas, e os seus sistemas agrícolas são frutos desta coadaptação, desenvolvida ao longo do tempo. A Articulação Rosalino incorpora de forma ativa uma ampla diversidade sociocultural nesta região onde incide suas atividades. As lideranças dos empreendimentos apontaram diversas possibilidades em andamento e que precisam de algum suporte:

*“O objetivo é casar o manejo sustentável do cerrado com o fortalecimento da economia”.*

*“A cadeia do pequi está sendo articulada, principalmente na região dos Xakriabá”.*

*“O desafio é organizar a cadeia do juá de boi, está em processo, a intenção é desenvolver a cadeia junto com os produtores, pensar o manejo tradicional em conjunto com as famílias”.*

*“Organizar a cadeia produtiva da favela tem sido um desafio, manejo, rastreamento do produto, preço justo pra quem produz e compra”*

*“Estamos experimentando produzir rapadura, cachaça, açúcar mascavo”*

*“Alguns empreendimentos estão parados, isso é uma frustração”*

*“Nem sempre onde as agroindústrias são instaladas tem matéria prima suficiente para comercialização, por outro lado outros locais que têm muita matéria prima não têm condições sanitárias necessárias e infraestrutura para a venda dos produtos”*

As estratégias tradicionais de acesso ao mercado pelos agricultores familiares ficaram muito prejudicadas durante a pandemia. O que foi agravado pelo desmonte de políticas e programas públicos voltados para a comercialização de produtos da agricultura familiar. A redução de políticas de mercado institucionais torna mais difícil escoar a produção dos núcleos já organizados, uma vez que os mercados de varejo não absorvem a produção em escala da mesma forma que as compras institucionais possibilitam. O que coloca a necessidade de diversificar os canais de comercialização inclusivos, diminuindo a dependência dos mercados institucionais.

*“A comercialização é um desafio muito grande, as feiras eram a principal forma, mas a pandemia prejudicou muito, inclusive as compras públicas”*

*“Iniciaram a entrega de produtos da agricultura familiar em Montes Claros, mas os clientes são poucos”*

Avaliou-se a necessidade de se avançar em novas estratégias de captação de recursos e de busca de novas parcerias que possam contribuir com o desenvolvimento institucional de organizações que praticam a economia solidária com os povos e comunidades tradicionais,

*“Outro desafio é o desenvolvimento de produtos, melhorar a qualidade, é muito caro”.*

A Cooperativa Grande Sertão aponta para a *“abertura permanente do Empório do Sertão e a otimização e qualificação dos processos de beneficiamento como ações necessárias perante os problemas dados pelo contexto”.*

No Assentamento Estrela do Norte, apontam que a *“extração de leite de macaúba é totalmente artesanal, o processamento é difícil”* e, também, que a *“há extração da polpa e produção de geleias de umbu. As famílias aproveitam a safra, mas o escoamento é difícil”.*

Outros desafios estão diretamente relacionados com a gestão territorial que envolvem os Sete Povos que fazem parte da Articulação Rosalino e os assentamentos do MST: o acesso à terra, ao território e aos recursos naturais; a produção agroecológica; a promoção de cadeias de valor e mercados inclusivos; e o fortalecimento da sociedade civil ocupam um lugar de destaque.

*“É importante pensar na gestão territorial dos sete povos, as diferenças entre as populações, mas também quais características as unem”.*

*“Como cuidar da água, terra, vida?”*

*“A luta dos indígenas, das populações tradicionais nos ensina a continuar resistindo e o cuidado com o território”*

*“Valorização do conhecimento tradicional, dos saberes dos povos”*

Foram apontados outros desafios como os enfrentados pelos jovens *“o envelhecimento dos assentamentos é muito rápido, 80% dos jovens saem dos assentamentos”.* E, também, os equívocos sobre o entendimento da coletividade e individualidade: *“infelizmente muitas pessoas da base não têm cultura de trabalho coletivo, e as vezes os projetos são feitos dessa forma, então a produção fica parada”.*

Por outro lado, avaliou-se os resultados das iniciativas em curso que reúnem os empreendimentos. Viu-se que a organização em Núcleos de Produção proporcionou o aumento do número de cooperados e envolveu especialmente jovens e mulheres,



possibilitando o fortalecimento institucional dos empreendimentos na base. Dessa forma, propõe-se as seguintes ações para o fortalecimento dos empreendimentos ecossociais.

## **PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL: FORTALECIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECOSSOCIAIS**

### **EIXO 1: CUIDANDO DO TERRITÓRIO**

Promover a gestão sustentável da água nos territórios tradicionais, assentamentos rurais e unidades produtivas familiares;

Trabalhar a dimensão da arte e da cultura no âmbito do trabalho com direitos de Povos e Comunidades Tradicionais;

Reforçar a dimensão cultural como motivadora de processos de reconhecimento social mais amplos e motivadora da governança dos territórios “na prática” (frente às dificuldades de reconhecimento formal);

Garantir a sistematização de práticas e protocolos comunitários, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento do valor histórico, social e cultural das comunidades tradicionais, geralmente desconhecidas ou negadas pelos governos e suas políticas públicas;

Construir o Centro de Cultura Camponesa.

### **EIXO 2: ECONOMIA E AGROECOLOGIA**

Potencializar novas frentes de mercado (feiras e mercados municipais, Empório do Sertão, Central dos Cerrados, entre outras);

Abertura permanente do Empório do Sertão como espaço de comercialização e de visibilização dos modos de vida dos povos tradicionais (culinária nativa e a (agro)biodiversidade associada);

Buscar apoio para a construção de uma central de abastecimento da agricultura familiar/comunidades tradicionais;

Apoiar o fortalecimento das feiras locais e regionais;

Garantir assessoria técnica e ações de capacitação com empreendimentos;

Organizar e capacitar os Núcleos de Produção, tendo em vista a redução dos custos dos processos de beneficiamento;

Trabalhar a sustentabilidade da comercialização dos produtos;

Buscar mercados para amenizar dificuldades de comercialização dos produtos;

Capacitar agricultores, juventude e mulheres nas atividades econômicas e na gestão dos empreendimentos;

Realizar cursos de artes gráficas para elaboração de rótulos dos produtos para facilitar a comercialização;

Capacitar e formar para manter os jovens nas regiões;

Apoiar o escoamento dos produtos;

Aprimorar o processamento e comercialização os produtos;

Elaborar planos de negócio de novas tendências de mercado e de investidores para captação de recursos na lógica dos investimentos de impacto social e das finanças do bem;

Realizar levantamento e organização de informações sobre produtos agroecológicos, tipos e quantidades;

Realizar estudos sobre o girassol, gergelim, macaúba;

Realizar estudos sobre a precificação dos produtos para busca de um preço justo e compreensão do agricultor;

Realizar estudo do custo de produção da favela para chegar a um preço justo;

Realizar mapeamento de produção, melhorar a qualidade e apresentação dos produtos para facilitar a comercialização;

Melhorar a qualidade dos produtos;

### **EIXO 3: ARTICULAÇÃO E INCIDÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Priorizar o envolvimento da Cooperativa Grande Sertão e das comunidades tradicionais em ações conjuntas em outros mercados estratégicos, que possibilitem criar independência em relação a um “mercado único” e ampliem o diálogo com a sociedade;

Realizar oficinas e seminários de debate interno e externo para a compreensão na busca de novos apoios às organizações (nacionais e internacionais) que atuam com a economia popular solidária e mercados eficientes e inclusivos;

Fortalecer articulações em torno das redes sociotécnicas e com parceiros das Universidades;

Desenvolver novos produtos por meio de pesquisas participativas e acionamento da rede sociotécnica;

Realizar intercâmbios de iniciativas econômicas e culturais do campo e da cidade, estabelecendo canais de diálogo entre produtores/as e consumidores/as;

Participar em espaços de comercialização estaduais e nacionais;

Realizar acompanhamento aos processos de produção;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, U.P.; LUCENA, R.F.P.; ALENCAR, N. L. Métodos e técnicas para a coleta de dados etnobiológicos. In: **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. NUPEEA, Recife, Brazil, 2010, p.39-64.

ALMEIDA, C. S. **Território da Água, Território da Vida: Comunidades Tradicionais e a Monocultura do Eucalipto no Alto Jequitinhonha**. 2018. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina-MG, 2018.

ANASTACIA, C. M. J. **A Sedição de 1736: Estudo Comparativo entre a Zona Dinâmica da Mineração e a Zona Marginal do Sertão Agro-Pastoril do São Francisco**. 1983. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

ANAYA, F.; BARBOSA, R. S.; SAMPAIO, C. Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira. **Unimontes Científica Revista** - Universidade Estadual de Montes Claros, v.8, n.1, p. 35-41, 2006.

ANAYA, F. C. **De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ANAYA, F. C. Vazanteiros em Movimento: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 4041-4050, 2014.

ANAYA, F. C.; ESPÍRITO-SANTO, M. Protected areas and territorial exclusion of traditional communities: analyzing the social impacts of environmental compensation strategies in Brazil. **Ecology and Society**, v. 23, 2018.

ANDRIOLLI, C. S. **Sob as vestes de Sertão Veredas, os Gerais: “Mexer com criação”** no Sertão do IBAMA. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ARAÚJO, E. C. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros de Pau de Léguas.** 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

BEIRÃO, M. V.; NEVES, F. S.; PENZ, C. M.; DEVRIES, P. J.; FERNANDES, G. W. High butterfly beta diversity between Brazilian cerrado and cerrado–caatinga transition zones. **Journal of Insect Conservation**, v. 21, n. 5, 2017, p. 849-860.

BERTRAN, P. **Breve história do Noroeste Mineiro e do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.** FUNATURA/IBAMA: Brasília, 1999.

BETHONICO, M. B. M.; CUNHA, S. B. Gestão Sustentável de Unidades de Conservação: o caso da APA Estadual do rio Pandeiros, Minas Gerais. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 104-127, 2009.

BETHONICO, M. B. M. **Área de Proteção Ambiental Estadual do rio Pandeiros - MG: espaço, território e atores.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2009.

BRITO, I. C. B. Monocultura do eucalipto e expropriação das populações tradicionais no norte de Minas Gerais. *In*: FEITOSA, A. M.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS JUNIOR, J. **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil.** Goiânia: Ed da UCG, 2006. p.221-253.

BRASIL. 2012. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Sumário executivo do plano de ação nacional para conservação das sempre-vivas.** Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-pan/pan-sempre-vivas/1-ciclo/pan-sempre-vivas-sumario.pdf>

BRUGNERA, A. C. **Rumo às Comunidades Criativas: articulações entre natureza e cultura na gestão sustentável das paisagens culturais do Peruaçu, Brasil.** 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

BUCHMANN, F.S.; CARMO, F.F.; CARMO, F.F.; JACOBI, C.M.; FERREIRA, V.M.S.; FRANK, H.T. Paleotocas desenvolvidas em rochas ferríferas: importante registro da megafauna no norte de Minas Gerais. *In*: CARMO, F.F.; KAMINO, L.H.Y. Geossistemas ferruginosos do Brasil: áreas prioritárias para conservação da diversidade geológica e biológica, patrimônio cultural e serviços ambientais. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015, p. 149-167.

BUCHMANN, F.S.; FRANK, H.T.; FERREIRA, V.M.S.; CRUZ, E.A. Evidência de vida gregária em paleotocas atribuídas a mylodontidae (preguiças-gigantes). **Rev. bras. paleontol.** v.19, n.2, 2016, p. 259-270.

CAMENIETZKI, C. P. A. **Unidades de conservação e soberania alimentar: uma análise da comunidade vazanteira Ilha de Pau de Léguas, no entorno Parque Estadual da Mata Seca,**

Norte de Minas Gerais. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

CARMO, F.F.; CARMO, F.F.; SALGADO, A.A.R.; JACOBI, C.M. Novo sítio espeleológico em sistemas ferruginosos, no vale do rio Peixe Bravo, norte de Minas Gerais, Brasil. **Espeleo-Tema**. v.22, n.1, 2011, p.25-39.

CARMO, F.F.; CARMO, F.F.; TOBIASs, R.; KAMINO, L.H.Y. Contribuição para atualização do mapa de potencialidade de ocorrência de cavernas: estudo de caso do vale do rio Peixe Bravo, Minas Gerais, Brasil. In: 35º Congresso Brasileiro de Espeleologia, Bonito/MS, (**Anais...**), Sociedade Brasileira de Espeleologia, 2019, p. 19-22.

CARMO, F.F.; CARMO, F.F.; BUCHMANN, F.S.C.; FRANK, H.T.; JACOBI, C.M. Primeiros registros de paleotocas desenvolvidas em formações ferríferas, Minas Gerais, Brasil. In: Congresso Brasileiro de Espeleologia, Ponta Grossa, (**Anais...**), 2011, p.531-540.

CARVALHO, I. S. M. **Campesinato e Biodiversidade no Cerrado: um Estudo Sobre o Assentamento Americana (Grão Mogol-Mg) à Luz da Agroecologia**. 2013. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2013.

CECAV - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. **Base de Dados Geoespacializados das Cavernas do Brasil**. Atualização de dezembro de 2020. Brasília, CECAV, 2020. Disponíveis em: <http://www.icmbio.gov.br/cecav/canie.html>, acesso em 10/03/2021.

CECAV - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. **Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação do Patrimônio Espeleológico Brasileiro – Primeira Aproximação**. Brasília, CECAV, 2018.

CECAV - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. **Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas no Brasil, na escala 1:2.500.000**. Brasília, CECAV, 2012. Disponível em: [www.icmbio.gov.br/cecav](http://www.icmbio.gov.br/cecav).

CHAZDON, R. L. **Second Growth: The Promise of Tropical Forest Regeneration in an Age of Deforestation**. Univ. Chicago Press, 2014.

CHILES, J.M. **Dicomer, dibeber, ou coisa de velho? A agrobiodiversidade e a cultura alimentar geraizeira na comunidade de Pau D'arco**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2018.

CODECEX. **Plano de Ação para Conservação Dinâmica do Sistema Agrícola Tradicional na Serra do Espinhaço Meridional, Minas Gerais**. Diamantina, Minas Gerais-Brasil, 2019.

COPAM. CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL/MINAS GERAIS). **Lista das Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora do Estado de Minas Gerais**.2009. Deliberação 85/97.

CORREIA, C. S. **Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

COSTA FILHO, A. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COSTA, J. B. A. **Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão**: A População Tradicional do Assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais. (Parecer). Brasília: Funatura, 2005.

COSTA, J. B. A. Tempo reversivo e espaço transfigurado: etnocídio nas veredas do sertão. CAMPO-TERRITÓRIO: **Revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, 2011, p. 161-193.

COSTA, J. B. A. Conflitos ambientais no sertão roseano: A atualização do carrancismo contra verezeiros e quilombolas em Minas Gerais. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 3, 2020, p. 208-303.

COSTA, J. B. A. **Norte de Minas**: cultura catrumana, suas gentes, razão liminar. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2021.

COSTA, J. B. A. Sertão e a revelia do mundo: expropriação, enlouquecimento, migração forçada e concentração de terra durante a modernização conservadora no Brasil. **Revista de Desenvolvimento Social**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2021, p. 245–268.

D'ANGELIS FILHO, J. S. **Políticas locais para o des-envolvimento local no norte de Minas**: uma análise das articulações local e supra local. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) - CEPAL, Temuco: Chile. 2005.

DAYRELL, C. A.; D'ANGELIS FILHO, J. S.; COSTA FILHO A.; RIBEIRO, L. R. Diagnóstico de estratégias agroalimentares das comunidades quilombolas do Gurutuba. Programa Biodiversidade Brasil-Itália [relatório de pesquisa]. São Paulo: 2006.

DAYRELL, C. A.; COSTA, J. B. A; FERREIRA, A. C.; LUZ, A. M. Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas. **Revista de Desenvolvimento Social**, v. 1 n. 1, 2008, p. 63-78.

DAYRELL, C. A.; BARBOSA, R. S.; COSTA, J. B. A. Dinâmicas produtivas e territoriais no Norte de Minas: o lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas. CAMPO-TERRITÓRIO: **Revista de geografia agrária**, v. 12, n. 27, 2017, p. 128-151.

DAYRELL, C. A. **De nativos e de caboclos**: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

DORNELAS, A. A. F.; PAULA, D. C. ; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; AZOFEIFA, G. A. S.; LEITE, L. O. Avifauna do Parque Estadual da Mata Seca, norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ornitologia** (Online), v. 20, 2012, p. 378-391.

DRUMMOND, G.M.; MARTINS, C.S.; MACHADO, A.B.M.; SAIBO, F.A.; ANTONINI, I. **Biodiversidade em Minas Gerais**: um Atlas para sua Conservação. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte, 2005.

DRUMMOND, G.M.; MARTINS, C.S.; GRECO, M.B.; VIEIRA, F. **Biota Minas**: diagnóstico do conhecimento sobre a biodiversidade no Estado de Minas Gerais, subsídio ao Programa Biota Minas. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte, 2009.

DUPIN, M. G.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; LEITE, M. E.; SILVA, J. O.; ROCHA, A. M.; BARBOSA, R. S.; ANAYA, F. C. Land use policies and deforestation in Brazilian tropical dry forests between 2000 and 2015. *Environmental Research Letters*, v.13, n.3, 2018.

DUQUE-BRASIL, R.; SOLDATI, G. T.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; REZENDE, M. Q.; D'ÂNGELO-NETO, S.; COELHO, F. M. Composição, uso e conservação de espécies arbóreas em quintais de agricultores familiares na região da mata seca norte-mineira, Brasil. *Sítientibus série Ciências Biológicas*, v. 11, n.2, 2011, p. 287-97.

FAGUNDES, N. C. A.; FERREIRA, E. J. Veredas (*Mauritia Flexuosa* palm swamps) in the southeast Brazilian savanna: Floristic and structural peculiarities and conservation status. *Neotropical Biology and Conservation*, v. 11, n. 3, 2016, p.178-183.

FAGUNDES, N. C. A.; OLIVEIRA, G. L.; SOUZA, B. G. D. Etnobotânica de plantas medicinais utilizadas no distrito de Vista Alegre, Claro dos Poções–Minas Gerais. *Revista Fitos*, v.11, n.1., 2017, p. 62-80.

FALCÃO, L. A. D.; LEITE, L. O.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; GARRO, R. N. S. L.; AVILA-CABADILLA, L. D.; STONER, K. Spatiotemporal variation in phyllostomid bat assemblages over a successional gradient in a tropical dry forest in southeastern Brazil. *Journal of Tropical Ecology*, v. 30, 2014, p. 123-132.

FALCÃO, L. A. D.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; FERNANDES, G. W.; PAGLIA, A. Effects of Habitat Structure, Plant Cover, and Successional Stage on the Bat Assemblage of a Tropical Dry Forest at Different Spatial Scales. *Diversity*, v. 10, 2018, p. 41.

FERREIRA, G. B.; OLIVEIRA, M. J. R.; JUNIOR, E. A. M.; DE ARAÚJO SILVA, J.; RODRIGUES, F. H. G. Mamíferos de médio e grande porte do Parque Estadual Veredas do Peruaçu: riqueza, composição e estratégias de conservação. *MG-Biota*, v.4, 2011, p. 6-19.

FERREIRA, G. B. **Camera trapping Cerrado mammals**: assessing protected area effectiveness, influence of anthropogenic pressure and the occupancy-abundance relationship. Tese (Doutorado) - University College London, 2019.

FERREIRA, G. B.; COLLEN, B.; NEWBOLD, T.; OLIVEIRA, M. J. R.; PINHEIRO, M. S.; DE PINHO, F. F.; CARBONE, C. Strict protected areas are essential for the conservation of larger and threatened mammals in a priority region of the Brazilian Cerrado. *Biological Conservation*, v. 251, 2020.

FIGUEIREDO, L. V. R. **Percepção ambiental em uma unidade de conservação de proteção integral**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

FIOCRUZ. **Relatório da Oficina de Trabalho para o Mapeamento e Análise de Cadeias de Valor de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, Montes Claros/MG**. Fundação Oswaldo Cruz, 2021, Rio de Janeiro.

FISHER, J.; RIECHERS, M.; LOOS, J.; MARTIN-LOPEZ, B.; TEMPERTON, V. M. Making the UN Decade on Ecosystem Restoration a social-ecological endeavour. *Trends in Ecology & Evolution*. v. 36, n. 1, 2020, p. 20– 28.

FREIRE, N.; SILVA, J.B.; MOURA, D.C. **Mapeamento e análise espectro-temporal das unidades de conservação de proteção integral da administração federal no bioma caatinga**: Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Relatório Parcial. Recife, 2015.

FUNATURA. Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista. Brasília: Funatura, 2008.

FUNATURA. Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu: Resumo Executivo. Brasília: Funatura, 2019.

GIROLDO, A. B.; SCARIOT, A. Land use and management affects the demography and conservation of an intensively harvested Cerrado fruit tree species. *Biological Conservation*, v. 191, 2015, p. 150-158.

GIULIETTI, A.M.; RAPINI, A.; ANDRADE, M.J.G; QUEIROZ, L.P.; SILVA, J.M.C. (Org.). *Plantas Raras do Brasil*. Belo Horizonte, MG. Conservation International. 2009.

GIUNTA, F.; MUNNION, O. An investigation into Siderurgia Sustentável Project in Minas Gerais. In: Production of sustainable, renewable biomass-based charcoal for the iron and steel industry in Brazil, Global Forest Coalition, 2020. Disponível em <https://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2020/05/brazil-case-study.pdf>

GOMES, L. G. R. Etnocídio nas Veredas do Grande Sertão: Sistemas Produtivos e Sociodinâmicas Ambientais em Cabeceira de Forquilha. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais / Especialização em Antropologia) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2010.

GONÇALVES, T. S.; VELOSO, M. M. Demandas socioambientais das comunidades veredeiras na área de proteção ambiental do rio pandeiros. In: IV Congresso em Desenvolvimento Social: Mobilidades e Desenvolvimentos, v.1, Ed. Unimontes, 2014. **Anais(...)**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

GUILHERME, D. O.; SANTOS, A. M.; PAULA, T. O. M.; ARAUJO, C. B.; SANTOS, W. G.; ROCHA, S. L. R. L.; MARTINS, E. R. Ecogeografia e etnobotânica da mangaba (*Hancornia speciosa*) no norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Biociências**, v.5, 2007, p. 414-416.

HENRIQUE, F. B. As múltiplas agências dos *encantados*: esboço de uma teoria política kiriri. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, v.41, p. 57-77.

Hill, R., Adem, Ç. Alangu, W. V., Molnár, Z., Aumeeruddy-Thomas, Y., Bridgewater, P., ... & Xue, D. 2020. **Working with indigenous, local and scientific knowledge in assessments of nature and nature's linkages with people**. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 43, 8-20.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Brasília-DF, v.2018, p.492.

INSTITUTO PRÍSTINO. CARMO, F.F.; KAMINO, L.H.Y. (Orgs.) **O Vale do Rio Peixe Bravo: ilhas de ferro no sertão mineiro**. Belo Horizonte: 3i Editora. 207p, 2017. Disponível em: <https://institutopristino.org.br/publicacoes/>



ISNARDIS, A. Entre as Pedras: As ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 10, 2009.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. 2021. **Application of Indigenous & local knowledge (ILK)** in IUCN RL assessments: Consultation draft. 23 pp. Disponível em: [https://iucn.org/wp-content/uploads/2021/08/RL-ILK-Consultation-draft\\_25Aug2021\\_1.pdf](https://iucn.org/wp-content/uploads/2021/08/RL-ILK-Consultation-draft_25Aug2021_1.pdf)

JACINTO, A. B. **Afluentes da memória: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

JACOBI, C. M.; CARMO, F. F. The Contribution of Ironstone Outcrops to Plant Diversity in the Iron Quadrangle, a Threatened Brazilian Landscape. **AMBIO**, v.37, n.4, p.324-326, 2008.

JANSEN, D.C.; CAVALCANTI, L.F.; LAMBLÉM, H.S. Mapa de Potencialidade de Ocorrência de Cavernas no Brasil, na Escala 1:2.500.000. **Revista Brasileira de Espeleologia-RBEsp**, v.2, n.1, 2012, p.42-57.

JÚNIOR, C. F. C.; ROCHA, S. L.; SANTOS, A. M.; PAULA, T. O. M.; MARTINS, E. R. Ecogeografia e etnobotânica do *Caryocar brasiliensis* no Norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Biociências**, v.5, 2007, p. 477-479.

LIMA, N. **Conservação no Cerrado, Território, Política Pública: Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, I. L. P.; SCARIOT, A.; MEDEIROS, M. B.; SEVILHA, A. C. Diversidade e uso de plantas do Cerrado em comunidade de Geraizeiros no norte do estado de Minas Gerais, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v.6, 2012, p. 675-684.

LIPORACCI, H. S. N. **Plantas medicinais e alimentícias na Mata Atlântica e Caatinga: uma revisão bibliográfica de cunho etnobotânico**. 2014. Dissertação (Mestrado em Biologia de Fungos, Algas e Plantas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LIPORACCI, H. S. N.; HANAZAKI, N.; RITTER, M.R.; ARAUJO, E.D.L. Where are the Brazilian ethnobotanical studies in the Atlantic Forest and Caatinga?. **Rodriguésia**, v. 68, 2017, p.1225-1240.

LÚCIO, S. L. B. **Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro: a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari/MG**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MACEDO-REIS, L. E.; NOVAIS, S. M. A; MONTEIRO, G. F.; FLECHTMANN, C. A. HECTOR; FARIA, M. L.; NEVES, F. S. Spatio-Temporal Distribution of Bark and Ambrosia Beetles in a Brazilian Tropical Dry Forest. **Journal of Insect Science** (Online), v. 16, 2016, p. 48.

MACEDO-REIS, L. E.; QUESADA, M.; NEVES, F. S. Forest cover drives insect guild diversity at different landscape scales in tropical dry forests. **Forest Ecology and Management**, v. 443, 2019, p. 36-42.

MARQUES, T. G.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; NEVES, F. S.; SCHOEREDER, J. H. Ant Assemblage Structure in a Secondary Tropical Dry Forest: The Role of Ecological Succession and Seasonality. **Sociobiology**, v. 64, 2017, p. 261-275.

MARTINS, G. I. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiros no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais**. 2011. 298 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MMA-FUNATURA. **Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG**. Brasília: 2003. 433p.

MMA. Instrução normativa nº 6, de 23 de setembro de 2008. Lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2008.

MONTEIRO, F. T. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MONTEIRO, F. T. **Nas fronteiras das Minas com os Gerais: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MONTEIRO, F. T. et al. Sistema Agrícola Tradicional da Serra do Espinhaço Meridional, MG: transumância, biodiversidade e cultura nas paisagens manejadas pelos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas. In: EIDT, J. S.; UDRY, C. (editoras técnicas). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil**. 1a ed. Brasília: Embrapa, 2019.

MORERE, L.; DE SOUZA CAMPOS, D.; PEREIRA, D. B. Scène de conflits entre exploration, préservation et patrimonialisation de la nature. RISCO - Dossiê Temático Natureza e Cidade / Nature et Ville, 2020.

MOTA, L. L. S.; RODRIGUES, M. M.; JONES, K. M.; LACERDA, G. A. Abordagem etnobotânica continuada na comunidade Remanescentes Quilombolas de Palmeirinha, Pedras de Maria da Cruz, MG. **Revista Cerrados**, v.13, n.1, 2016, p. 156-172.

MUNGAI, M. F. **Mosaico de interesses, representações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas Do Peruaçu - MG**. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

NEVES, F. S.; BRAGA, R. F.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; DELABIE, J. H. C.; FERNANDES, G. W.; SANCHEZ-AZOFEIFA, G. A. Diversity of Arboreal Ants in a Brazilian Tropical Dry Forest: Effects of Seasonality and Successional Stage. **Sociobiology**, v. 55, 2010, p. 871-882.

NEVES, F. S.; OLIVEIRA, V. H.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; VAZ-De-MELLO, F. Z.; LOUZADA, J.; FERNANDES, G. W. Successional and Seasonal Changes in a Community of

Dung Beetles (Coleoptera: Scarabaeinae) in a Brazilian Tropical Dry Forest. **Natureza & Conservação**, v. 8, 2010, p. 160-164.

NEVES, F. S.; SILVA, J. O.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; FERNANDES, G. W. Insect Herbivores and Leaf Damage along Successional and Vertical Gradients in a Tropical Dry Forest. **Biotropica**, v. 46, 2014, p. 14-24.

NIISA. Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental. **Diagnóstico Socioambiental da Comunidade Vazanteira de Pau de Léguas, Matias Cardoso-Montes Claros**. In: Projeto “Dinâmicas do São Francisco: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas, NIISA, Montes Claros-MG, 2018.

NUNES, J. D.; NERY, P. S.; FIGUEIREDO, L. S.; COSTA, C. A.; MARTINS, E. R. O extrativismo da fava d'anta (*Dimorphandra mollis* Benth.) na região do Norte de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.14, 2012, p. 370-375.

OLIVA-BRASIL, M. C. **Drivers Potenciais da Degradação e Padrões de Cobertura da Terra entre 1984 e 2018 em 99 Veredas no Norte de Minas Gerais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade e Uso dos Recursos Naturais) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2020.

OLIVEIRA, R. M. **Vivendo nos interstícios do Cerrado: encurralados entre o Agronegócio e Unidades de Conservação**. 2015. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2015.

PARAJULI, P. Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India. **Identities**, v.3, n.1-2, 1996.

PEREIRA, L. S.; SOLDATI, G. T.; DUQUE-BRASIL, R.; COELHO, F. M. G.; SCHAEFER, C. E. G. Agrobiodiversidade em quintais como estratégia para soberania alimentar no semiárido norte mineiro. *Ethnoscientia*: **Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia**, v. 2, n.1, 2017.

PIERSON, D. **O Homem do Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Minter / SUVALE, 1972.

RAPINI, A; ANDRADE, M.J.G.; GIULIETTI, A.M.; QUEIROZ, L.P.; SILVA, J.M.C. Introdução. In: GIULIETTI, A.M.; RAPINI, A.; ANDRADE, M.J.G; QUEIROZ, L.P.; SILVA, J.M.C (Org.). **Plantas Raras do Brasil**. Belo Horizonte, MG. Conservation International, 2009.

REZENDE, G. H. S. **Etnozoologia na comunidade dos vazanteiros da Ilha do Pau de Legua: uma abordagem sobre aves, mamíferos e répteis**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2015.

RODRIGUES, L. R.; THÉ, A. P. G. Veredas, oásis do sertão: conflito ambiental na apropriação dos recursos hídricos em Botumirim – MG. In: III Congresso em Desenvolvimento Social – (Des) igualdades Sociais e Desenvolvimento. (**Anais...**). v. 1, Ed. Unimontes, 2012.

SÁ, D.; SCARIOT, A.; FERREIRA, J. B. Effects of ecological and anthropogenic factors on population demography of the harvested *Butia capitata* palm in the Brazilian Cerrado. **Biodiversity and Conservation**, v. 29, n. 5, 2020, p. 1571-1588.

SANTOS, C. F.; CHAVIER, A.; RODRIGUES, R. A.; JESUS, J. S. R.; BORGES, M. A. Z. Inventory of Mosquitoes (Diptera: Culicidae) in Conservation Units in Brazilian Tropical Dry Forests. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, v. 57, 2015, p. 227-232.

SANTOS, C. F.; BORGES, M. A. Z. Impact of livestock on a mosquito community (Diptera: Culicidae) in a Brazilian tropical dry forest. **Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Revista**, v. 48, 2015, p. 474-478.

SCHMIDT, I. B.; FIGUEIREDO, I. B.; TICKTIN, T. Sustainability of golden grass flower stalk harvesting in the Brazilian savanna. *In*: SHACKLETON, C.M.; PANDEY, A.K.; TICKTIN, T. **Ecological Sustainability for Non-timber Forest Products: Dynamics and Case Studies of Harvesting**. Earthscan: London, UK, 2015, p. 199–214.

SENNA, N. **A terra mineira**: chorografia do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SHEPHERD, G.J. **Avaliação do estado do conhecimento da diversidade biológica do Brasil**: plantas terrestres. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. 2003.

SILVA, C. E. M. Desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados: o caso do sertão norte mineiro. *In*: OLIVEIRA, C. L.; DAYRELL, C. A. (Orgs). **Cerrado e Desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, p. 273-309.

SILVA, B. T. **Comunidades Veredeiras do Norte de Minas Gerais**: articulações políticas, processos territoriais e agrobiodiversidade. *In*: 31a Reunião Brasileira de Antropologia, apresentação em 09-12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

SILVA, J. O.; ESPÍRITO-SANTO, M. M.; LEAL, C. R. O. Seasonal and diel variations in the activity of canopy insect herbivores differ between deciduous and evergreen plant species in a tropical dry forest. **Journal of Insect Conservation**, v. 21, 2017, p. 667-676.

SOUZA, F. A. A. **A cultura tradicional do sertanejo e o seu deslocamento para a implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Manejo Florestal; Meio Ambiente e Conservação da Natureza; Silvicultura; Tecnologia e Utilização de) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

SOUZA, M. A. **Redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2013.

SOUZA, M. R. M.; PEREIRA, R. G. F.; FONSECA, M. C. M. Comercialização de plantas medicinais no contexto da cadeia produtiva em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v.14, 2012, p. 242-245.

SOUZA, J. R.; SAUER, S. Antagonismo e reciprocidade na (re) afirmação identitária dos geraizeiros: luta por território e água no norte de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n.3, 2020, p. 676-699.

TEIXEIRA, T. S. **Interlocução de Saberes na Construção do Plano de Etnodesenvolvimento do Território Quilombola do Gurutuba, Norte de Minas Gerais.** 2020. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2020.

THÉ, A. P. G. A investigação da diversidade biocultural no Norte de Minas Gerais e sua contribuição à justiça ambiental. **Sociedade & Natureza**, v. 32, 2020, p. 42-58.

TOLEDO, V.M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. In. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR: n. 20, p. 31-45, 2009.

VASCONCELOS, M.F.; D'ANGELO NETO. **As aves do Vale do Peixe Bravo**. In: CARMO, F.F.; KAMINO, L.H.Y. (Orgs.) **O Vale do Rio Peixe Bravo: ilhas de ferro no sertão mineiro**. Belo Horizonte: 3i Editora. 2017, p. 142-187.

VELLOSO, A. A. Colonização Nacional da Jahyba. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Anno VI, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1901.

VIEIRA, F. C. C. Um olhar etnográfico sobre o Vale do Rio Peruaçu/MG: a dimensão constitutiva dos saberes e fazeres da cultura local. In: 44o Encontro Anual da ANPOCS: GT07 - Ciências Sociais, turismo e territórios: desafios, limites e possibilidades. (**Anais....**), 2020.

VIEIRA, R. F.; MARTINS, M. V. Recursos genéticos de plantas medicinais do cerrado: uma compilação de dados. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.3, n.1, 2000, p.13-36.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.

WWF. Mapa de Uso e Ocupação do Mosaico Sertão Veredas. 2010. Acessado em 15/09/2021. Disponível em : <https://www.wwf.org.br/?29802/Mapa-revela-situao-do-Mosaico-Serto-Veredas-Peruau#>

ZAPPI, D. C.; FILARDI, F. L. R.; LEITMAN, P.; SOUZA, V. C.; WALTER, B. M.; PIRANI, J. R.; GOMES, M. 2015. Growing knowledge: an overview of seed plant diversity in Brazil. **Rodriguésia**, v.66, n.4, 2015, p. 1085-1113.

